

PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS:

O papel da assistência técnica habitacional
na produção do espaço no bairro
Nova Viçosa, Viçosa (MG)



Regiane Valentim Leite
Teresa Cristina de Almeida Faria

Atena
Editora
Ano 2021



PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS:

O papel da assistência técnica habitacional na produção do espaço no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG)



Regiane Valentim Leite
Teresa Cristina de Almeida Faria

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Regiane Valentim Leite – Acervo pessoal

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva das autoras, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos as autoras, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na produção do espaço no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG)

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: As autoras
Autoras: Regiane Valentim Leite
Teresa Cristina de Almeida Faria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L533 Leite, Regiane Valentim
Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na produção do espaço no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG) / Regiane Valentim Leite, Teresa Cristina de Almeida Faria – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-764-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.649221201>

1. Autoconstrução. 2. Paisagem urbana. 3. Política habitacional. 4. Assistência técnica habitacional. 5. Zona da Mata (MG). I. Leite, Regiane Valentim. II. Faria, Teresa Cristina de Almeida. III. Título.

CDD 690

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



AGRADECIMENTOS

“Não, não pares! É graça divina começar bem. Graça maior é persistir na caminhada certa. Manter o ritmo... Mas a graça das graças é não desistir. Podendo ou não podendo, caindo, embora aos pedaços, chegar até o fim.”
Dom Hélder Câmara (1909-1999)

Eu agradeço...

À Presença Divina que me concede FÉ, e através dela não me deixa desistir, me renova e me faz enfrentar.

Aos meus pais que me deram forma, moldaram meu caráter e sempre acreditam e confiam na minha capacidade.

Ao meu marido-amigo, companheiro dos trabalhos de campo e colaborador nas observações sobre as paisagens do Nova Viçosa.

À minha irmã e minhas sobrinhas pelo apoio, ternura e diversão.

Aos amigos e professores da graduação em Geografia... saibam que carrego comigo todas as discussões e aprendizado conjunto, cujas ideias contribuem para o meu repensar o mundo.

Aos amigos e professores do DAU, que me acolheram inicialmente como estudante não- vinculada no Programa de Pós-Graduação e contribuíram para minha permanência, bem como para a conclusão deste trabalho.

Aos parceiros de trabalho na Biblioteca Central - UFV, em especial à minhas chefes Alice Regina e Bruna Silva, que sempre incentivaram e possibilitaram maior dedicação ao mestrado.

À Raiza Faria pelo auxílio na confecção dos mapas.

Ao acolhimento da Professora Teresa Cristina como minha orientadora, aos seus ensinamentos e, principalmente, à sua compreensão quanto às dificuldades em conciliar estudo e trabalho.

Às professoras que integraram a banca de defesa do Projeto de Pesquisa, Professora Isabel Chrysóstomo e Professora Regina Lustoza, com suas válidas considerações.

Aos professores que integraram a banca de defesa da dissertação, Professora Regina Lustoza e Professor Ítalo Stephan. Agradecimento também à Professora Aline Werneck Barbosa que enriquece a banca de defesa com sua experiência na coordenação do Projeto HABITAT.

À disponibilidade e atenção dos agentes que ajudaram a implementar o Projeto

HABITAT, a professora-coordenadora do Projeto e o coordenador da APOV, que foram entrevistados durante a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação pela possibilidade de maior conhecimento na área da arquitetura e do urbanismo, e aos funcionários da secretaria do PPG-AU sempre dispostos a ajudar.

À Atena Editora pela oportunidade de fazer este estudo ganhar maior alcance e visibilidade.

Enfim, agradeço especialmente aos moradores do bairro Nova Viçosa, que me ajudaram a desconstruir alguns estereótipos que carregava no arcabouço da minha visão de mundo. Dedico essa obra a vocês. E assim sigo: desconstruindo...

PREFÁCIO

Ao prefaciар este livro, remeto-me inicialmente à autora, minha ex-aluna no Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do DAU/UFV. Geógrafa sensível aos processos de produção do espaço urbano, sua inquietude diante da forma como a desigualdade social está impressa na paisagem das cidades foi se configurando em temática e objeto de pesquisa científica.

As “paisagens autoconstruídas” transformaram-se, portanto, no grande tema de interesse da autora. Tal binômio, instigante e sugestivo, invoca imagens e sentidos que conformam uma visão da sociedade que nos cerca: a paisagem, como processo social dinâmico que vai se configurando no tempo e no espaço, juntamente com a autoconstrução, que se apresenta como a arquitetura do possível. Aqui se tangenciam as áreas da Geografia, da Arquitetura e do Urbanismo.

O acesso à moradia nas cidades pela população de menor renda tem encontrado inúmeros obstáculos desde o começo do século XX, quando se intensifica o processo de urbanização no Brasil. Políticas habitacionais insuficientes e, muitas vezes, equivocadas, aliadas a outros processos sociais e às dificuldades financeiras das classes populares, têm perpetuado o crescimento das nossas cidades por meio da autoconstrução. Esse processo ocorre tanto nos bairros regulares quanto nos assentamentos clandestinos e nas favelas, de forma precária e sem qualquer tipo de assistência técnica. Compartilho, portanto, com a autora, a convicção de que a Assistência Técnica Gratuita às famílias de baixa renda constitui um passo importante para a concretização do direito à moradia digna no país, razão pela qual conduzi por 10 anos o projeto de extensão universitária denominado “Projeto Habitat”.

Para além dos nossos interesses mútuos, destaco a qualidade da pesquisa que deu origem à obra, bem como a clareza com que a autora articula os três temas, o que torna sua leitura obrigatória para aqueles que se interessam pelas cidades e seus processos de transformação.

Profa. Dra. Aline Werneck Barbosa de Carvalho

Viçosa, agosto de 2021.

APRESENTAÇÃO

[...] O seu chão é sagrado. Lá você dorme, lá você desperta, pode andar nu, cagar de porta aberta, lá você por rir, ficar calado. Lá você pode tanto querer bem quanto querer mal a qualquer mortal [...] (BUARQUE e PONTES, 1975, p. 139)

O direito não deve se limitar à teoria. Ele deve ser prática, ação e luta de todos os cidadãos, pois só assim passa a ganhar vida. Esse é o caso da moradia no Brasil, sobretudo, o da moradia popular e da luta da população de baixa renda em conquistar o direito de dizer efetivamente: “Eu tenho um pedaço de chão!”.

A aprovação da Lei nº 11.888, denominada Lei de Assistência Técnica Habitacional Pública e Gratuita, conhecida como Lei de Assistência Técnica (LAT) ou Lei de Engenharia Pública, sancionada em 2008 e em vigor desde 2009, passou a assegurar às famílias de baixa renda auxílio para o projeto e a construção de suas habitações, um passo importante para a concretização do direito à moradia digna no país.

Esta Lei vem de uma trajetória de lutas de mais de 40 anos, por parte de arquitetos e urbanistas brasileiros, bem como da população, e que foi fomentada pelos intensos debates sobre a moradia popular que se manifestaram através da Reforma Urbana a partir de 1970 (REVISTA PROJETAR, 2009).

Os debates do processo de reforma surgiram e ganharam força devido aos problemas habitacionais crescentes e preocupantes no decorrer das décadas de 1970 e 1980, gerados pelo fracasso político e econômico da ditadura militar e pela forte migração de milhões de pessoas do campo e de cidades pequenas rumo a cidades maiores e entre regiões, como do nordeste rumo ao sudeste, o que contribuiu para o aumento do déficit habitacional e do número de habitações precárias em locais inadequados.

Esse déficit, por sua vez, alimentava (e ainda alimenta), do ponto de vista legal, a informalidade da produção habitacional no Brasil, por meio, por exemplo, da prática da autoconstrução, que apesar de não ser sinônimo, em amplo sentido, de informalidade, quando é incorporada aos assentamentos urbanos populares de baixa renda, normalmente ocorre de forma irregular.

Trata-se de uma lacuna que revela a desordem do processo de urbanização e que resulta em domicílios com baixos padrões nos requisitos de habitabilidade, estética e segurança, além de baixos padrões no que se refere ao saneamento básico e infraestrutura urbana, fazendo com que se desenvolvam periferias sob condições inadequadas e não condizentes com o planejamento, quando ele existe, pois como afirma Rodrigues (2008):

Percebemos que o “direito à cidade” não é extensivo a todos e sobretudo, às classes menos privilegiadas, que se vêem compelidas a buscarem um

território "possível", o que conforma, de modo geral, uma inserção precária na cidade. (p. 36)

Além da busca pelo "território possível", ocorre a prática da autoconstrução enquanto "arquitetura possível", como denomina Maricato (1979), fazendo crescer nas periferias de cidades grandes, médias e pequenas, "forças e poderes pela população pobre, que reivindica o espaço da cidade, seus serviços e benefícios, e esboçam esforços para adaptar-se às transformações do urbano" (LEITE, 2014, p. 4).

Com isso, a necessidade de "instalação de um programa que reconhecesse o papel da moradia na urbanização e incluísse a reforma urbana entre as reformas de base" tornou-se inerente, como afirmou Zezéu Ribeiro¹, na ocasião do 1º Seminário Nacional de Assistência Técnica, de acordo com a Revista Projetar (2009, p. 4).

Essa ideia foi disseminada por todo o país e vários programas surgiram no intuito de agir sobre a informalidade habitacional, ou seja, "o barulho por moradia crescia na sociedade" (Revista Projetar, 2009, p.5).

Percebe-se que a LAT, amparada em toda essa trajetória de luta urbana, balizada por todos os importantes programas e projetos da área ocorridos ao longo de 40 anos, apresenta potencial para ser praticada em larga escala no país, com o intuito de ajudar a qualificar as condições de moradia da população de baixa renda e amenizar a informalidade habitacional, bem como contribuir para a melhoria da paisagem e do espaço urbanos.

Levando em consideração os fatos supracitados, o objetivo geral do presente trabalho se baseou em estudar os efeitos decorrentes da assistência técnica na paisagem autoconstruída e na produção do espaço urbano em Viçosa (MG). Para isso debruçamos sobre os seguintes objetivos específicos: OE1) apresentar um panorama histórico sobre a autoconstrução no Brasil, sua dinâmica e efeitos enquanto elemento constituidor da paisagem e produtor do espaço urbano; OE2) apresentar o surgimento e a trajetória da Assistência Técnica Gratuita (aqui abreviada como AT), incluindo a Lei nº 11.888/08, bem como suas características; OE3) investigar e identificar os casos de desenvolvimento de programas de assistência técnica anteriores e/ou oriundos da Lei nº 11.888/08 na região da Zona da Mata mineira para definir uma cidade a ser campo de estudo; OE4) identificar a estrutura e as parcerias do caso de AT em Viçosa (MG), cidade escolhida para estudo aprofundado, bem como os agentes implementadores, suas ações e opiniões sobre a AT prestada; OE5) analisar o envolvimento e a opinião das famílias atendidas pela AT realizada em suas habitações; OE6) analisar os efeitos da aplicação da AT no que tange aos aspectos da paisagem horizontal (parte externa das casas e do bairro) e vertical (parte interna das casas) e no que tange aos novos significados incorporados pelo espaço estudado e pelas relações sociais ali contidas; e OE7) contribuir para o entendimento de programas anteriores ou oriundos da LAT enquanto políticas públicas com potencial para

1. José Eduardo Vieira Ribeiro, autor do projeto da Lei Federal nº. 11.888/08.

a melhoria das condições habitacionais e da qualidade de vida dos moradores, do ponto de vista de que se trata de um passo fundamental para a conquista do direito à cidade e à moradia digna, bem como para a valorização dos profissionais da área da construção civil.

De modo geral, centramo-nos em identificar os casos de aplicação de programas de AT na região da Zona da Mata Mineira e conseqüentemente investigar, compreender e analisar as dinâmicas envolvidas no Projeto HABITAT² de assistência técnica habitacional desenvolvido em Viçosa (MG) e escolhido como foco da pesquisa, bem como entender seus efeitos enquanto processo modificador da paisagem periférica viçosense, mais especificamente a partir de suas transformações socioespaciais.

Buscou-se ponderar a presença das autoconstruções no meio urbano, intervindas por pelo Projeto HABITAT, anterior, mas diretamente relacionado à Lei nº 11.888/08, como formas de resistência e de contribuição para a concretização do direito à cidade pela população de baixa renda, uma parcela social que encontra maiores dificuldades de obtenção de moradia frente às constantes mudanças ocorridas no meio geográfico subordinado às imposições colocadas pelo sistema capitalista.

Justificamos a relevância do tema a partir da constatação da “necessidade de estudos que reflitam sobre as formas de (re)criação espacial das moradias, enquanto grafias populacionais das classes pobres”, carentes de apoio do Estado e de orientação profissional para a construção segura de suas habitações (LEITE, 2014, p. 3).

Entendemos que o reconhecimento da cidade informal e da autoconstrução esteve excluído da discussão e atuação das políticas públicas desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. Destarte, quando se analisam as conseqüências danosas dessas políticas excludentes, é preciso levar em conta os aspectos participativos, que incorporem o esforço próprio e a capacidade organizativa das comunidades na política habitacional e urbana das cidades brasileiras.

Dentre o leque de possibilidades de investigação sobre o tema, a escolha mais viável para elaboração de um projeto de pesquisa para ingresso no mestrado em Arquitetura e Urbanismo na UFV foi trabalhar com programas de assistência técnica, pois nessa trajetória de estudos da pesquisadora, lhe foram apresentadas a importância de iniciativas de AT, bem como da Lei nº 11.888/08, e a ideia de entender a amplitude dessas ações no Brasil. Isso devido ao fato de que entende-se a LAT como um avanço em dois sentidos:

1º) Conquista do apoio governamental e técnico no auto-emprego da casa própria realizado de maneira orientada, o que traz benefícios aos profissionais da área da construção; e

2. Projeto acadêmico de extensão e de iniciativa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que ao longo de 10 anos (2004-2014) desenvolveu variadas atividades de assistência técnica habitacional às famílias de baixa renda residentes no Bairro Nova Viçosa. O detalhamento sobre o histórico, a estrutura, as parcerias e as atividades do Projeto HABITAT encontra-se no Capítulo 3 deste estudo.

2º) Através de sua divulgação e consolidação por todos os grupos envolvidos, universidades, entidades profissionais, administrações públicas e, principalmente, através da inclusão e empoderamento dos movimentos sociais em prol da moradia popular, a prática da assistência técnica apresenta-se como possibilidade de melhorias na habitação de interesse social e da garantia do direito à cidade.

Quanto à contribuição acadêmico-científica, o trabalho se propôs a promover o diálogo entre os campos de estudo da Geografia, da Arquitetura e do Urbanismo e pode se somar à linhagem analítica de pensar o urbano numa perspectiva política, sociológica e antropológica. Em níveis institucionais, concorrerá para o acúmulo reflexivo da Linha de Pesquisa (Planejamento do Espaço Urbano e Regional) a qual a pesquisadora está vinculada dentro do Programa de Mestrado (PPGAU).

Poderá contribuir no âmbito das políticas públicas ao ampliar os questionamentos e pesquisas sobre o campo da paisagem urbana, pois a aplicabilidade de tal reflexão refere-se aos conteúdos concretos e aos problemas técnicos das decisões políticas que elegem o urbano como objeto de estudo e de intervenção.

Este trabalho justifica-se como relevante por apresentar uma análise no que tange à compreensão da dinâmica da assistência técnica pública e gratuita como processo modificador da cidade informal, das paisagens autoconstruídas e da qualidade de vida da população de baixa renda, partindo-se do entendimento de que a prática da autoconstrução é a possibilidade de moradia dessa população frente às dificuldades impostas pelo processo excludente da reprodução capitalista.

Levando em conta tempo, orçamento e distância em relação a Viçosa, cidade onde situa-se o Programa de Mestrado, o recorte espacial escolhido como foco investigativo foi a mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, “reduzindo” a escala de análise da seguinte forma:

1º) dos 142 municípios que compõem essa delimitação geográfica para um diagnóstico sobre a abrangência da implementação de programas de AT e da Lei nº 11.888/08;

2º) para 1 município dessa mesorregião para o estudo empírico, que no caso foi Viçosa (MG); e depois

3º) para 1 bairro da cidade: Nova Viçosa³.

De modo geral, a pesquisa caracteriza-se como **qualitativa-reflexiva**, com proposta de **investigação empírica**, composta por mais de um método de investigação escolhidos e organizados de forma linear com o intuito de atender aos objetivos específicos mencionados acima. A metodologia utilizada ao longo da pesquisa é esclarecida detalhadamente em

3. A escolha do local de pesquisa empírica encontra-se melhor elucidada no Capítulo 2.

cada capítulo.

Toda a investigação culminou na escrita de três capítulos em formato de artigo científico, a fim de facilitar a submissão do trabalho a revistas científicas e com o intuito de divulgar a discussão aqui realizada sobre as feições conceituais: autoconstrução, paisagem e assistência técnica habitacional.

No Capítulo 1, intitulado “Autoconstrução e paisagem: cidade informal e sujeitos urbanos da periferia de Viçosa (MG)”, procuramos dar resposta ao primeiro objetivo específico (OE1) deste trabalho.

Foi composto por considerações sobre o **conceito de autoconstrução** no meio urbano, tomando-o como essencial para a pesquisa realizada, pois diante das inúmeras imposições encontradas nas cidades para a conquista de um lar, a população de baixa renda passa a erguer suas residências mediante o próprio trabalho, o que define a prática constante da autoconstrução, alvo de intervenção por parte da LAT e dos programas anteriores ou oriundos dela.

Para compreender melhor essa prática, recorreu-se a obras clássicas de Turner (1968), Maricato (1979) e Villaça (1986), como a estudos mais recentes como Oliveira (2006), Gordilho-Souza (2008), Sá (2009) e Rocha (2011). Alerta-se aqui para o fato de que grande parte da literatura clássica e de referência essencial para esse conceito se concentra em obras mais antigas e que a partir da década de 2000 os estudos sobre autoconstrução foram retomados. Ou seja, notou-se que houve uma lacuna no estado da arte entre as décadas de 1980 e 2000, o que torna imperativa a continuidade de produção de novos estudos sobre autoconstrução, a fim de atualizar a discussão do tema.

O primeiro capítulo traz considerações sobre o **conceito de paisagem**, a partir da perspectiva das paisagens autoconstruídas e do ponto de vista do geógrafo Paul Claval (1999), partindo do entendimento de que a paisagem é um texto composto por duas dimensões:

- a) dimensão concreta e estética que aciona a percepção visual do observador-pesquisador (paisagem vertical) e
- b) dimensão subjetiva que aciona a percepção de outros sentidos sensíveis aos aspectos culturais e comportamentais humanos, além de se concretizar no nível interno dos ambientes (paisagem horizontal).

Ou seja, entende-se, aqui, o conceito de paisagem não como mera descrição visual da realidade urbana em estudo, mas como a percepção da dimensão cultural e humana envolvida na modificação de um território excluído, marginalizado por sua irregularidade do ponto de vista legal, pela pobreza, pelo baixo rigor estético e “esquecido” pela ação estatal, e que, ainda assim, resiste e imprime à morfologia do local a forte expressão dos

desejos e das necessidades dos homens que ali vivem. Uma paisagem repleta de grafias da população que traceja e ajuda a desenhar o espaço urbano frente aos obstáculos que desafiam o cotidiano nas cidades dos países em desenvolvimento.

No tocante ao conceito de paisagem, foi na obra da arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques (2003) que encontramos referência fundamental para auxiliar a análise empírica da configuração da paisagem urbana dos assentamentos populares, encarando essa paisagem como resultado da ocupação espontânea, típica e diversa da cidade informal, e como um contraponto à cidade formal e aos espaços projetados, normalmente, limitadores e autoritários (Sant'Anna, 2014).

Ao final do capítulo foi feita uma mesclagem dos dois conceitos, autoconstrução e paisagem, em uma análise única, que inicia a discussão sobre a prática da autoconstrução na conformação da paisagem do campo de estudo: o bairro Nova Viçosa, em Viçosa (MG).

No Capítulo 2, intitulado “Políticas habitacionais de interesse social e a assistência técnica no Brasil”, buscou-se dar respostas aos OE2 e OE3 deste trabalho e integrar os dois conceitos discutidos no Capítulo 1 ao panorama de políticas habitacionais de assistência técnica. Desse modo, apresenta-se uma análise sobre as políticas de habitação de interesse social no Brasil a partir de 1940 e o panorama da **Lei de Assistência Técnica**, Lei Federal nº 11.888/08, desde sua concepção à sua aprovação.

Recorreu-se a Arruda (2007), Cunha; Arruda; Medeiros (2007) e à Revista Projetar (2009), para realizar neste segundo capítulo uma breve análise de experiências anteriores e/ou oriundas da LAT na Zona da Mata mineira e subsequente análise com enfoque em Viçosa (MG) no Capítulo 3, intitulado “Paisagens autoconstruídas: a assistência técnica habitacional na produção do espaço urbano em Viçosa (MG)”.

No Capítulo 3, a fim de contemplar os quatro últimos objetivos específicos do trabalho (OE4, OE5, OE6 e OE7), procuramos compreender o papel da AT em Viçosa (MG), enfocando a análise nas formas e bases de operacionalização do Projeto HABITAT desenvolvido na cidade ao longo dos anos de 2004 a 2014. Para tal, recorreu-se, em grande parte, aos registros e arquivos do Projeto HABITAT de todo seu período de atuação fornecidos pela professora-coordenadora do projeto.

Em seguida foi feita uma análise dos efeitos da AT na paisagem autoconstruída de Nova Viçosa levando em consideração as formas de interpretação propostas por Jacques (2003) e por Claval (1999) sobre as dimensões vertical e horizontal das paisagens do ambiente construído do bairro.

Finalmente, na conclusão geral consta uma reflexão sobre o que foi apreendido nos três capítulos acerca: da relação entre autoconstrução e paisagem nos assentamentos urbanos populares; das influências do histórico das políticas habitacionais nos processos de autogestão habitacional; e acerca das potencialidades no desenvolvimento efetivo de

ações de AT como contribuição ao acesso à moradia digna e conquista do direito à cidade por parte da população carente.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	1
RESUMO	3
ABSTRACT	4
CAPÍTULO 1.....	5
AUTOCONSTRUÇÃO E PAISAGEM: CIDADE INFORMAL E SUJEITOS URBANOS DA PERIFERIA DE VIÇOSA (MG)	
INTRODUÇÃO	5
METODOLOGIA.....	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AUTOCONSTRUÇÃO	6
A autoconstrução e sua territorialidade.....	11
Autoconstrução e autonomia	12
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM.....	14
MESCLANDO OS CONCEITOS EM UMA ANÁLISE ÚNICA: AUTOCONSTRUÇÃO E PAISAGEM NA PERIFERIA DE VIÇOSA (MG).....	17
Histórico e caracterização do município	17
Nova Viçosa: a prática da autoconstrução na conformação da paisagem urbana de um bairro periférico.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 1	26
CAPÍTULO 2.....	27
POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL	
INTRODUÇÃO	27
METODOLOGIA.....	27
PANORAMA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL PÓS- REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: REFLEXOS DA GESTÃO GOVERNAMENTAL NA PRÁTICA DA AUTOCONSTRUÇÃO	29
A LEI FEDERAL Nº 11.888/08 DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL PÚBLICA E GRATUITA.....	39
Da concepção à aprovação: caminhos para intervenções nas paisagens autoconstruídas.....	39
BREVE ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES E/OU ORIUNDAS DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.888/08: ANDAMENTO, ENTRAVES E POSSIBILIDADES.	43

A LAT na zona da mata mineira	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 2	47
CAPÍTULO 3	49
PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: A ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM VIÇOSA (MG)	
INTRODUÇÃO	49
METODOLOGIA	50
A AÇÃO DE AT EM NOVA VIÇOSA (MG): O PROJETO HABITAT	53
Trajetória, ações e parcerias	53
Formas e bases gerais de operacionalização	58
ANÁLISE DO PROJETO HABITAT	59
Abrangência da atuação do projeto habitat e perfil das famílias atendidas	59
Os serviços de AT na percepção do corpo técnico	62
Os serviços de AT na percepção do público alvo	65
OS EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA PAISAGEM URBANA DO BAIRRO NOVA VIÇOSA	67
Descrição individual das casas observadas no trabalho de campo	67
Análise conjunta das casas observadas: dimensões horizontal e vertical do ambiente construído	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 3	83
CONCLUSÃO GERAL	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	94
APÊNDICE A – TCLE E ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRIGIDA A INTEGRANTES DA EQUIPE DO PROJETO HABITAT	94
APÊNDICE B – TCLE E ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRIGIDA A TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO PROJETO HABITAT	97
APÊNDICE C – TCLE E ROTEIRO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS APLICADAS AOS MORADORES ATENDIDOS PELO PROJETO HABITAT	101
APÊNDICE D - AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	109
APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA EMITIDO PELO CEP- UFV	110

ANEXO	112
ANEXO A.....	112
SOBRE AS AUTORAS	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAMAT – Associação Brasileira da Indústria e de Materiais de Construção
ANAMACO – Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção
APOV – Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
AT – Assistência Técnica Habitacional Gratuita
ATME – Assistência Técnica à Moradia Econômica
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COHAB's – Cooperativas Habitacionais
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
CREA/MG – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia / Seção de Minas Gerais
CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DEC – Departamento de Engenharia Civil
DHV – Departamento de Habitação da Prefeitura Municipal de Viçosa (MG)
EMPFJS – Escola Municipal Padre Francisco José da Silva
EMUHES – Empresa Municipal de Habitação e Bem Estar Social de Ubá (MG)
ENSA – Encontro Nacional dos Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FCP – Fundação da Casa Popular
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Finansa – Programa de Financiamento para o Saneamento
FJP – Fundação João Pinheiro
FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Habitat – Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
IAB/MG – Instituto dos Arquitetos do Brasil / Seção de Minas Gerais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPLAM – Instituto de Planejamento e Meio Ambiente do Município de Viçosa (MG)
LAT – Lei Federal nº. 11.888/08 de Assistência Técnica Habitacional Pública e Gratuita
MCidades – Ministério das Cidades
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
Planasa – Plano Nacional de Saneamento
PlanHab – Plano Nacional de Habitação
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PNH – Política Nacional de Habitação
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SFHU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFI – Sistema de Financiamento Imobiliário
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social de Viçosa (MG)
SNH – Sistema Nacional de Habitação
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNHM – Sistema Nacional de Habitação de Mercado
SPU – Secretaria de Política Urbana
SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

RESUMO

PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG)

Este livro é fruto da dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal de Viçosa (MG). Trata-se de investigação realizada junto aos sujeitos urbanos e agentes implementadores do Projeto HABITAT (DAU-UFV) de assistência técnica habitacional no bairro Nova Viçosa, Viçosa. O objetivo foi estudar os efeitos decorrentes da assistência técnica na paisagem autoconstruída e na produção do espaço no bairro mencionado. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo-reflexivo, com proposta de investigação empírica e de composição mista: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e de arquivos, análise documental, estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e observação direta. A sistematização dos dados, através de planilhas eletrônicas e produção cartográfica, e as reflexões revelaram que as paisagens dos assentamentos urbanos populares são massivamente conformadas pela prática da autoconstrução aliada à informalidade e precariedade, como é o caso do bairro Nova Viçosa. Os dilemas dessas paisagens autoconstruídas são agravados pela histórica ineficiência das políticas de habitação e pela gestão conservadora de nossas cidades, embora tenham ganhado espaço e importância iniciativas governamentais na área da assistência técnica habitacional, como é o caso da Lei nº 11.888/08. Verificou-se ainda que, embora sejam ações limitadas e pontuais no território nacional, as iniciativas em assistência técnica, como é o caso do Projeto HABITAT que possibilitou modificações mais evidentes na paisagem vertical (parte interna) das casas, acarretam efeitos benéficos no que tange à qualidade de vida da população carente e se provam caminho para a conquista da moradia digna.

PALAVRAS-CHAVE: Autoconstrução, Paisagem Urbana, Política Habitacional, Assistência Técnica Habitacional, Zona da Mata (MG).

ABSTRACT

SELF-BUILT LANDSCAPES: THE ROLE OF HOUSING TECHNICAL ASSISTANCE IN THE PRODUCTION OF SPACE IN THE NEIGHBORHOOD OF NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG)

This book is the result of the Master's dissertation in Architecture and Urbanism, by the Federal University of Viçosa (MG). It's about investigation carried out with the urban subjects and implementing agents of HABITAT Project (DAU-UFV) of technical housing assistance in the neighborhood of Nova Viçosa, Viçosa. The objective was to study the effects arising from technical assistance on the self - built landscape and in the production of space in the aforementioned neighborhood. This is a qualitative-reflexive research, with empirical proposal and based on a mixed composition: bibliographic review, collection of secondary and archival data, documentary analysis, case study, semi-structured interviews and direct observation. The systematization of the data through spreadsheets and cartographic production and the reflections revealed that the landscapes of popular urban settlements are massively conformed by the practice of self-construction together with informality and precariousness, such as the case of the Nova Viçosa neighborhood. The dilemmas of these self-constructed landscapes are aggravated by the historical inefficiency of housing policies and the conservative management of our cities, although government initiatives in the area of housing technical assistance have gained momentum and importance, as can be seen in the case with Law 11888/08. It was also verified that, although these actions are limited and punctual in the national territory, the initiatives in technical assistance, such as the case of the HABITAT Project that allowed for more evident modifications in the vertical landscape (internal part) of the houses, have beneficial effects with regard to the quality of life of the needy population and are proven way to the conquest of decent housing.

KEYWORDS: Self-construction, Urban Landscape, Housing Policy, Housing Technical Assistance, Zona da Mata (MG).

CAPÍTULO 1

AUTOCONSTRUÇÃO E PAISAGEM: CIDADE INFORMAL E SUJEITOS URBANOS DA PERIFERIA DE VIÇOSA (MG)

INTRODUÇÃO

Aos ouvidos de quem mora ou já morou em bairros de periferia, são familiares as seguintes frases: “Vou ajudar meu pai a emboçar a parede lá de casa” ou “Vai rolar aquela feijoada depois de enchermos a laje do vizinho”. Essas frases são típicas de uma prática bastante comum, principalmente em bairros populares, e é a forma predominante de obtenção de moradia para grande parte da população brasileira: a autoconstrução.

Em um levantamento recente realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelo Instituto DataFolha, em 2015, foi constatado que mais de 85% dos brasileiros autoconstróem e reformam suas moradias sem orientação profissional, limitados pelos baixos salários que impedem a contratação dos serviços de um arquiteto e urbanista e/ou de um engenheiro civil, por exemplo.

Diante dos salários limitantes e das dificuldades de acesso à casa própria dentro dos moldes formais, técnicos e estéticos impostos pela cidade legal, a autoconstrução, devido à sua massiva realização e importância, transformou-se em aspecto cultural das classes de menor renda, tornando-se um elemento concreto que faz do morador-autoconstrutor um agente de produção da cidade e designer amador das paisagens periféricas autoconstruídas e permanentemente inacabadas.

Esse cenário se reproduz em variados espaços citadinos espalhados pelo Brasil e pela América Latina sejam em grandes, médios ou pequenos centros urbanos. Desse modo, esse cenário pôde ser observado em Viçosa (MG), analisando-se especificamente o bairro Nova Viçosa, caso trabalhado ao longo desse Capítulo.

METODOLOGIA

No intuito de compreender o panorama histórico sobre a autoconstrução no Brasil, sua dinâmica e efeitos enquanto elemento constituidor da paisagem e produtor do espaço urbano, foram realizadas revisão bibliográfica e análise documental em revistas, leis, livros, produções científicas (teses, dissertações, artigos de periódicos, relatórios), e outras produções relevantes publicadas sobre autoconstrução e paisagem urbana.

Esses procedimentos possibilitaram contextualizar e mesclar os conceitos de autoconstrução e paisagem tomando como referência o estudo de caso feito no bairro Nova Viçosa, em Viçosa (MG), escolhido por ser um assentamento popular onde a prática

da autoconstrução sempre esteve atrelada à sua história e ao seu desenvolvimento, bem como deu e dá forma à sua paisagem.

Para o trabalho empírico, fez-se uso da observação direta com registros fotográficos e incorporou-se as falas de dois antigos moradores do bairro¹, que autorizaram a realização de entrevista semi-estruturada, com auxílio de um gravador para posterior transcrição, sistematização e reflexão sobre as conversas.

O esquema a seguir ilustra a metodologia utilizada aqui:

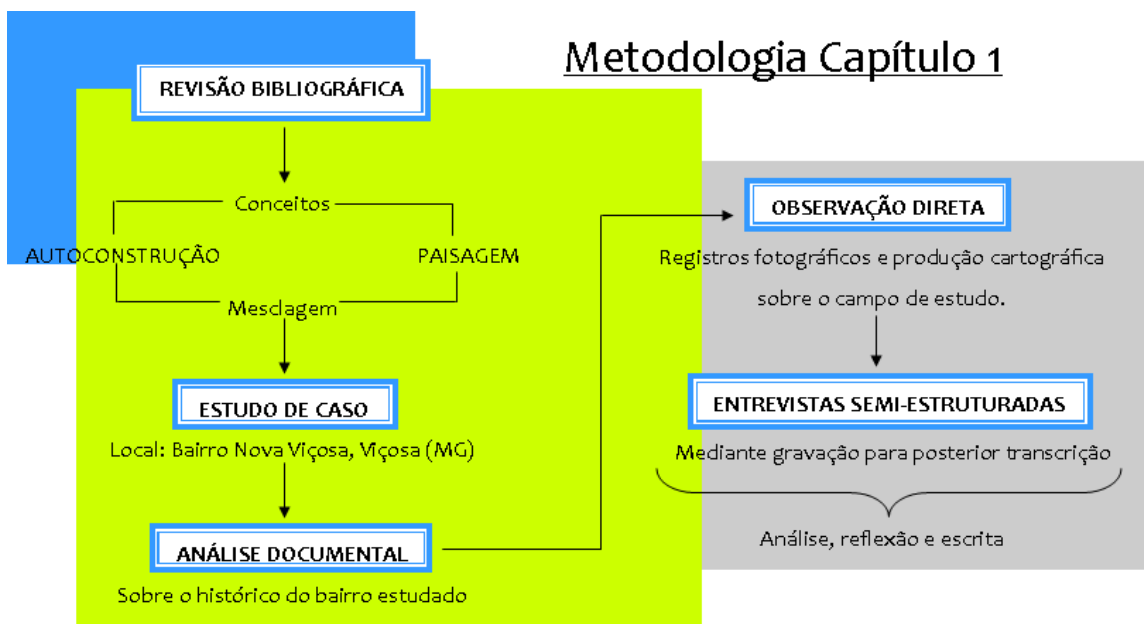


Figura 1: Metodologia utilizada para o Capítulo 1.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AUTOCONSTRUÇÃO

Consideramos neste trabalho que o termo autoconstrução se define como:

[...] processo no qual os próprios habitantes assumem diretamente a gestão da produção de suas moradias, adquirindo material, contratando profissionais ou trabalhando diretamente nas obras de construção ou reforma de suas moradias, localizadas principalmente nos assentamentos urbanos populares (SÁ, 2009, p. 24 a 25).²

1. No Capítulo 1 foram incorporadas as falas de dois dos seis moradores entrevistados ao longo de toda a pesquisa empírica feita para a dissertação. A forma de seleção e definição do número dessa amostra encontra-se justificada na metodologia do Capítulo 3.

2. Essa é uma definição mais atual e completa encontrada nos estudos de Sá (2009), que se aproxima, ao mesmo tempo em que se diferencia, das definições do conceito de autoconstrução encontradas em Maricato (1982, p. 73) e em

Um aspecto importante dessa definição é que justifica a opção por adotá-la aqui é que a autoconstrução...

[...] não se limita às construções onde os moradores trabalham diretamente nas obras, mas inclui também as realizadas por profissionais remunerados, geralmente do mesmo bairro ou vizinhança, trabalhando sob gestão direta de quem habita ou vai habitar as moradias. Neste caso, os moradores (atuais ou futuros) se constituem nos empreendedores, mas não necessariamente na mão de obra, embora seja muito comum o trabalho dos familiares como ajudantes da construção. Eventualmente, esta participação ocorre inclusive em mutirões com apoio de amigos, vizinhos, e da própria família (SÁ, 2009, p. 25).

De acordo com Villaça (1986), a casa própria no Brasil possui uma produção dual: a) a que se enquadra dentro dos moldes capitalistas, para ser vendida no mercado de habitações (valor de troca) e que é destinada às classes média e alta; e b) a casa autoconstruída produzida com o intuito de satisfazer a demanda por moradia do morador-autoconstrutor (valor de uso).

Esse último modo de produção autônoma de habitações passa a ser predominante³ nas grandes cidades na década de 1950 e passa a ser notada a partir de 1970 “em pequenas cidades devido à expansão urbana, às migrações e à valorização da terra”, quando ganha espaço na literatura que envolve as questões urbano-habitacionais no Brasil, com a denúncia dos dilemas citadinos através das lutas da Reforma Urbana (LEITE, 2014, p. 15).

Ao conferir maior visibilidade às dificuldades enfrentadas pela população de menor renda nos aglomerados urbanos, essas lutas desencadearam o desenvolvimento do conceito de Produção Social da Moradia que, ao entrar para a pauta política, fez surgir iniciativas baseadas nos mutirões autogeridos na década de 1980, que se constituíam em pequenas obras públicas ou projetos habitacionais organizados por associações, cooperativas ou pelo poder público e que resultaram em novas formas de produção de moradias e de recursos dentro da política habitacional brasileira⁴ (SÁ, 2009).

No entanto, buscamos abordar neste estudo os casos de autoconstrução que ocorreram de forma pulverizada⁵ no espaço urbano do bairro Nova Viçosa, vinculados a

Bonduki (1998, p. 281) que encaram autoconstrução e mutirão autogerido como conceitos sinônimos.

3. Existem diversos autores e estudos que indicam que a autoconstrução é a forma predominante de produção de moradia para grande parte da população brasileira. Dentre esses estudos, Sá (2009) aponta Azevedo (2007, p. 14), Fernandes (in ABRAMO org. 2007, p. 139), Maricato (2001, p. 38), Baltrusis (2007, p. 238) e o próprio CAU/BR, em parceria com o Instituto DataFolha (2015), como mencionado na introdução deste capítulo.

4. A prática dos mutirões não é foco deste trabalho tendo em conta o fato de que tal prática não teve representatividade nas políticas implantadas no local de estudo (Bairro Nova Viçosa, Viçosa-MG), embora essa forma de autoconstrução seja fundamental para esclarecer o debate acerca da autogestão habitacional entre autores importantes como Francisco Oliveira (2006), Sergio Ferro (2006) e João Marcos Lopes (2006). Para compreender melhor o conceito de mutirão autogerido recorrer também às obras de Maricato (1982) e Bonduki (1998).

5. O termo “pulverizada” ao qual nos referimos tem o sentido utilizado por Sá (2009) e significa moradias construídas “uma a uma, e não em conjuntos habitacionais, embora estejam relativamente concentradas em assentamentos populares” (p. 36).

um processo de organização acadêmico-social que ganha corpo e identidade através das várias edições do Projeto HABITAT, desenvolvido sob responsabilidade do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esse projeto desenvolveu diversas ações intencionais de apoio técnico às famílias de baixa renda no desenvolvimento de projeto, reforma, regularização e/ou construção de suas habitações, tal como preconizado pela Lei nº 11.888/08, Lei de Assistência Técnica Habitacional Pública e Gratuita (LAT), que será tratada detalhadamente no Capítulo 2 dessa obra.

Consideramos que essa recente iniciativa contribui para ampliar e aprofundar o próprio conceito de Produção Social da Moradia que surgiu no âmbito da Reforma Urbana, sendo debatido na América Latina especialmente por Turner (1977) e por De La Mora (2007).

É imprescindível atentar-se ao fato de que...

[...] observando o sentido de autoconstrução definido até aqui, percebemos que ele poderia ocorrer em diversas classes sociais e áreas do tecido urbano, assumindo um significado semelhante ao de autopromoção habitacional, pois eventualmente algumas famílias de classe média ou alta assumem diretamente a produção de suas moradias, realizando a aquisição do terreno, contratação de projetos, de mão de obra, material de construção, até a obtenção de créditos bancários para financiar este processo, quando necessário (SÁ, 2009, p. 26).

Contudo, centramos a pesquisa nas classes sociais de menor poder aquisitivo, mais precisamente nas famílias enquadradas na faixa de renda de até três salários mínimos, integrantes de um processo excludente e informal de ocupação do bairro Nova Viçosa ao longo de décadas, mas que ao mesmo tempo tiveram suas capacidades para responder às demandas por moradia reconhecidas e impulsionadas pelo Projeto HABITAT.

Alertamos que durante a revisão de literatura realizada para este estudo foi constatado que o conceito de autoconstrução carece de estudos mais recentes, o que sugere que estaria acontecendo um esvaziamento sobre essa questão no meio acadêmico.

Notou-se que a maioria das produções a respeito estão concentradas nos períodos de 1970 a 1980 e depois no início da década de 2000. Como discute Mike Davis (2006), é possível perceber que toda a produção bibliográfica no Brasil, e em outros países de “capitalismo periférico”⁶, trata esta forma de provisão de habitações como prática associada às condições problemáticas de habitabilidade com as quais se deparam os pobres das cidades grandes, médias ou pequenas.

Porém, é importante ressaltar que essas condições não são consequência apenas da forma como a população constrói, mas principalmente reflexo na inércia e ausência da ação estatal nos assentamentos populares, no que tange ao ordenamento territorial e

6. Erminia Maricato (2009) adota a expressão “capitalismo periférico” para designar adequadamente os chamados “países subdesenvolvidos, países de terceiro mundo”.

serviços infraestruturais, como saneamento básico.

Tal aspecto demonstra um modelo excludente de produção da cidade, em que a população “se vira como pode”, sem apoio técnico baseado no planejamento urbanístico e arquitetônico formal ou sem acesso aos recursos financeiros do sistema habitacional do governo.

Com o intuito de entender melhor o conceito aqui tratado, recorremos a Maricato (1979), ao assinalar que o ato de autoconstruir é herança do trabalho coletivo do meio rural, das tradições dos mutirões pós-colheita constituídos por...

[...] festas com danças e bebidas num acontecimento que coroa o fim do dia, ou do processo de trabalho. A festa era uma forma de o pequeno produtor retribuir uma parte da ajuda prestada sendo que a outra parte seria retribuída em forma de trabalho, quando da convocação de um novo mutirão. [...] Se na zona rural essa prática começa a interessar os folcloristas ou estudiosos do folclore, dada sua extinção devido à “modernização” (que implica também atraso) nas relações de produção, nas cidades, principalmente nos grandes centros industriais, ela ganha importância cada vez mais fundamental no que diz respeito à construção de casas destinadas à classe trabalhadora bem como a outros aspectos do crescimento urbano, que tem no assentamento residencial da população que migra do campo para a cidade fator de influência significativa. (MARICATO, 1979, p. 71)

Como apontado na introdução desse capítulo, pode-se dizer que as “confraternizações pós-construção” realizadas em forma de churrasco, feijoada, entre outros, são fatos que comprovam a semelhança com as festas pós-colheita no campo, como forma de retribuição da ajuda de amigos e familiares na edificação das moradias. Essas são similaridades entre formas de solidariedade que comprovam a estreita relação entre as práticas que tanto o trabalhador rural quanto o trabalhador urbano carregam, reproduzem e perpetuam em diferentes espaços “para suprir e permitir o acesso a direitos essenciais” (LEITE, 2014, p. 16).

Porém, Maricato (1979, p. 71) alerta que se deve tomar cuidado com a conotação romântica desse lado da prática que exalta o “sentimento de amizade e solidariedade entre moradores estimulados apenas pela alegre sensação de produzir a casa com as próprias mãos”. Segundo a autora, ao colocar essa “miopia” de lado, a verdadeira ótica demonstra que se trata de um processo alienante e que suga as horas de descanso do morador que autoconstrói sua casa após sua jornada de trabalho e/ou aos finais de semana, horas que não deveriam ser investidas em mais uma forma de reprodução da força de trabalho.

Desta forma, acontece uma “solidariedade forçada”, através da qual “firma-se um compromisso de troca de favores em bases espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade”.

Oliveira (1979) ainda coloca que...

[...] se a autoconstrução tem a *aparência* de um reencontro entre o trabalhador e o produto, o fruto do seu trabalho, esse é um fetiche que recobre um processo altamente alienante, sendo o contrário da desalienação, pois fecha as classes trabalhadoras num “círculo de giz” onde atuam como criadores de uma riqueza social, que volta a ser posta a serviço do capital na medida em que a força de trabalho continua a ser *uma mercadoria para o capital*. Não se está, pois, frente a nenhum processo de desalienação, como pensa um certo populismo, que perigosamente pretende encaminhar proposições para o conjunto das classes trabalhadoras a partir de experiências que são um reforço à alienação. (p.16)

Concordamos quando Maricato (1979) escreve “que o espírito de fraternidade e de solidariedade podem até existir no processo de construção de moradias populares, porém se dá sob o sacrifício do trabalho árduo que consome as horas de descanso do trabalhador”. Porém, apesar de toda a argumentação pertinente mencionada acima, entendemos que essas opiniões apresentam um olhar defasado, voltado geralmente à discussão sobre as experiências dos mutirões.

Experiências e opiniões que ainda não tinham experimentado políticas habitacionais desenvolvidas no Brasil como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que, apesar de surgir como uma tentativa de redução do déficit habitacional no país, acabou por seguir um padrão excludente visto nas políticas convencionais que privilegiavam a implantação de conjuntos habitacionais nas periferias e conferem acesso à moradia para as classes populares em terrenos marginais, desterritorializando-as da cidade, pois...

[...] parece-nos realmente improvável que toda a diversidade e volume dessa demanda possam ser respondidos por sistemas centralizados de produção de moradias. Por sistemas centralizados nos referimos a projetos e empreendimentos de grande ou médio porte, elaborados e conduzidos por empresas privadas ou órgãos governamentais. Esse modelo de produção demanda quase sempre grandes terrenos, onde se constroem unidades habitacionais padronizadas, geralmente com dimensões muito pequenas quando são destinadas ao público de baixa renda, ou de classe média-baixa. (SÁ, 2009, p. 32)

Hoje, diante do cenário praticamente impenetrável de inserção na cidade formal pelas camadas populares, consideramos neste trabalho que a autoconstrução tem de ser fortalecida nos programas que apresentam propostas para melhorar as condições habitacionais, visto que, utilizando de um jeito contrário a ideia de Maricato (1979), é forma potencial de...

[...] um maior contato do morador produtor com a habitação produto, permitindo-lhe uma visão integrada de processo produtivo e portanto um contato desalienante com o produto, já que o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação. (p. 72)

Pois...

A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semanas, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). (p.72 a 73)

Ao que tudo indica “a habitação popular autoconstruída é uma clara demonstração de como as classes subalternas resolvem essa questão frente às impossibilidades do/no seu cotidiano. É o possível frente ao inacessível” (LEITE, 2014, p. 20).

A autoconstrução e sua territorialidade

A referência territorial é um elemento crucial para entender a autoconstrução por esta ocorrer geralmente em assentamentos urbanos informais, como se a informalidade e a irregularidade “andassem de mãos dadas” com o ato de autoconstruir moradias, consolidando essa aliança no espaço urbano ao longo de anos e viabilizando uma urbanização própria dos grupos menos abastados financeiramente. São territórios em constante “transição entre a irregularidade urbanística e fundiária, em busca de uma integração com a cidade formal” (SÁ, 2009, p. 27).

Quando se fala em informalidade urbana há uma referência à produção espacial e habitacional não condizente aos parâmetros formais, legais de formação do território da cidade, tanto na dimensão urbanística, como nas dimensões jurídica e edilícia.

Um olhar atencioso sobre esses “territórios autoconstruídos da informalidade” evidencia que o volume de autoprodução habitacional supera o volume de produção do mercado formal e da ação governamental, principalmente no que tange à população com renda mensal de até três salários mínimos, que compõe a grande maioria do déficit habitacional brasileiro e tem sido um recorte bastante usual no desenho das políticas públicas, como é o caso da Lei nº 11.888/08 (SÁ, 2009).

Além disso, é evidente que grande parte da população urbana, sem acesso ao mercado imobiliário formal e aos programas habitacionais do governo, busca alternativas para a obtenção de moradia utilizando os próprios recursos técnicos e financeiros, ocupando e construindo de forma precária nas áreas dotadas ou não de infraestrutura, principalmente nas periferias urbanas⁷.

Periferias que não são alvo de maior interesse imobiliário e do planejamento urbano, frequentemente caracterizadas pela dificuldade de ocupação e urbanização ao

7. Dentre os variados usos que assume a expressão periferia, optamos aqui por relacioná-la às áreas onde ocorre a privação de serviços públicos e segregação no que tange ao acesso a benefícios dos territórios urbanos formais e ao direito de reconhecimento como parte integrante e predominante da cidade. Um uso do termo periferia que não se restringe à localização espacial no contexto urbano e à distância física em relação às áreas centrais.

encontrarem-se em terrenos mais declivosos, em áreas de proteção ambiental e/ou de risco, distantes dos centros de consumo e trabalho e onde a pouca “infraestrutura só foi conquistada com forte pressão social e/ou clientelismo político-eleitoral” (SÁ, 2009, p. 28).

No senso comum estereotipado ou no contexto popular, esses locais marginalizados recebem diversas denominações sendo chamados de favelas ou até de invasões. Já no contexto dos movimentos sociais organizados e politizados, esses termos tendem a ser combatidos e modificados “com o desenvolvimento das abordagens governamentais e do planejamento urbano nas décadas recentes” (SÁ, 2009, p. 28). Um exemplo disso é que na linguagem acadêmica e do planejamento urbano esses termos ganham nova roupagem: ocupações ou assentamentos irregulares, ilegais, espontâneos, subnormais, precários, de baixa renda, áreas pobres, etc.

Desse modo, entendemos que a práxis espacial é ponto essencial para se entender o cotidiano da cidade, e em acordo com as ideias de Sá (2009) adotamos como mais adequado para este estudo o termo “assentamentos populares”, com um sentido mais abrangente, abraçando dentro dele as casas populares autoconstruídas assentadas tanto em terrenos formais como em terrenos informais.

É importante destacar que para este estudo focamos a análise na forma de construção das moradias nesses assentamentos e não em questões legais ligadas, por exemplo, à propriedade de terra.

Apreende-se que é como solução à ideia de déficit habitacional que a autoconstrução se consolida nos assentamentos populares, e que é com a contribuição das periferias, reconhecidas por Saunders (2013) como “o futuro das cidades”, mas que também são tidas como “anomalias” ou “arredores da desordem” (uma cômoda aparência), que o planejamento urbano torna-se possível (LEITE, 2014).

Autoconstrução e autonomia

Mesmo com todos os dilemas da lógica habitacional popular mencionados aqui, a autoconstrução não é motivada apenas pelas dificuldades de inserção no mercado imobiliário formal, mas pode ser interpretada como...

[...] uma alternativa ‘espontânea’ das próprias famílias quando buscam alguma autonomia para definir soluções habitacionais mais próximas de seu contexto sócio- cultural e de suas necessidades específicas. Alternativas que não estariam acessíveis (para esse público) no mercado imobiliário formal, nem são viabilizadas pela ação estatal. Lembrando, porém que as famílias de baixa renda não dispõem de muitas alternativas de acesso à moradia digna no contexto atual (SÁ, 2009, p. 30).

E dentro do universo extremamente limitado de escolhas e rumos, os moradores autoconstrutores se tornam agentes do espaço citadino, desenhando-o, grafando-o, mesmo que em forma de rascunho, mesmo que com um *design* amador, consolidando uma

conquista territorial dentro do disputado meio urbano.

A autoconstrução representa uma grafia populacional que delinea a paisagem urbana enquanto alternativa mais vantajosa de provisão de moradia, antecipando-se aos agentes do mercado imobiliário ou das políticas estatais, antes mesmo “da população ser convertida em consumidores ou mutuários” (SÁ, 2009, p. 30). Uma mobilização financeira *outsider* do âmbito formal de reprodução e acumulação do capital imobiliário e da construção civil, em que não há intermediação direta de agentes econômicos estatais ou empresariais na produção e consumo da moradia.

Dentro do “mercado formiguinha”⁸ da autoconstrução, quem se destaca é o morador autoconstrutor que assume o papel de protagonista da sua produção habitacional e deixa à margem desse processo as regras ditadas pelo setor imobiliário e pelo Estado, priorizando respostas às suas necessidades de moradia e desfavorecendo a geração de lucro imobiliário ou de prestígio político estatal. Segundo Turner (1977), se trata de uma auto-governabilidade que rompe com os sistemas centralizados de produção habitacional e que estabelece formas mais adequadas e sustentáveis para a demanda das classes populares.

Nesse estudo, tomando como referência o bairro Nova Viçosa, consideramos que a autogestão se trata de uma forma rápida de suprimento da demanda por moradia das famílias carentes, mas não uma forma adequada, pois resulta quase sempre em edificações inseguras e insustentáveis.

Rocha (2011) argumenta ainda que a constituição das áreas periféricas autoconstruídas não se dá apenas pela indigência econômica e pela insuficiência habitacional como uma simples alternativa espontânea das famílias de baixa renda, mas que realmente se dá por uma tríade composta por “necessidade, desejo e fruição”, influenciada pelas relações de vizinhança e parentesco, pelo acesso aos locais de trabalho, entre outros. Ou seja, a ocupação e construção no local de moradia vão além de uma necessidade básica da vida humana, pois se leva em conta no momento da decisão:

- a. Facilidade de acesso ao terreno de um familiar ou lotes próximos, “em assentamentos populares consolidados e com algum nível de urbanização”, que equivalem a soluções habitacionais mais próximas do contexto sociocultural dos moradores (SÁ, 2009, p. 30). Lugares onde o espaço individual e coletivo

8. Termo encontrado no artigo “*Puxadinho’ aquece a construção civil*”, de Geórgia Choucair do Jornal Estado de Minas, 2012, e utilizado pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) na época, Paulo Safady Simão, a fim de designar a economia informal da autoconstrução desenvolvida pela população de menor poder aquisitivo e que pouco a pouco, com a compra lenta, porém massiva e progressiva de materiais de construção aquece a construção civil. Apesar de Paulo Safady Simão ter dito nesse artigo de 2012 que era contrário à criação de políticas de habitação popular com base nesse mercado, pois seria um estímulo à informalidade, segunda Sá (2009) inúmeros setores de produção e comercialização de materiais de construção já reconhecem o peso da movimentação financeira dessa economia popular e demonstram interesse em programas estatais nesse viés. Interesse que pode ser constatado em sites como o da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) e da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO).

normalmente é usado, usufruído ao limite, sem limites, abrigando uma, duas ou mais casas nos pavimentos acima, abaixo, ao lado... Exemplos físicos e práticos que nos ajudam a entender porque Rocha (2011) menciona os termos fruição e gozo da potencialidade espacial da autoconstrução, e que nos ajudam a entender as ideias de Turner (1977) quando ele argumenta a prioridade dessas populações pelo abrigo familiar; e

- b. Facilidade de desdobramento das atividades cotidianas, como acesso aos locais de trabalho e comércio, possibilidade de deixar os filhos aos cuidados da avó na casa ao lado enquanto os pais trabalham, por exemplo; demonstrando que os “cidadãos enquanto indivíduos têm no desejo, e não apenas nas dificuldades, o motor de suas atitudes que vêm dos relacionamentos interpessoais, mesmo sob influências imperiosas do econômico” (LEITE, 2014, p. 19).

Diante disso, mesmo que precária e limitadamente, a população de menor renda se torna sujeito e agente produtor do espaço urbano através da autoconstrução, fazendo-se autônoma ao demonstrar sua capacidade de ajuste, inserção e resistência na cidade capitalista.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM

Apreciar a natureza e os lugares do mundo sempre foi prazeroso aos olhos humanos. Buscar entender os espaços através dessa apreciação significa uma evolução e um exercício constante, especialmente a partir do século XV, quando essa prática dá origem ao conceito de paisagem.

De acordo com Claval (1999), esse conceito assume múltiplas roupagens ao longo do tempo; inicialmente como mera análise de pinturas bucólicas e como descrição sintética e física da superfície terrestre e de seus elementos naturais enquanto objetos únicos de estudo, tendo o homem um papel secundário; e posteriormente, com as obras de Humboldt, é introduzida uma perspectiva mais densa ao estudo das paisagens ao levar em consideração a influência das atividades humanas na conformação da natureza. Essa evolução ocorreu paulatinamente, e com ela surgiu a Geografia Humana (LEITE, 2014).

A Geografia Humana ampliou a análise de conceitos geográficos como espaço, lugar, região, território e, em especial, o conceito de paisagem, valorizando a sensibilidade dos pesquisadores em relação às dimensões humanas e culturais que permeiam o mundo, uma vez que:

É tentador render-se às especificidades culturais das populações responsáveis pela variedade infinita das paisagens. Os geógrafos formados nas disciplinas do olhar - que sabem passar da visão horizontal ou oblíqua do

passante, sensível a tudo o que lhe chega ao olhar, à visão sintética oferecida pela percepção vertical - são sempre reticentes quando lhes são propostas interpretações culturais: eles têm o sentimento de que as abordagens funcionais que aprenderam a desenvolver vão mais longe e permitem entrar mais profundamente na intimidade dos fatos sociais e na sua tradução espacial (CLAVAL, 1999, p. 43).

Dentro da Geografia Humana encontramos a Geografia Cultural que tem como um de seus grandes representantes Paul Claval; geógrafo que defendeu que na análise das paisagens, que sofreram e sofrem as ações do homem, deve haver a conciliação de...

[...] olhares distanciados com olhares imersos em um determinado local. Ao olhar mais distanciado, dá-se o nome de visão horizontal ou oblíqua, referindo-se ao ponto de vista direto do observador sobre a paisagem, o relevo e as marcas humanas. Esse ponto de vista é limitado e continua suficientemente próximo do ponto de vista dos pintores, embora permita uma visão geral de uma área ampla. Já ao olhar imerso dá-se o nome de percepção vertical, referente ao conjunto de observações e conclusões que se pode obter através da sistematização de resultados, quando a visão do geógrafo deixa de ser oblíqua e horizontal (LEITE, 2014, p. 48 a 49).

Esse avanço na abordagem de Paul Claval acerca do conceito de paisagem encontrou motivação nas obras de Josef Schmithüsen e Heinrich Riehl, que durante o século XIX já sentiam a necessidade de entender e desvendar, através da ciência, as marcas das populações nos espaços que eles mesmos modelam, pois consideravam as paisagens como a “obra de um sujeito, o povo, que persegue modalidades que variam com sua divisão em grandes linhagens, com os diversos status de seus membros e com as oposições sociais e políticas que ali se desenvolvem” (CLAVAL, 1999, p. 46).

Claval (1999) encontrou motivação em Sauer, estudioso que adverte sobre a importância do observador em atentar-se à “dimensão viva” das paisagens, referindo-se à vida vegetal de um lugar como traços vivos da ação antrópica (p. 46). Entretanto, ao contrário do significado da expressão para Sauer, entendemos e utilizamos nesta pesquisa, assim como Claval (1999), o termo “dimensão viva” como a manifestação dos desejos e necessidades dos homens que constroem as diferentes paisagens.

Aqui buscamos adotar um olhar sensível à dimensão simbólica e cultural da paisagem do bairro Nova Viçosa, uma vez que analisamos a conformação desse assentamento popular urbano através da leitura da sua paisagem autoconstruída, conciliando dois olhares sobre a realidade do bairro em relação à prática da autoconstrução e à atuação do Projeto HABITAT:

- I. o horizontal, ou seja, um olhar mais geral, “tudo aquilo que fosse visto, o que a nossa visão alcançasse, o domínio do visível no bairro, tudo aquilo que o olhar abarcasse” (SANTOS, 1988, p. 21); e
- II. o vertical, ou seja, um olhar mais aprofundado e específico (vertical).

Essa combinação aliada ao estudo de Jacques (2003) possibilitou superar pontos de vista ligados somente à estética superficial das paisagens periféricas e descobrir traços de resistência habitacional e de uma urbanização própria das classes menos abastadas financeiramente.

Jacques (2003) foi obra fundamental para o desfecho do entendimento do conceito de paisagem referente aos assentamentos urbanos populares que se pretendeu alcançar durante esse estudo, ao questionar a forma como o meio acadêmico segrega do campo disciplinar da arquitetura o que ela chama de “manifestações arquitetônicas vernaculares” das áreas pobres, das favelas, às quais é conferido o status de não-arquitetura.

Em uma abordagem a partir do ponto de vista do artista tropicalista Helio Oiticica, Jacques (2003) defende a existência de uma estética própria dos assentamentos, com arquitetura e urbanização específicas desses espaços, fruto de um processo espaço-temporal, definida a partir de Choay (1988) como uma estética vernácula: “arquitetura característica de uma região ou arte local”.

Estética essa que é analisada apoiando-se em três noções do pensamento pós-estruturalista resgatadas de Foucault, Deleuze e Derrida:

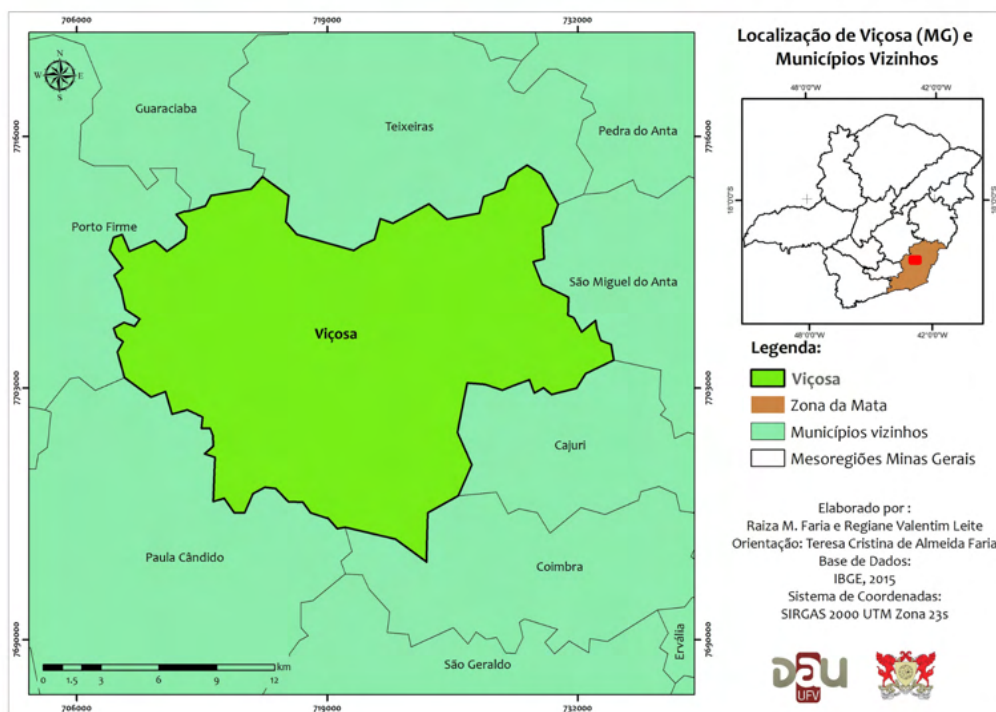
1. Fragmento: de acordo com a autora a formação das favelas é definida como um processo arquitetônico e urbanístico singular com características próprias, responsáveis por uma paisagem agregada por fragmentos (os barracos, casas autogeridas);
2. Labirinto: a aglomeração desses diferentes tipos de arquiteturas fragmentadas é delineada por vias confusas, que conformam verdadeiros labirintos espontâneos responsáveis pela ginga, movimento, fluidez dos habitantes que conhecem bem esses espaços; e
3. Rizoma: a expansão progressiva dos fragmentos e labirintos, por sua vez, se alastram pela cidade como rizomas com forte impulso de reprodução e sobrevivência diante de condições precárias para a instalação de moradias mais dignas.

Deste modo, buscamos atrelar a noção de paisagem de Claval (1999) à concepção de arquitetura encontrada em Jacques (2003) ao entender que os assentamentos urbanos populares costumeiramente são obra “do acaso, sem projeto e produto de bricolagem”, cuja “poesia ou estética” advém “justamente desse resultado único e inesperado” e que “obedece a uma lógica distinta daquela da arquitetura projetada”, sendo ligada à improvisação, ao movimento, ao anonimato e ao coletivo” (Sant’Anna, 2014).

MESCLANDO OS CONCEITOS EM UMA ANÁLISE ÚNICA: AUTOCONSTRUÇÃO E PAISAGEM NA PERIFERIA DE VIÇOSA (MG)

Histórico e caracterização do município

Em uma unidade territorial de 299,418 km², aproximadamente 77.318 pessoas habitam a chamada Viçosa, cidade integrante da mesorregião da Zona da Mata mineira, considerada de pequeno porte, mas que carrega o título de polo microrregional ao influenciar diretamente os municípios do seu entorno, como Teixeira, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta, Porto Firme, entre outros (IBGE, 2015). O Mapa 1 ilustra essa localização:



Mapa 1: Localização de Viçosa (MG) e municípios vizinhos.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Distante 225 km da capital do estado, Belo Horizonte, acredita-se que Viçosa seja uma boa cidade para morar, pois ao analisar dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2010) vemos que seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é alto e gira em torno de 0,775. Deste modo, espera-se ter vida longa nessa cidade (índice de longevidade de 0,883), boa

renda (índice de renda de 0,758) e maiores e melhores condições de estudo (índice de educação de 0,696) (IBGE, 2015).

Os rios Turvo Sujo e Turvo Limpo perpassam sua região de planalto, com relevo acidentado composto por cadeias de montanhas agrupadas próximas umas das outras, com altas declividades e formando vales estreitos, o que contribui para a ocupação e construção de casas de parte da população em áreas íngremes (RIBEIRO FILHO, 1997).

A área urbana situa-se em um vale, com altitude próxima a 649 m, onde cerca de 40% do espaço construído está situado em área com declividade de até 15%; 20% situado em área com declividade entre 15 e 30% e onde os 40% restantes encontra-se em terrenos com declividades iguais ou superiores a 30% (DIAS et al, 2012). Mesmo esses números sendo de uma análise realizada em 1993, pouco mudou até o ano em curso, 2021, com uma contínua ocupação de áreas declivosas, visto que as áreas centrais, geralmente mais planas, encontram-se saturadas e hipervalorizadas imobiliariamente.

Como existem indícios de que as “primeiras edificações foram erguidas próximas a uma capela junto ao ribeirão São Bartolomeu”, onde hoje, em 2021, situa-se a Rua dos Passos, e como haviam grandes doações de terras à Igreja Católica, pode-se afirmar que esta foi o primeiro agente de produção do espaço urbano da cidade, uma vez que “a vida religiosa se confundia com a própria vida civil”:

[...] com a morte, em 1819, do Padre Manoel Inácio de Castro. Ele era um latifundiário local e parte de suas terras, situadas próximas ao largo da ermida, foi dividida em pequenas frações e colocada à venda. O restante da área foi partilhado entre seus herdeiros. Este primeiro “loteamento” ocorrido em Viçosa atraiu pessoas de outros locais, principalmente de Piranga. (CRUZ, 2014, p. 16 a 17)

Após a construção do marco arquitetônico, a ermida Santa Rita, o local passou de freguesia a distrito, de distrito a município, até ser elevado à categoria de cidade de Viçosa pela Lei Provincial n.º 2.216, de 03-06-1876. A Figura 2 apresenta a vista do centro da cidade a partir da ermida Santa Rita:



Figura 2: Vista para o centro de Viçosa a partir da Ermida Santa Rita de Cássia, 2011.

Fonte: Site Skyscrapercity.

Com tradição em atividades agropecuárias voltadas, inicialmente, ao abastecimento da população local e das cidades mineradoras Ouro Preto, Mariana e Piranga, a cidade passa a ser considerada, na primeira metade do século XIX, como “um pujante polo de comercialização agrícola, tendo o café como o seu principal produto” (Site da Prefeitura Municipal de Viçosa).

Com a implantação da estrada de ferro *Leopoldina Railway*, em dezembro de 1885, Viçosa começa a experimentar um processo mais intenso de urbanização, no início com infraestrutura de serviços bastante precária (água captada da antiga Fazenda Conceição, distribuída para poucas casas, e iluminação pública à base de querosene), e que depois foi impulsionado pela incorporação da energia elétrica na sua malha urbana.

Em 1922, por iniciativa de Arthur da Silva Bernardes, então presidente da província de Minas Gerais, a cidade evolui no ramo educacional quando começa a ser construída em uma grande área plana a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), instituição de ensino superior com o objetivo de desenvolver pesquisas científicas sobre problemas agrícolas e de introduzir tecnologia na atividade agrária.

A dinâmica da cidade em todas as suas dimensões (física, urbana, social, cultural, política e econômica) se transformou com o intenso processo de urbanização e crescimento do espaço urbano, ocorrido essencialmente a partir do final da década de 60 e início da década de 70, em virtude da federalização, em 1969, e expansão da antiga ESAV, que

passou a ser Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), entre 1948 e 1969, e que hoje é denominada Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esse processo de federalização consistiu em uma injeção consubstancial de capital na UFV que possibilitou sua expansão, criação de novos cursos, bem como a contratação de mais docentes e técnicos administrativos.

Reflexo disso foi a vinda de grande contingente populacional, inclusive estudantes, o que aumentou a população urbana de 9.342 habitantes, em 1960, para 17.000 habitantes, em 1970, ou seja, aumento de mais de 80% no intervalo de dez anos. Essa taxa de crescimento populacional se repetiu no mesmo intervalo de tempo, entre 1970 e 1980, totalizando nesse último ano 31.179 habitantes. Embora ao longo da década de 1980 essa taxa ter tido uma redução, a mesma continuou elevada, ficando próxima a 50%. Nas décadas posteriores, as taxas demográficas se acomodaram em torno de 30% (RIBEIRO FILHO, 1997; CRUZ, 2008).

Apesar de, juntamente com as novas instituições privadas de ensino superior implantadas a partir dos anos 2000, a UFV ser responsável pelo título de “polo educacional” conferido à cidade, o rápido processo de urbanização gerado pela sua federalização, atrelado ao diminuto aporte governamental no que tange à provisão infra-estrutural, contribuiu significativamente para o aumento de desigualdades socioespaciais com a elitização de áreas centrais de topografia adequada para construções e com ocupações de risco em áreas periféricas pela população de menor renda, resultando em degradação do ambiente natural (RIBEIRO FILHO, 1997; LEITE, 2014).

Isso é retrato geral do que aconteceu no Brasil a partir da década de 1930, devido ao forte processo de transição de país agrário-exportador para industrial, o que alimentou a crença de melhoria da qualidade de vida através das novas oportunidades de trabalho nos centros urbanos. Essa crença foi responsável pelo movimento migratório rural-urbano que provocou o inchaço populacional nas cidades, despreparadas e incapazes de absorver dignamente os imigrantes pobres, seja no mercado de trabalho, seja no seu espaço urbano.

Diante de todo esse panorama histórico e apesar de recentemente Viçosa vivenciar um novo rumo imobiliário, com o espraiamento e expansão de bairros rumo a periferias conformadas por condomínios fechados, onde reside a população de maior renda, e por universidades privadas, pode-se afirmar que desde seus primórdios os bairros populares da cidade ficaram à mercê da precariedade e se desenvolveram às margens da legislação, sob um modelo de privação no que se refere a serviços sociais, degustando amargamente um urbanismo contraditório, como é o caso do bairro Nova Viçosa sobre o qual trataremos no próximo tópico (RODRIGUES, 2008).

Nova Viçosa: a prática da autoconstrução na conformação da paisagem urbana de um bairro periférico

Vimos que os bairros de periferia são reflexo da produção desigual e excludente do espaço urbano de Viçosa, que apresentam diferentes níveis de integração com as áreas centrais e com a cidade formal, com predominância de condições precárias de habitabilidade na maioria deles, conforme atestam estudos nesse sentido (LEITE, 2014; COUTINHO, 2010).

Observa-se a proliferação de assentamentos periféricos que são reproduzidos e reprodutores de uma urbanização brasileira calcada no trinômio: loteamento popular, casa própria e autoconstrução (BONDUKI, 2011).

Um claro exemplo disso é o bairro Nova Viçosa, que surgiu no contexto da federalização da UFV e concomitantemente ao aumento populacional daquele momento, quando ocorreu a valorização imobiliária das áreas centrais já urbanizadas e inseridas na malha urbana, e o surgimento de diversos bairros periféricos como territórios possíveis, acessíveis à ocupação da população de menor renda.

O bairro localiza-se na região noroeste da cidade, a 4 km do centro, conforme mostra a Figura 3 a seguir, que também apresenta os principais pontos de referência espacial no Nova Viçosa.

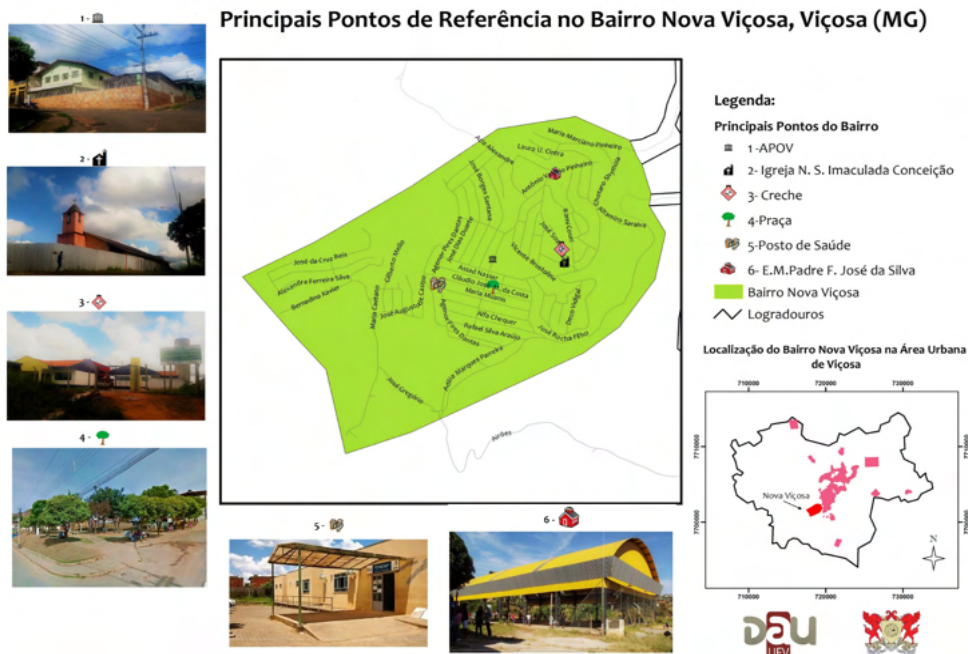


Figura 3: Principais pontos de referência no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG).

Fonte: Fotos do acervo das autoras, 2017.

Foi implementado na década de 1970, por iniciativa do então prefeito municipal, Antônio Chequer, que parcelou propriedades rurais em 3500 lotes, por meio da Construtora Chequer, e os doou ou vendeu a preços baixos e com condições facilitadas de pagamento. Isso se confirma na fala de um morador do bairro, que se deslocou da zona rural de Porto Firme, cidade situada a 36 km de Viçosa, em busca de melhores condições de renda e emprego na cidade:

“Vim direto pra Nova Viçosa há trinta e sete anos, vim pra cá em 79, agora em julho faz trinta e sete anos... Comprei o terreno à prestação naquela época que o Toninho Chequer vendia à prestação, comprei o meu lote no valor de seis mil, naquela época era cruzeiro né?! Seis mil cruzeiro e quinhentos. Eu comecei a trabalhá, aí passou um mês, dois mês, o salário era pequeno, aí que eu juntei um dinheiro, aí que eu dei entrada de um mil reais no lote e fui pagando o resto parcelado” (Senhor J.E.L.)

A iniciativa de implantação do bairro Nova Viçosa teve dois objetivos: a) remanejar as famílias pobres, normalmente imigrantes oriundas das áreas rurais e das cidades pequenas do entorno do município, que ocupavam o centro da cidade; e b) satisfazer interesses políticos eleitoreiros ao fornecer lotes e casas a baixos custos e até mesmo doando-os, ganhando votos ao “possibilitar a realização do sonho da casa própria”, mesmo que em locais inadequados, pois “o loteamento foi inaugurado (1979) sem qualquer serviço de infraestrutura urbana” (TARÔCO, 2011, p. 50).

Ao mesmo tempo em que os lotes foram vendidos a preços acessíveis à parcela mais carente da população, esta foi vítima de um novo processo de exclusão na cidade, fazendo com que os problemas sociais que imperam no bairro até o decorrente ano, 2021, ficassem distantes do centro e longe dos olhos da gestão pública. A fala do outro morador descreve a situação inicial do bairro:

“[...] Falei: eu caí demais. Morava numa casa boa lá (EM SUA CIDADE DE ORIGEM: ARAPONGA), e eu caí demais. Comprei um barraco de três cômodu, não tinha água, não tinha luz, uma escuridão danada esse trem aqui (REFERINDO- SE À ÁREA DO BAIRRO NOVA VIÇOSA MAIS PRÓXIMA A POSSES).”

(Senhor A.S.)

A invisibilidade conferida a esses problemas foi conveniente ao Estado por muito tempo, mas tem ganhado destaque recentemente, pois no ano de 2016, a Prefeitura Municipal foi condenada a refazer a infraestrutura urbanística relacionada ao desmembramento e loteamento dos terrenos feitos de forma irregular ocasionando prejuízos ambientais e sociais de grande impacto no bairro Nova Viçosa, conforme notícia⁹ veiculada pelo Jornal Folha da Mata que ressalta:

9. A matéria completa encontra-se no ANEXO A.

'O que se verifica da prova carreada aos autos é que no Bairro Nova Viçosa há uma situação de crescimento desordenado, o que vem causando prejuízos urbanísticos e ambientais de grande impacto, colocando em risco a população local. Dessa forma, em observância ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, é inadmissível que o Município réu mantenha-se inerte perante a situação em comento'. (FOLHA DA MATA, 2016)

O bairro é considerado hoje uma área de crescimento urbano espontâneo, de característica majoritariamente residencial, com extensas áreas ocupadas por pequenas casas em lotes de pequenas dimensões¹⁰, carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos. (DIAS, 2012).

Todos esses aspectos geraram um...

[...] quadro generalizado de irregularidade no bairro, com 72% dos lotes sem registro em cartório, apenas 1,84% das construções realizadas com aprovação da prefeitura e 84% das edificações apresentando irregularidades construtivas. Detecta-se o poder público como grande gerador da ocupação irregular, na medida em que permite que ela ocorra, ignorando-a para que a população carente seja capaz de prover sua própria moradia sem que o Estado faça uma gestão habitacional efetiva. (DIAS, 2012 - modificado pela pesquisadora)

Frente a esse cenário de exclusão e irregularidade que é antigo no bairro, os moradores, submetidos às dificuldades urbanas e habitacionais, passaram a combinar a prática da autoconstrução com, como comenta Maricato (1979), a herança do trabalho coletivo da roça e começaram a erguer, eles próprios, auxiliados por vizinhos, parentes ou amigos, suas casas nos espaços que apresentavam possibilidades mínimas de instalação.

O fenômeno da autoconstrução faz parte da constituição do bairro, pois os trabalhadores-autoconstrutores constroem sem nenhum tipo de assistência técnica e seguem realizando reformas, construções de novas moradias ou “puxadinhos”¹¹ nas lajes das casas dos familiares, nos fundos dos lotes ou em novos terrenos, através de economias escassas, geralmente, absorvidas pela constante ampliação do espaço habitacional. Isso faz com que seja comum andar pelas ruas do bairro e se deparar com materiais de construção nas calçadas, aguardando para serem empregados em construções futuras, como podemos ver nas Figuras 4 e 5.

10. Área média dos lotes é de 200 m², com testada de 10 m e profundidade de 20 m.

11. Ampliação realizada em uma casa seja para potencializar os espaços dos cômodos ou até mesmo para servirem como mais uma moradia no terreno (LEITE, 2014).



Figura 4: Presença de materiais de construção nas calçadas de praticamente todas as ruas do bairro Nova Viçosa.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.



Figura 5: Presença de materiais de construção nas calçadas de praticamente todas as ruas do bairro Nova Viçosa.

Fonte: Google Maps, 2013.

Essa característica progressiva da autoconstrução faz com que se tenha a percepção, através do olhar horizontal definido por Claval (1999) referente à imagem externa do bairro, de uma paisagem eternamente e precariamente inacabada, realmente fragmentária, mas estereotipada como local da feiúra e da desorganização, onde impera a falta de planejamento. A Figura 6 retrata a paisagem fragmentária do bairro Nova Viçosa.



Figura 6: Vista do bairro Nova Viçosa a partir do segundo pavimento de uma casa autoconstruída.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Essa percepção não é de todo errônea, uma vez que a “periferia é permanentemente uma obra inacabada, refletindo um processo desigual da reprodução social e uma dinâmica contraditória de produção do espaço, que é valorizado seletivamente” (VILLAÇA, 1986). Porém, ao se adentrar mais profundamente no espaço do bairro e ao conhecer as casas e seus moradores, a partir da perspectiva do olhar vertical definido por Claval (1999), entendemos que na verdade essas paisagens em constante autoconstrução não são elemento isolado, distante ou invisível, e sim...

[...] elemento constitutivo – que se engendra, a partir e sobre as condições urbanas da expansão capitalista, sobre a formação do proletariado, sobre os vários fatores da determinação dos salários, sobre a contradição e não apenas sobre o paradoxo, de como uma enorme massa de assalariados não chega a constituir-se num mercado para a produção capitalista seja da residência, seja de melhoramentos públicos. (OLIVEIRA, 1979 *apud* MARICATO, 1979, p. 15 a 16)

O cruzamento da perspectiva horizontal, do olhar sobre a estética, com a perspectiva vertical, do olhar sobre os aspectos culturais e sociais, no Nova Viçosa revela ainda que há ali sentimentos coletivos de pertencimento, de inserção na cidade e de conquista de um lar, mesmo que de maneira deficiente. Na fala do morador há a confirmação desses sentimentos:

“Pra mim o bairro representa tudo, pra mim é uma maravilha, o bairro Nova Viçosa pra mim como diz o ditado, é a mesma coisa como se fosse quase mesmo a minha casa, mesmo né, porque praticamente eu vim pra cá junto com o nascimento do bairro e já vou vendo ele crescer assim né?!” (Senhor J.E.L.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 1

Ao longo deste capítulo, buscamos atender o primeiro objetivo específico da pesquisa (OE1) no intuito de apresentar um panorama histórico sobre a autoconstrução no Brasil e entender se a dinâmica e efeitos dessa prática podem ser considerados elementos constituidores da paisagem e produtores do espaço urbano.

Como resposta a esse objetivo, vimos que a autoconstrução, enquanto elemento possibilitador de acesso à moradia-abrigo, mesmo atrelada à precariedade e à irregularidade, se constitui em prática conformadora da paisagem em constante mutação de diversos espaços, mas principalmente da paisagem nos assentamentos urbanos populares.

Refletindo sobre as ideias de Claval (1999) e Jacques (2003) e relacionando-as ao caso do Nova Viçosa, vimos que, a partir da perspectiva horizontal de observação sobre o bairro, o processo de autoconstrução propaga no local a percepção de uma paisagem:

- fragmentária: casas eternamente inacabadas e em constante obra, o que conota ao local um aspecto visualmente negativo;
- com presença de labirintos: não que o bairro tenha vielas e becos estreitos e confusos, pois o bairro seguiu um projeto de loteamento, com traçado aproximadamente ortogonal, mas no sentido de que a maioria das ruas e casas não apresentam sinalização ou numeração, o que causa confusão na orientação espacial do passante; e
- rizomática: uma vez que a prática da autoconstrução possibilita a ocupação rápida pelo bairro, fazendo com que ele se expanda territorialmente como verdadeiro “rizoma”.

Já a percepção da dimensão vertical dessa paisagem demonstra que o espaço urbano autoconstruído de Nova Viçosa vai além da impressão estética negativa e revela traços de solidariedade, uma vez que as obras são feitas mediante ajuda mútua entre vizinhos, parentes e amigos; como também revela traços de resistência, ajuste e pertencimento, pois os moradores encontram na autogestão de suas casas meio de obtenção de moradia, conquista da casa própria, e nesse processo, se sentem inseridos na cidade.

Por fim, podemos considerar o bairro Nova Viçosa, como tantos outros bairros de periferia no Brasil, como “cidades de chegada”, definição de Saunders (2013) para os locais que recebem a população imigrante de baixa renda, alojando-a e permitindo, mesmo que de forma precária e negligenciada pelo poder público, a vivência na cidade.

Devido a esse importante papel, os assentamentos urbanos populares carecem de reconhecimento real. Um passo para a conquista desse reconhecimento foi a incorporação da assistência técnica e autogestão habitacional na pauta política do país, como discutiremos melhor no Capítulo 2.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Há muito temos nos deparado com as contradições da política urbana no Brasil e, em especial, no que se refere à política habitacional. Contradições estas que, pautadas pela manutenção do status quo e pela administração conservadora (que segue atendendo prioritariamente aos interesses das elites) de nossas cidades, agravam ainda mais as “necessidades históricas de uma sociedade herdeira da ‘miséria do habitat’” (LEFEBVRE, 2004 apud BUONFIGLIO e BASTOS, 2011, p. 5).

Porém, num movimento contrário a esse cenário, não se pode negar o avanço das discussões, reflexões e formulações de caminhos alternativos à política habitacional brasileira, principalmente nas últimas duas décadas, e que apresenta grande potencial para a concretização do direito à moradia no país, principalmente em relação à moradia popular.

Exemplo desse avanço é a aprovação da Lei nº. 11.888 (LAT), sancionada em 2008 e em vigor desde 2009, que passou a assegurar às famílias de baixa renda orientação para o projeto, construção e regularização de suas habitações. Esta Lei vem de uma trajetória de lutas de mais de 50 anos, por parte de arquitetos e urbanistas brasileiros, bem como da população, e que foi fomentada pelos intensos debates sobre a moradia popular, que se sucederam a partir da década de 1970 pelo Movimento Popular pela Reforma Urbana.

Este capítulo se dedica a uma breve análise das políticas habitacionais de interesse social no Brasil após 1940, bem como à análise da trajetória e desenvolvimento da LAT, especialmente na Zona da Mata Mineira.

METODOLOGIA

Para compreender o surgimento e a trajetória da Assistência Técnica Gratuita, incluindo a Lei nº 11.888/08, bem como suas características, foi realizada **revisão literária** sobre a trajetória da LAT, bem como uma breve análise acerca das políticas habitacionais no Brasil após 1940 e sua influência para o surgimento dessa Lei Federal.

Logo em seguida, para atingirmos o objetivo de investigar e identificar os casos de desenvolvimento de programas de assistência técnica anteriores e/ou oriundos da Lei nº 11.888/08 na região da Zona da Mata mineira visando definir uma cidade como campo de estudo, foi feito um levantamento de dados secundários recorrendo-se: à base de dados existentes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Fundação João

Pinheiro (FJP), no Instituto dos Arquitetos do Brasil -seção de Minas Gerais (IAB-MG)-, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -seção de Minas Gerais (CREA-MG)- e em outros órgãos públicos e privados da mesma natureza; às prefeituras dos 142 municípios que compõem a Zona da Mata mineira, entrando em contato por “email” e acessando seus “sites” oficiais; ao contato por e-mail com pesquisadores do tema; e à pesquisa bibliográfica em artigos e livros com informações relevantes para o diagnóstico acerca da questão, como, por exemplo, a publicação de Cunha; Arruda; Medeiros (2007).

Esta etapa revelou, como elucidado melhor ao longo deste capítulo, que, dentro do universo de fontes desta pesquisa, há poucos registros de políticas que tenham se concretizado a partir da LAT em Minas Gerais após a sua sanção em 2008¹. Os registros existentes se referem a iniciativas de outras instituições e não das próprias prefeituras municipais.

Em relação a Zona da Mata, foi possível constatar que dos 142 municípios que compõem a mesorregião, apenas 5 desenvolveram programas de assistência técnica habitacional gratuita (AT), sendo elas: Viçosa, Ubá, Juiz de Fora, Cataguases e Santana de Cataguases. Nenhum deles foi por iniciativa das suas respectivas prefeituras municipais.

Entre estes 5 casos, a escolha mais propícia para estudo foi o município de Viçosa (MG), mais especificamente o bairro Nova Viçosa, onde foram desenvolvidas ações de AT pelo Projeto HABITAT, que não se deram em decorrência da LAT.

Após o levantamento dos dados secundários e da sistematização em planilhas eletrônicas, elaborou-se gráfico e mapa através do software de confecção de mapas ARCMAP, que englobou a espacialidade das experiências em AT na Zona da Mata mineira.

Esse procedimento auxiliou o entendimento da implementação e localização de programas de AT na Zona da Mata de Minas Gerais, através da leitura e interpretação dos mapas, e possibilitou a identificação e a escolha do município de Viçosa para estudo de caso.

Nesta escolha se levou em conta cinco critérios previamente definidos e que seguem abaixo em ordem crescente de prioridade:

- 1º) cidade localizada a uma distância por via terrestre pavimentada de até 150 km da cidade de Viçosa, por motivos logísticos e de tempo hábil para a pesquisa empírica;
- 2º) cidade onde a intervenção do programa de AT tivesse englobado o maior número de edificações;
- 3º) ações de AT iniciadas, preferencialmente e não obrigatoriamente, após a sanção

1. Alfenas é uma das poucas cidades a implementar programa de assistência técnica habitacional baseado na Lei nº. 11.888/08, sob iniciativa da Associação de Engenheiros e Arquitetos da Região de Alfenas. Para mais informações consultar: <http://www.lavras24horas.com.br/portal/alfenas-e-a-unica-em-minas-gerais-a-cumprir-a-lei-de-engenharia-publica/>.

da LAT pelo Governo Federal (dezembro de 2008);

4º) ações de AT compostas não somente pelo trabalho de regularização das construções, mas que englobassem algum outro aspecto da Lei, como edificação, reforma e/ou ampliação das habitações, a fim de obter evidências que pudessem ser documentadas e registradas fotograficamente; e

5º) ações de AT concluídas ou em fase de conclusão, para possibilitar a apreensão dos efeitos de tais ações.

A Figura 7 a seguir ilustra a metodologia empregada neste capítulo:



Figura 7: Metodologia utilizada para o Capítulo 2.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

PANORAMA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL PÓS- REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: REFLEXOS DA GESTÃO GOVERNAMENTAL NA PRÁTICA DA AUTOCONSTRUÇÃO

A população brasileira experimentou uma forte transformação ao longo das décadas de 1940 a 1980 ao deixar de ser predominantemente rural para ser preeminente urbana, devido, em sua maior parte, aos movimentos migratórios rumo às cidades, reflexo de uma urbanização acelerada e segregatória fruto da Revolução Industrial.

Essa dinâmica intensa dos movimentos migratórios, combinada à falta de políticas urbanas e habitacionais, fez surtir um efeito injusto, com o qual a sociedade se confronta até os dias atuais: privação das classes pobres de condições básicas de urbanidade e de inserção legítima na cidade, que consequentemente resulta em altos índices de déficit habitacional no que tange à carência de moradia adequada².

2. Moradia adequada e digna não se refere apenas a um mero abrigo ou à célula habitacional exclusivamente, mas é

Para atender esta demanda crescente, foram incorporados à política habitacional os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, que por meio das carteiras prediais, atuavam na área de provisão habitacional de forma fragmentada, atendendo apenas associados (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Em seguida, ocorre um primeiro marco institucional relevante à questão da moradia urbana: a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), instituída por meio do Decreto-Lei nº. 9.218, de 1º de maio de 1946, que se tornou o primeiro órgão na escala nacional com o intuito de proporcionar a “brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural”, buscando priorizar a população de menor renda (CAMACHO, 2016, p. 35).

Como resultado da FCP houve uma produção média de 900 moradias por ano, mostrando-se pouco representativa, limitada e dependente de recursos orçamentários e de sua estrutura institucional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Ocorreu no início dos anos 1960, um agravamento do déficit habitacional com a crise de moradia nas cidades brasileiras (COELHO, 2016). Com o intuito de solucionar esse problema, o Estado passou a formular e investir em políticas de financiamento habitacional. Como exemplo de investimento de políticas de financiamento habitacional temos a criação, em 1964, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SFHU) e do próprio BNH, por meio do Plano Nacional de Habitação (PlanHab - Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964).

Apesar das mazelas do capital e dos interesses militares escondidos nas ações do BNH, sua importância está no fato de que o seu período de vigência, de 1964 a 1986, foi o primeiro em que o Brasil experimentou uma estratégia clara para intervir na questão habitacional, sobretudo ao criar em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) como fontes de recursos estáveis para o funcionamento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (CAMACHO, 2016).

Desta forma, quantitativamente, o BNH atuou de forma expressiva na construção de unidades prontas, com cerca de 4.3 milhões de moradias produzidas entre 1964 e 1986, além de intervir no saneamento básico de inúmeras cidades através dos recursos oriundos do SFH para o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), na virada do século XXI.

No entanto, em um quadro geral, com linha de administração rígida e centralizada, o BNH teve atuação insuficiente e pouco significativa frente ao déficit de moradia do país que se urbanizava de forma acelerada e descontrolada. Bonduki (2008) coloca que o equívoco esteve em focar apenas na produção da casa própria pelo sistema formal da construção civil que atendeu majoritariamente a classe média, e não ter levado em conta processos alternativos, que incorporassem “o esforço próprio e a capacidade organizativa

entendida, juntamente com o entorno da casa, como um conjunto de componentes associados aos serviços urbanos, como saneamento básico, educação, opções de lazer etc. (COELHO, 2016).

das comunidades”, pois em consequência...

[...] ocorreu um intenso processo de urbanização informal e selvagem, onde a grande maioria da população, sem qualquer apoio governamental, não teve alternativa senão auto-empresender, em etapas, a casa própria em assentamentos urbanos precários, como loteamentos clandestinos e irregulares, vilas, favelas, alagados etc., em geral distantes das áreas urbanizadas e mal servidos de infra-estrutura e equipamentos sociais. (p. 74)

Dentre os erros das intervenções habitacionais do BNH, que podem ser aplicados a programas governamentais atuais, Bonduki (2008) destaca:

[...] a opção por grandes conjuntos na periferia das cidades, o que gerou verdadeiros bairros dormitórios; a desarticulação entre os projetos habitacionais e a política urbana e o absoluto desprezo pela qualidade do projeto, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico. Indiferente à diversidade existente num país de dimensões continentais, o BNH desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados. (p. 74)

Ainda assim, Camacho (2016) descreve quatro marcos importantes que o BNH deixou para a estrutura institucional brasileira:

[...] o primeiro refere-se à sua estrutura financeira que se dava a partir do SFH; o segundo foi a criação e operacionalização de programas (como, por exemplo, o Finansa - Programa de Financiamento para o Saneamento e o CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), que instituíram as diretrizes gerais a serem seguidas em nível central, de forma descentralizada; a terceira trata da criação de uma agenda para repasse de recursos em nível regional a partir de critérios centrais predefinidos; e, por último, a criação de um sistema de agências de nível local, sobretudo estaduais (Cooperativas Habitacionais - COHAB's), responsáveis pela operacionalização direta da política mas dependentes das diretrizes e dos recursos instituídos pelo órgão central. (p. 36)

Em meio à crise do regime militar e do autoritarismo, o BNH perde força e ganham destaque os movimentos populares que se intensificaram na década de 1980, reivindicando o acesso a terra e à moradia, bem como à democracia.

Com o fim do regime militar e com as altas taxas inflacionárias (responsáveis pela ampliação dos casos de inadimplências dos financiamentos e um rombo financeiro do sistema), o BNH foi extinto em 1986, juntamente com algumas COHAB's, e apesar de ter ocorrido a redemocratização do país, houve um esvaziamento da questão da moradia de tal modo, que Bonduki (2008) chega a dizer que deixou de existir, desde então, uma política nacional de habitação, “um grande passo para trás”.

Ao longo de 17 anos, entre a extinção do BNH, em 1986, e a criação do Ministério

das Cidades (MCidades), em 2003, houve uma reestruturação governamental e institucional pouquíssima expressiva para a política habitacional, pois os setores do governo responsáveis pela questão estiveram subordinados a diferentes instâncias administrativas, o que ocasionou descontinuidade das ações nesse intervalo de tempo.

Diante de diversos episódios como o controle mais rígido do crédito; de decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção no governo Collor no início da década de 1990; da paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS e da redução das aplicações em habitação (tendo como alternativa nesse sentido as Cartas de Crédito), pode-se dizer que entre as décadas de 1980 e 1990 houve uma crise da política habitacional urbana marcada pelo empobrecimento ainda maior da população e conformação de novas paisagens autoconstruídas em assentamentos populares.

Como reação a essa “crise”, municípios e estados lançaram programas habitacionais heterogêneos, pouco articulados e financiados com recursos alternativos, o que foi denominado como período pós-BNH e caracterizado como uma fase transitória. Destacam-se aí ações de cunho social e de interesse urbanístico, como os mutirões (já mencionados no Capítulo 1) para produção de moradia e a transferência de atribuições para esferas menores de poder e interlocução com as organizações populares, o que foi reforçado pela Constituição de 1988.

Pode-se considerar que a descentralização proporcionou uma transformação benéfica na forma de provisão de moradia frente à ausência de uma política nacional, pois...

Nesta fase, surgem, ao lado de intervenções tradicionais, programas que adotam pressupostos inovadores como desenvolvimento sustentável, diversidade de tipologias, estímulo a processos participativos e autogestionários, parceria com a sociedade organizada, reconhecimento da cidade real, projetos integrados e a articulação com a política urbana. Esta postura diferenciava-se claramente do modelo que orientou a ação do BNH e com estes pressupostos emergem programas alternativos, como urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de moradias novas por mutirão e autogestão, apoio à autoconstrução e intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais. (BONDUKI, 2008, p. 77 a 78)

Segundo Shimbo (2011), devido a essa nova postura de enfrentamento do problema de habitação, ocorre em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a retomada dos financiamentos para moradia e saneamento com recursos do FGTS, após a elaboração do Plano Real em 1994, e posteriormente, com a criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) em 1997. Flexibilidade, descentralização, diversidade e reconhecimento da cidade real passaram a ser princípios dos programas habitacionais, sobretudo aqueles contemplados na Política Nacional de Habitação (PNH), documento elaborado pela Secretaria de Política Urbana (SPU) em 1996, em meio à preparação para a 2ª Conferência

das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II)³.

Porém, ao que parece, a atuação do governo em prol de solucionar o déficit habitacional acabou beneficiando mais uma vez o segmento de renda média, em vez de atingir a população com salários inferiores a cinco salários mínimos. Além disso, os ajustes fiscais da política macro-econômica, implementadas pelo governo FHC, travaram ainda mais a efetivação dos programas habitacionais dirigidos aos segmentos de menor poder aquisitivo.

De acordo com Bonduki (2008), embora algumas políticas e programas que tiveram início no governo FHC, como a criação e aprovação do Estatuto das Cidades⁴, em 2001 (que já fazia parte da proposta original do Projeto Moradia⁵), Cartas de Crédito Associativa e Individual, o Pró-Moradia, o Apoio à Produção e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), e que se estenderam até o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (conhecido como Lula), representassem um rompimento com a rígida concepção dos tempos de BNH, esses programas também causaram efeitos perversos do ponto de vista social, econômico e urbano.

Isso devido ao fato de que as novas modalidades de acesso ao crédito desses programas demonstravam a consolidação de uma visão bancária no financiamento habitacional, inclusive pelo papel central que a Caixa Econômica Federal (CEF) passou a ter como banco de primeira linha a controlar as fontes financeiras destinadas à provisão de moradia, assumindo resqúícios do BNH.

Como o déficit habitacional para famílias com faixa de renda de até três salários mínimos na zona urbana, em 2000, chegou a constituir 83,2% do percentual total, Bonduki (2008) aponta que o Projeto Moradia, lançado em 2000, foi uma proposta importante do Instituto Cidadania⁶ para o equacionamento desse problema da habitação no país abrangendo três dimensões: i) gestão e controle social, ii) projeto financeiro e urbano-fundiário, e iii) enfrentamento da questão envolvendo agentes responsáveis pela questão habitacional.

Essa proposta envolveria interdisciplinabilidade e articulação entre todos os níveis do governo, setor privado, ONG's, Universidades, movimentos sociais, entre outros, na busca pela sintetização das discussões urbanas e estabelecimento de um pensamento comum que pudesse reunir diferentes pontos de vista sobre a moradia e o desenvolvimento

3. Espaço de debate destinado a repensar a cidade, que agregou segmentos sociais diversos e introduziu novos paradigmas relacionados à questão habitacional, como a descentralização e inclusão de processos participativos de formulação e implementação das políticas públicas (CAMACHO, 2016).

4. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentada através do artigo nº 182 e 183 da Constituição Federal, para tratar da política urbana tendo como premissa “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

5. Para saber mais, consultar: <http://www.institutolula.org/projeto-moradia/>.

6. Também denominado “Instituto Lula”. Para saber mais consultar: <http://www.lula.com.br/projetos-realizados-pelo-instituto-cidadania>.

urbano digno e justo.

Partindo-se de pressupostos e conclusões obtidos através de um diagnóstico da ação governamental e das fontes de recursos na área da habitação (mercado, FGTS e fundo de subsídio), o Instituto Cidadania desenvolveu propostas em três aspectos principais: desenho institucional, desenvolvimento urbano e projeto financeiro. A incorporação de Conselhos de Habitação tiveram peso no desenrolar dessas propostas.

A proposta de criação de um novo ministério em 2003, o MCidades, com função de coordenação, gestão e formulação de políticas e ações ligadas à cidade, bem como a elaboração da PNH⁷ em 2004, foram inovadoras e demonstram a importância que a questão urbana e habitacional passa a assumir.

Como consequência dessas propostas, e de diversas ações governamentais no sentido de estimular a produção habitacional de mercado, em 2005 houve uma aproximação efetiva entre capital financeiro e setor imobiliário, o que propiciou a ampliação da estrutura de capital voltada para incorporação de novos terrenos, como um aumento da base de capital, da capacidade de endividamento e do capital de giro que garantem continuidade das obras (CAMACHO, 2016).

Desde então, a habitação tem ganhado espaços cada vez maiores de discussão (como as Conferências Nacionais das Cidades), tem sido incorporada por programas recentes como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/2007) e tem amadurecido com a ampliação do financiamento e subsídio habitacional. No entanto:

[...] se não forem tomadas as medidas necessárias no âmbito do planejamento habitacional, da regulação urbana, da cadeia produtiva da construção civil e da capacitação institucional, o crédito farto poderá gerar um boom imobiliário, mas, novamente, os setores de baixa renda poderão ficar de fora, reproduzindo-se o tradicional processo de exclusão territorial. (BONDUKI, 2008, p. 104)

Esse alerta ganha maior sentido quando recorremos a Buonfiglio e Bastos (2011). Estes autores ressaltam que apesar da criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005, como resultado da reformulação do Fundo Nacional de Moradia, os recursos federais de financiamento e subsídios para o setor habitacional de políticas públicas ainda se encontram concentrados na produção de mercado, em especial, a partir da versão “empresarial” do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV foi instituído pela Lei nº 11.977/09, em um contexto de profunda crise econômica imobiliária internacional iniciada nos Estados Unidos em 2008, como parte da

7. Os instrumentos previstos na PNH para atingir os objetivos são: o estabelecimento de um Sistema Nacional de Habitação (SNH) e dois subsistemas — o de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o de Habitação de Mercado (SNHM); promover o desenvolvimento Institucional e um Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação; e elaborar o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), elaboração essa que ocorreu em 2007 e estabeleceu alvos a médio e longo prazo, linhas de financiamento e os programas de provisão, urbanização e modernização da produção habitacional (CAMACHO, 2016, p. 39 a 40).

reação do Governo Federal através da adoção de “medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e CEF), de forma a compensar a retração do setor privado”, e medidas de apoio aos setores que estavam sofrendo diretamente com a crise (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p. 88).

O PMCMV é anunciado em março de 2009, após sancionada a Lei Federal nº. 11.888 de dezembro de 2008 e antes de sua entrada em vigor em junho de 2009, o que acabou por prejudicar a aplicação da LAT, conforme discutiremos melhor no tópico seguinte.

O PMCMV “rouba a cena” do cenário habitacional com o objetivo principal de criar condições de ampliação do mercado de moradias para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos, tendo “por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (BRASIL, 2009).

O programa deixou em evidência a meta de impactar a economia através do financiamento de um número ambicioso de unidades habitacionais⁸, com a ampliação de crédito e subsídios para aquisição e produção de moradias, produção essa concebida pelo setor imobiliário e “estruturada de forma que viesse a ser executada pela iniciativa privada, indo ao encontro dos interesses da indústria e da construção civil” (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p. 88).

De acordo com os acontecimentos supracitados e de forma sintética, podemos visualizar uma linha do tempo da trajetória da habitação social no Brasil através da Figura 8:

8. De acordo com Buonfiglio e Bastos (2011), a primeira fase do programa (MCMV 1) contou com um total de subsídios de 34 bilhões de reais para alcançar a meta de produção de 1 milhão de unidades habitacionais. Já na segunda fase do programa (MCMV 2) a meta foi ampliada para 2 milhões de unidades e contou com um total de 72,3 bilhões em subsídios até 2014.

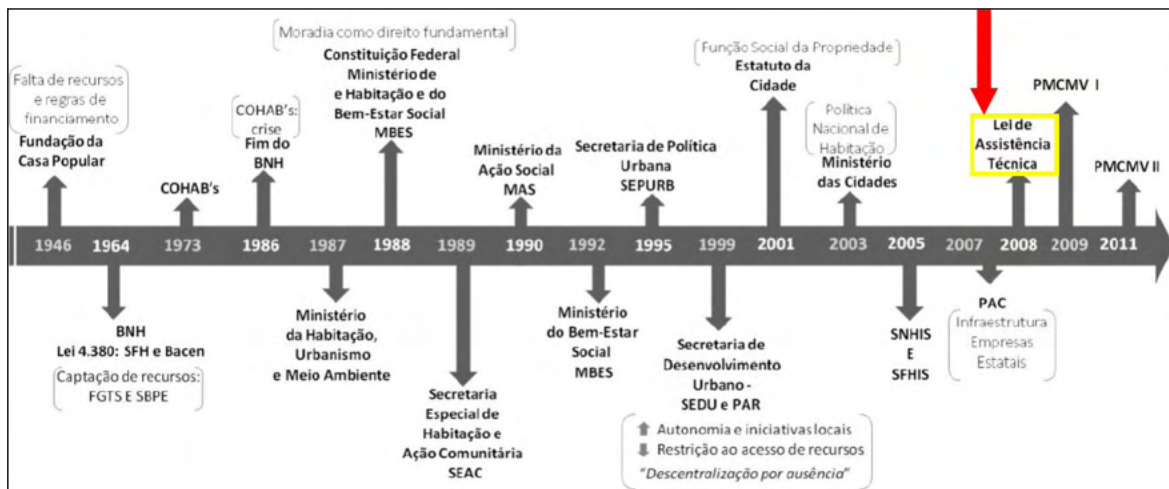


Figura 8: Linha do tempo esquemática da trajetória da habitação social no Brasil .

Fonte: Camacho (2016).

Diante de todo esse cenário e da conveniência em se confundir política de habitação de interesse social e política de habitação de mercado, o aspecto favorável desse processo foi transformar uma demanda habitacional, agravada pelo déficit brasileiro, que não era solvável, em uma demanda solvável (pelo menos quantitativamente) diante da produção em massa de moradias e “do investimento - e do discurso - público e privado” (SHIMBO, 2011, p. 46).

Desta forma, Buonfiglio e Bastos colocam que ocorreu uma financeirização da produção privada nesse tipo de política habitacional que desencadeou “um processo de apropriação não apenas da valorização obtida pelo processo produtivo, mas, sobretudo, da renda da terra enquanto renda financeira” (2011, p. 3).

Tendo em vista o caráter empresarial, fortemente ancorado na participação do setor privado, o PMCMV...

[...] entrou em choque com os princípios do SNHIS (pautado no papel estratégico do setor público) e ignorou em larga medida premissas e debates acumulados em torno do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PlanHab), amplamente discutido desde 2007. Nesse sentido, o novo programa permite que se perceba uma acentuada mudança no caráter da ação do Estado em relação à implantação de políticas sociais de moradia. A produção de habitação passou a ficar a cargo, basicamente, do mercado, enquanto cabe ao poder público, na instância municipal, a responsabilidade por ações de regularização fundiária e de urbanização de assentamentos precários. A lógica da política de produção de moradia se desloca do âmbito da demanda para o da oferta no momento em que a prática de identificação de necessidades habitacionais, caracterização do público e desenvolvimento de respostas adequadas à realidade local em sua conexão com o cenário

territorial deixa de ter relevância para dar espaço à produção em massa. A produção de novos empreendimentos passa a ser definida segundo mecanismos de mercado, o que tem fortes impactos sobre a localização dos empreendimentos e sobre a qualidade dos projetos. (CARDOSO; ARAGÃO, 2011, p. 89 e 90)

Todos esses aspectos vêm ocorrendo, num contexto onde “o Estado enquanto aparelho de força é levado a tomar medidas que mantenham em movimento o processo de produção e reprodução, e estabilize as relações sociais”, ou seja, o Estado age como mediador de conflitos e interesses entre o público/social e o privado, sem efetivar em ampla escala os programas que agem diretamente sobre a informalidade habitacional de forma justa (BUONFIGLIO e BASTOS, 2011, p. 3).

Outro efeito da inércia estatal frente aos interesses de mercado é o encarecimento das cidades, com o aumento dos preços de terrenos e aluguéis nas áreas centrais dotadas de melhor infraestrutura, fenômeno que não ocorre em equilíbrio com a variação salarial e que torna o acesso à terra urbanizada cada vez mais difícil para a população de baixa renda. Desigualdade esta que se revela na comparação entre o PMCMV da linha “Empresarial” (que contratou 449 mil unidades habitacionais de 2009 a março de 2011) e da linha “Entidades”.

Essa nova versão do Programa Crédito Solidário, com financiamento exclusivo voltado aos empreendimentos habitacionais autogestionários para famílias com renda mensal de até três salários mínimos teve, no mesmo período, um número ínfimo de unidades produzidas: 9 mil unidades, ou seja, apenas 3% do total de unidades financiadas pelo PMCMV em 2011 era destinado a essa modalidade, como afirma Lago (2011).

Isso acarreta o aquecimento do mercado imobiliário, a superconcentração e sobrevalorização da terra urbana com disputa desigual pela apropriação do espaço urbano por distintos agentes e interesses, o que resulta em um padrão periférico de segregação sócio-espacial pelos seguintes agentes principais: os promotores e os investidores imobiliários.

Vemos que a gestão nos municípios brasileiros se dá a partir do discurso do empreendedorismo, de competição, de cidade-empresa, o que anula outros tipos de política pública e “despolitiza e escamoteia os conflitos inerentes ao território e à sociedade” (BUONFIGLIO e BASTOS, 2011, p. 7).

É o que ocorre no PMCMV, em que as construtoras e incorporadoras definem a localização, o público alvo, os projetos, as tipologias e a qualidade das unidades produzidas no programa, mesmo que haja Conselhos Setoriais nos municípios para a discussão desses aspectos. Isso revela outra contradição, pois “é o mercado quem interfere e define a demanda de interesse social, que não é de mercado” (BUONFIGLIO e BASTOS, 2011, p. 8).

Tal situação faz com que a segregação socioespacial das nossas cidades provoque...

“[...] uma reflexão sobre a inadequação – nos mais diversos sentidos, seja urbano, espacial, econômico, ambiental, social – das recentes políticas habitacionais do país. Os mecanismos públicos e privados estabelecidos para o enfrentamento numérico da questão da moradia vêm historicamente se ancorando e simultaneamente fortalecendo: (1) a predeterminação do modo de morar dos trabalhadores, apoiada na racionalização do espaço mínimo; (2) a mercantilização da casa própria, associada à produtividade lucrativa da indústria da construção; (3) a expansão do tecido urbano por meio da periferização, assentada em estruturas urbanas predeterminadas e nos interesses da especulação imobiliária; (4) a negação aos trabalhadores de baixa renda do acesso à terra, aos serviços urbanos, aos espaços públicos e ao crédito, pensados além do assistencialismo ou da doação de produtos; e (5) a exclusão dos cidadãos dos processos de decisão referentes ao espaço urbano.” (NASCIMENTO, 2015, p. 19)

Diante desses exemplos e quando se analisa as consequências danosas das políticas da virada do século XXI até as atuais, revela-se a necessidade de levar em conta os aspectos participativos, que incorporem o esforço próprio e a capacidade organizativa das comunidades na política habitacional e urbana das cidades brasileiras.

O reconhecimento da cidade ilegal e da autoconstrução como forma de provisão habitacional esteve excluído da discussão e atuação das políticas públicas até o surgimento das ideias de incorporação e prevenção da informalidade no meio urbano. Contudo, concordamos com Mineiro e Rodrigues (2012) quando citam que “ainda nos deparamos com o desprezo e com o preconceito com as formas autogestionárias de produção habitacional, como se não fosse o povo o maior construtor de nossas cidades” (p. 20).

Apesar de parecerem quantitativamente suficientes, as políticas empregadas nas nossas cidades após 1960 apresentam resultados qualitativamente insatisfatórios à classe de menor renda, com resultados contraditórios, que se referem a benefícios aos industriais da construção civil e ao intenso processo de construção informal, irregular e ilegal de moradia em assentamentos urbanos precários, em loteamentos clandestinos e em áreas de risco. Sem falar, como lembra Bonduki (2008), no “desastre arquitetônico e urbanístico” gerado tanto pelas edificações dos programas governamentais (o que revela desprezo pela qualidade dos projetos), como pelas construções e ocupações irregulares.

Com isso, a necessidade de “instalação de um programa que reconhecesse o papel da moradia na urbanização e incluísse a reforma urbana entre as reformas de base” tornou-se inerente, como afirmou o arquiteto José Eduardo Vieira Ribeiro⁹, na ocasião do 1º Seminário Nacional de Assistência Técnica, em 2005, de acordo com a Revista Projetar (2009, p. 4).

A ideia foi disseminada por todo o país e vários programas surgiram no intuito de

9. Autor do projeto da Lei Federal nº. 11.888/08 e conhecido nacionalmente como Zezéu Ribeiro.

agir sobre a informalidade habitacional e houve importantes conquistas como as de 2000 e 2001, com a inclusão da moradia e, depois, da assistência técnica como direito do cidadão na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, respectivamente, trazendo o tema da habitação para o centro da discussão nacional.

Como caminho alternativo e possível, um marco legal de grande relevância no campo da habitação de interesse social foi a incorporação do apoio governamental e técnico no auto-empresendimento da casa própria realizado de maneira orientada, através da LAT, que, além de trazer benefícios aos profissionais da área da construção, objetiva beneficiar a população de baixa renda de forma real, como detalhamos a seguir.

A LEI FEDERAL Nº 11.888/08 DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL PÚBLICA E GRATUITA

Da concepção à aprovação: caminhos para intervenções nas paisagens autoconstruídas

Como citado anteriormente, há um Brasil que, devido ao déficit habitacional, é tomado pela informalidade, seja pelas humildes obras de reforma e ampliação (os chamados “puxadinhos”), como pelas construções autônomas das casas pela classe de menor renda nas mais diversas cidades do país, principalmente em suas periferias.

Embora não faça parte das estatísticas “formais” por sua diversidade e, muitas vezes, pelo descaso com que é tratada, essa realidade tem como principal característica a autoconstrução sem orientação profissional (ARRUDA, 2007).

De acordo com levantamentos feitos pelos sindicatos de arquitetos e urbanistas de diversos estados, as casas construídas sem assistência técnica apresentam problemas comuns: a) seu custo final sai mais alto do que se tivessem sido construídas com a assistência de um profissional; b) há mais desperdícios de materiais; c) o conforto térmico, tão necessário numa construção habitacional adequada, fica comprometido; e d) as obras acabam sendo consideradas clandestinas ou ilegais por não se adequarem ao que determinam os códigos de obras das cidades brasileiras, o que dificulta o seu registro em cartório e eventual venda financiada, devido à falta do “Habite-se”, um documento essencial exigido nas transações imobiliárias (REVISTA PROJETER, 2009).

A partir da tomada de consciência sobre essa “realidade invisível” ou sobre essa “cidade ilegal”, como denomina Maricato (2000), e do entendimento de que “o Estado, além de garantir o direito constitucional à moradia, deve promover a qualidade do ambiente como suporte de uma vida saudável e segura para toda a população”, surgiu a ideia da Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2010, p. 7).

Em 1976, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, em parceria com o CREA,

criou o programa “Assistência Técnica à Moradia Econômica” (ATME). Desenvolvido, especificamente, pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz, este programa visava oferecer assistência técnica gratuita às famílias que não tinham condições de arcar com a assessoria profissional, na construção de suas casas.

Mais tarde, em 1995, e influenciado pela Agenda Habitat/ONU (que colocou em pauta a moradia, o saneamento básico, a infraestrutura e o meio ambiente, em 1992), o primeiro projeto de lei da assistência técnica foi elaborado pelas mãos do mesmo autor do ATME, Clóvis Ilgenfritz, que era vereador de Porto Alegre na época. Essa primeira redação da lei regulamentava no município a gratuidade do serviço a todas as famílias de baixa renda através da ação direta do poder público ou por convênios com entidades parceiras. Em 1999, o projeto entrou em vigor e tornou-se a ação pioneira a assegurar esse direito no Brasil.

Ainda que tenha ficado inicialmente restrita a Porto Alegre, essa ação conseguiu alcançar o Congresso Nacional e, em 2002, foi iniciada a defesa da matéria legislativa referente ao Projeto de Lei nº. 6223/2002, que ampliava a realidade da assistência técnica gratuita para todo o país. Como influência disso, no mesmo ano, foi criado em São Paulo o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, e em Vitória foi aprovada uma lei que estabeleceu normas da Política Municipal de Habitação, sendo criado o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Embora Clóvis Ilgenfritz não tenha chegado a dar resolução ao seu projeto, Zézeu Ribeiro (então deputado federal) deu continuidade aos seus trabalhos e conseguiu implantá-lo como Projeto de Lei nº. 6.981, em 2006, com a participação da sociedade.

O Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre em janeiro de 2005, reuniu diversas instituições, como o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA) e o Ministério das Cidades, além de pessoas empenhadas em propor uma forma de regulamentar o artigo 6^a da Constituição Federal - que atribui como direito do cidadão a moradia - e o artigo 4^a, inciso IV letra “r”, do Estatuto da Cidade - que trata da inclusão da assistência técnica como direito (REVISTA PROJETER, 2009).

As instituições colocaram em prática o plano de discussão nacional, através de dezessete seminários regionais, em oito estados, e dos seminários nacionais, sobre as legislações citadas acima, mas, principalmente, sobre a universalização da assistência técnica gratuita (AT) amparada no Projeto de Lei nº. 6.981/2006.

Durante os seminários regionais, procurou-se discutir quatro itens principais: a) o projeto de lei de Clóvis Ilgenfritz, alterado por Zézeu Ribeiro, que tramitava no Congresso; b) a apresentação, análise e organização das experiências em assistência técnica existentes nos estados; c) a formação de proposta de ação conforme a realidade das regiões, com o intuito de ser usada como subsídio na discussão nacional; e d) elaboração da proposta

para o 1º Seminário Nacional (REVISTA PROJETAR, 2009).

No 1º Seminário Nacional, mais de trezentas pessoas, dentre participantes de movimentos populares e estudiosos da área de habitação, como Ermínia Maricato, se reuniram em outubro de 2005, com o intuito de debater os desafios da moradia popular no país e a regulamentação dos serviços de AT, custeados por fundos federais direcionados à habitação de interesse social. Lembrando que neste ano foram criados o SNHIS e o FNHIS.

Na ocasião, Zézeu Ribeiro apresentou três questões relevantes para a discussão: a) o papel da universidade na formação do profissional, como a atuação dos escritórios modelos; b) a necessidade de distinção entre a política nacional de assistência técnica e a lei que passa a garantir esse direito; e c) a reavaliação do termo “universalização” no emprego da assistência técnica, já que a proposta é dirigida a uma classe específica, em vista de sua característica econômica (REVISTA PROJETAR, 2009).

Destarte, a proposta de lei sobre a assistência técnica, que passou a ser conhecida mais à frente como “SUS para a arquitetura social”, determinava os seguintes principais aspectos e objetivos:

- Garantia de assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social às famílias de baixa renda;
- AT para famílias com renda mensal de até três salários mínimos (faixa de renda em que se concentra o déficit habitacional), com atendimento em áreas urbanas ou rurais;
- Atendimento extensivo às cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que representem famílias de baixa renda;
- Seleção dos beneficiários através de sistemas de atendimento com composição diversa (representantes do poder público e da sociedade civil), implantados pelos/nos municípios;
- Abrangência de ação desde o projeto e o acompanhamento, como também a execução da obra, a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia;
- Auxílio, que pode ser técnico e/ou financeiro, para edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação;
- Otimização e qualificação no uso racional do espaço edificado e de seu entorno;
- Prevenção da ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental, propiciando e qualificando a ocupação do sítio urbano em acordo com a legislação urbanística e ambiental;

- Priorização do regime de mutirão e zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social;
- Apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sendo os serviços de AT custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social (como o FNHIS), por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados;
- Os profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia têm se encaixar em uma das seguintes modalidades: a) servidores públicos; b) integrantes de equipes de ONGs sem fins lucrativos; c) residentes acadêmicos ou integrantes de programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área; ou d) profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, devidamente credenciados. Todos selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município;
- Seleção e contratação dos profissionais asseguradas por meio da participação de entidades profissionais mediante convênio ou parceria com o ente público responsável, além de assegurada a devida responsabilidade técnica na atuação dos mesmos; e
- Possibilidade de firmação de convênios ou parcerias para capacitação dos profissionais e da comunidade envolvida no processo de assistência técnica, buscando inovação tecnológica, formulação de metodologias participativas e democratização do conhecimento.

Já no 2º Seminário Nacional, que ocorreu no 30º ENSA - Encontro Nacional dos Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas, em outubro de 2006, o setor ligado à habitação social se mobilizou com o objetivo de acelerar o processo de aprovação da lei de assistência técnica gratuita e reiterar a sua relevância no cenário brasileiro.

Como resultado desses espaços democráticos de discussão, em maio de 2006, Zézeu Ribeiro conseguiu a aprovação da lei no Congresso, após apresentação para apreciação do Projeto nº. 6.981 por parte das Comissões de Desenvolvimento Urbano e Finanças e Tributação da Câmara Legislativa Federal. Porém, somente no dia 24 de dezembro de 2008, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Federal da Assistência Técnica como nº. 11.888, entrando em vigor após cento e oitenta dias, em 24 de Junho de 2009, e fazendo com que o direito fosse consolidado legislativamente.

BREVE ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES E/OU ORIUNDAS DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.888/08: ANDAMENTO, ENTRAVE E POSSIBILIDADES.

A LAT na zona da mata mineira

Na investigação sobre a implementação da LAT, verificou-se que há poucos registros de ações ou programas de AT¹⁰ baseados nessa Lei e que foram aplicados e desenvolvidos no Brasil após sua sanção e entrada em vigor, em 2009, mesmo com o empenho de órgãos como CREA, MCidades, CAU-BR, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), entre outros, e realização de eventos, como o Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas, para divulgação dessa política habitacional.

Apesar de essa Lei ter sido regulamentada em alguns municípios e apresentar a possibilidade de concessão de recursos financeiros a eles, muitos não estão aptos, não têm conhecimento ou ignoram a própria legislação e as verbas disponíveis no FNHIS para tal fim:

Segundo o coordenador do Departamento de Urbanização e Assentamentos Precários do Ministério das Cidades, Giordano Bruno Zani [...] o governo federal disponibilizou cerca de R\$ 80 milhões entre 2009 e 2010 para assistência técnica por meio do FNHIS. Zani estima que, deste total, foram utilizados algo em torno de 20%. (RIBEIRO, 2012, p. 1)

Um entrave para a implementação satisfatória dessa política seria a “falta de legislação específica nos municípios, que impossibilita a criação do serviço municipal de assistência técnica e que barra a destinação da verba”, fato que ocorre atrelado ao desconhecimento do processo e à falta de gestão adequada de contratos por parte dos técnicos municipais (RIBEIRO, 2012).

Entretanto, percebe-se uma concentração das poucas iniciativas brasileiras em AT nas cidades do sul do país e no sudeste, tendo São Paulo uma posição de destaque em ações de AT, enquanto Minas Gerais assume papel secundário, com pouquíssimas cidades movimentando-se nesse sentido, como nos casos de Barbacena e Belo Horizonte.

Contudo, há na Zona da Mata Mineira experiências pontuais de atividades ligadas à assistência técnica habitacional anteriores à LAT ou que não se apoiam oficialmente nela, mas com objetivos tais como os preconizados na mesma. Constatou-se que de 142 municípios integrantes dessa mesorregião, apenas 5 desenvolveram em algum momento ações nesse sentido no meio urbano. São eles:

10. “Arquitetas da Comunidade” em São Paulo (<http://arquitetasdacomunidade.blogspot.com.br/>) e “Projeto Arquiteto de Família” no Rio de Janeiro (<http://www.solucoesurbanas.org.br/arquiteto-de-familia>) são exemplos dessas poucas ações em AT.

1) Cataguases: 1 experiência em AT com o “*Programa de Arquitetura Pública de Cataguases*”.

- Instituição responsável: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Parceiros: Companhia Industrial Cataguases, Secretarias de Ação Social e de Engenharia e Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal, CEF, Instituto Cidade Cataguases - Instituto Francisca Souza Peixoto, CREA e Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cataguases.
- Tipos de atividades: residência em Arquitetura e Urbanismo, projetos arquitetônicos e complementares (reforma e ampliação), hidráulicos, sanitários, elétricos e estruturais, bem como assistência técnica durante a autoconstrução.
- Número de casas atendidas: 45.
- Faixa de renda das famílias atendidas: até 3 salários mínimos.
- Período de atuação: 2004-2007.
- Fonte: MCidades – Cunha; Arruda; Medeiros (2007).

2) Juiz de Fora: 1 experiência em AT com o Programa “*Ocupações urbanas*”.

- Instituição responsável: Instituto Educação e Cidadania.
- Parceiros: Movimento dos Trabalhadores Desempregados e equipe interdisciplinar composta por arquitetos, advogados, assistentes sociais e professores.
- Tipos de atividades: assentamento definitivo da população de menor renda em lotes doados pela empresa Houcin de cimentos, legalização da posse da terra, urbanização, construção de moradias e capacitação para o trabalho na luta pela moradia.
- Número de casas atendidas: 40.
- Faixa de renda das famílias atendidas: até 3 salários mínimos.
- Período de atuação: informação não encontrada, porém sabe-se que o projeto é anterior a 2007.
- Fonte: MCidades – Cunha; Arruda; Medeiros (2007).

3) Santana de Cataguases: 1 experiência em AT com o “*Programa de Extensão Arquitetura Pública*”.

- Instituição responsável: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Parceiros: Prefeitura Municipal.
- Tipos de atividades: elaboração de projetos arquitetônicos para habitação de interesse social mesclando ensino, pesquisa e extensão na atuação dos estudantes na sociedade.
- Período de atuação: 2005.
- Fonte: Artigo Científico (<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/87905/90800>).

4) Ubá: experiência através de um dos serviços da Empresa Municipal de Habitação e Bem Estar Social (EMUHBES).

- Instituição responsável: EMUHBES, autarquia da Prefeitura de Ubá vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
 - Tipo de atividade: doações de materiais de construção com a supervisão de uma equipe de assistência técnica.
 - Período de atuação: em vigência desde 2014.
 - Fonte: Site Oficial da Prefeitura Municipal de Ubá (MG).
-

5) Viçosa: 3 experiências em AT com...

i) O “*Projeto Técnico Solidário*”.

- Instituição responsável: Universidade Federal de Viçosa (UFV).
- Parceiros: Associação de Moradores de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Departamento de Engenharia Civil.
- Tipos de atividades: construção de edificações, auxílio na reforma, ampliação e compra de materiais de construção, projetos arquitetônicos e planilhas de custos.
- Número de casas atendidas: 50.
- Faixa de renda das famílias atendidas: até 3 salários mínimos.
- Recursos financeiros: R\$ 350 mil do Fundo de Desenvolvimento Social do Governo Federal.
- Período de atuação: informação não encontrada, porém sabe-se que o projeto é anterior a 2007.
- Fonte: MCidades – Cunha; Arruda; Medeiros (2007).

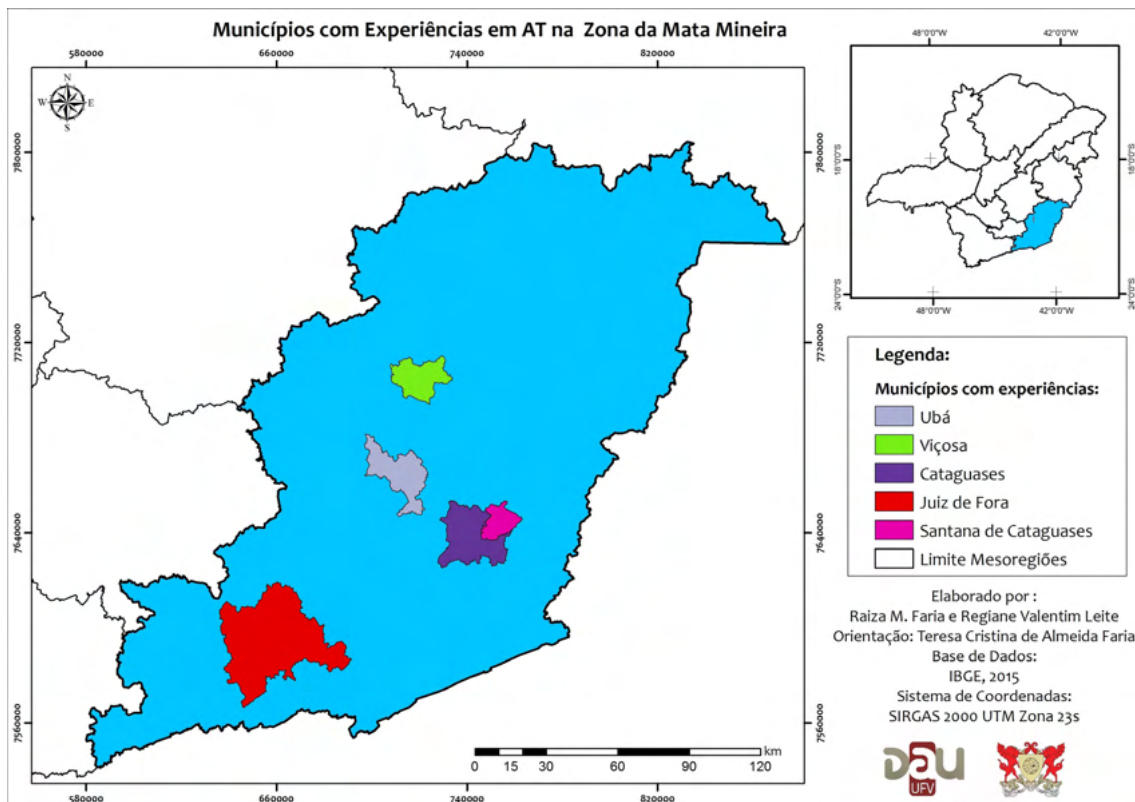
ii) O “*Casa Legal – Regularização de Imóveis para Famílias Carentes de Viçosa (MG)*”.

- Instituição responsável: Universidade Federal de Viçosa (UFV).
- Parceiros: apoio técnico de professores e acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo e de Direito.
- Tipos de atividades: levantamento de documentação necessária para regularizar de imóveis, auxílio na elaboração das peças processuais e protocolo das ações judiciais.
- Número de casas atendidas: cerca de 400 famílias do bairro Cidade Nova.
- Faixa de renda das famílias atendidas: até 3 salários mínimos.
- Período de atuação: 2003-2007.
- Fonte: MCidades – Cunha; Arruda; Medeiros (2007).

iii) O “*Projeto HABITAT*”, desenvolvido de 2004 a 2014 e que foi escolhido neste trabalho para estudo aprofundado sobre seu desenvolvimento e impacto na paisagem autoconstruída da cidade de Viçosa. Uma iniciativa de cunho acadêmico-extensionista premiada por diversas vezes e que é analisada detalhadamente no próximo Capítulo.

Diante do universo irrisório de iniciativas citadas aqui, percebemos que apenas 3,5 % de municípios da Zona da Mata de Minas Gerais experimentaram iniciativas de auxílio profissional no processo de autoconstrução de moradias.

Essas informações estão espacializadas no Mapa 2.



Mapa 2: Municípios com experiências em AT na Zona da Mata de Minas Gerais.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Esse percentual irrisório frente ao potencial de implementação Lei Federal nº. 11.888/08 nos permite dizer que este tipo de legislação ocupa um espaço pequeno, quase invisível, dentro do atual cenário político-habitacional.

Isso se deve, principalmente, ao desconhecimento sobre a LAT por parte do corpo técnico das prefeituras, o que foi constatado durante o levantamento de informações para a pesquisa, quando, ao entrar em contato com as administrações municipais, muitos profissionais alegaram nunca ter ouvido falar de ações de assistência técnica ou da própria Lei. Além disso não há obrigatoriedade, nem prazos legais, para fazer com que os municípios implementem a LAT e a coloquem em prática.

Diante desses aspectos e no sentido de estimular cada vez mais ações nesta área, a partir de 2017 todos os CAU/UF vão investir 2% de seu orçamento em ações de AT pelo Brasil, através de propostas a serem construídas coletivamente.

De acordo com notícia veiculada no “site” oficial do CAU-MG, em 2016, essa tentativa de universalização do acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo busca

maior divulgação da Lei nº 11.888/08, para consequentemente: i) promover serviço para quem precisa e não pode contratar; ii) atender a demanda onde ela está, sem desterritorialização; iii) custear serviço técnico fora do valor de construção; iv) enfrentar o preconceito/desconhecimento da categoria por parte das comunidades; e v) tornar a arquitetura promotora de qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 2

No Capítulo 2 buscamos atender aos segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa (OE2) e (OE3), no intuito de, respectivamente, apresentar o surgimento e a trajetória da AT, incluindo a Lei nº 11.888/08, bem como suas características; e investigar e identificar os casos de desenvolvimento de programas de AT anteriores e/ou oriundos da Lei nº 11.888/08 na Zona da Mata mineira para definir uma cidade a ser campo de estudo.

Para dar respostas a esses objetivos, procedemos a uma breve análise sobre as políticas habitacionais no Brasil até a aprovação da LAT, e podemos chegar à conclusão que, apesar de toda a trajetória de luta urbana e das ações de AT apresentarem potencial para serem praticadas em larga escala, o poder público tem financiado a autogestão de maneira arbitrária e insignificante nos seus programas habitacionais.

Destarte, é possível dizer que a trajetória de lutas pelo direito à moradia e pela assistência técnica conferiu visibilidade aos processos autogestionários habitacionais, mesmo estando longe de se concretizar a conquista desse direito fundamental à maioria da população carente. Isso se afirma, por exemplo, pelo fato de o ramo da AT contar com ações pontuais e de pequena escala tanto na Zona da Mata Mineira.

Percebe-se que como tantas outras propostas mais democráticas e populares, a LAT assumiu papel de figurante na cena política habitacional do país, sobretudo após o lançamento do PMCMV, que passou a desempenhar o papel central tanto no âmbito nacional como nos âmbitos municipais.

A utilização da política habitacional foi distorcida com a atual crise de acumulação capitalista, fazendo ganhar força o Sistema de Habitação de Mercado com massiva utilização da habitação e do crédito habitacional a serviço da acumulação de capital como eficiente alternativa para sua reprodução, tendo como “carro-chefe” a realização do PMCMV em sua versão “empresarial”.

Mesmo com certo avanço da política habitacional nas últimas décadas, vemos que o “Estado está disposto a ceder na gestão da cidade, sem, todavia, interferir na realização do circuito do capital”, perpetuando uma ordem urbana de “ampla coalizão de forças empreendida por diversos agentes sociais, configurando uma densidade social variada e conflituosa” (BUONFIGLIO e BASTOS, 2011, p. 5 e 6).

Sugere-se que os poderes públicos e políticos municipais, estaduais e federais

deixem o plano do discurso no que tange ao reconhecimento da cidade informal e contribuam efetivamente para a construção de alternativas para a melhoria das condições de habitabilidade nos espaços pobres de nossas cidades, com, por exemplo, maior divulgação, incentivo e capacitação de todos os grupos envolvidos (universidades, entidades profissionais, administrações públicas e movimentos sociais) para implementação e consolidação da LAT, a fim de que seja uma atividade permanente na produção de habitação de interesse social e na concretização do direito à cidade.

Com o cuidado em não reproduzir efeitos malfazejos causados por outras políticas de apoio à autoconstrução (como o estímulo à produção informal da moradia sem apoio técnico, que agrava os problemas urbanos e não permite que as famílias beneficiadas alcancem condições adequadas de habitabilidade), consideramos que é possível lutar contra o clientelismo, a hegemonia do capital privado e a manipulação enquanto elementos que influenciam a produção desigual do espaço urbano.

Uma experiência em AT que atuou de forma alternativa a esse panorama de políticas contraditórias foi o Projeto HABITAT, de iniciativa acadêmica e extensionista, que proporcionou orientação profissional a famílias carentes na periferia de Viçosa (MG), e que foi caso escolhido para estudo empírico desse estudo, cuja análise encontra-se no próximo capítulo.

PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: A ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM VIÇOSA (MG)

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 11.888/08, Lei de Assistência Técnica Habitacional Pública e Gratuita, que aqui abreviaremos como LAT, torna desnecessária a criação de legislações estaduais e municipais com o intuito de garantir assistência técnica habitacional para a população carente, uma vez que esse seria seu papel de maneira abrangente em nível nacional no território brasileiro.

Contudo, antes da entrada em vigor da LAT, a cidade de Viçosa (MG) já havia promulgado, em 04 de abril de 2005, a Lei Municipal nº 1.637, instituindo o “Serviço de Engenharia e Arquitetura Pública”, com a finalidade de “promover assistência técnica e jurídica para elaboração de projeto e construção de moradias populares no município” (MORAES, 2012).

Em 03 de agosto de 2006 foi assinado o Decreto Municipal nº 4.058, que através do “Programa da Política Habitacional Municipal”, teve como objetivo implementar a Lei nº 1.637/05; esta última foi alterada mais tarde, em 19 de agosto de 2011, pelo Projeto de Lei nº 067¹, a fim de adequá-la à LAT.

Apesar de algumas iniciativas pontuais por parte da Prefeitura Municipal, como a elaboração de projetos arquitetônicos e de reforma através da Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), essas ações não levaram à realização permanente de ações de assistência técnica para construção de moradias populares por parte do poder público local, aos moldes da LAT ou da própria lei municipal.

Em meio a esse cenário contraditório de criação de leis habitacionais e de descaso com a real situação do morador viçosense de baixa renda, que convive com condições habitacionais indignas, surgiram iniciativas dentro da UFV, por meio de projetos de extensão com o intuito de oferecer serviços de arquitetura e engenharia gratuitos aos que não possuíam condições de arcar com seus custos.

O Projeto HABITAT em suas diversas edições e nomenclaturas adquiridas com o passar dos anos, com ações extensionistas realizadas por professores e estudantes do DAU-UFV e do Departamento de Engenharia Civil (DEC) em parceria com os demais departamentos da Instituição e órgãos da cidade, é um exemplo relevante da inquietude

1. Para saber mais sobre as legislações municipais habitacionais de Viçosa (MG), recorrer ao estudo detalhado de MORAES (2012).

diante da inércia do poder público municipal e prova concreta de como a assistência técnica (AT) contribui para a conquista de melhores condições habitacionais, minimizando os efeitos perversos da urbanização excludente das cidades brasileiras.

METODOLOGIA

A definição de um único município para **estudo de caso** viabilizou um estudo qualitativo mais aprofundado sobre o entendimento do potencial da assistência técnica e de seus efeitos na paisagem autoconstruída do bairro Nova Viçosa, em Viçosa (MG).

Ao iniciar a **pesquisa empírica**, tínhamos como um dos objetivos conhecer a estrutura e as parcerias do caso de AT em Viçosa (MG), bem como os agentes implementadores, suas ações e opiniões sobre a AT. Desse modo, foram adotados os seguintes passos: **revisão de literatura e coleta de registros e documentos oficiais** sobre o Projeto HABITAT e **entrevistas semiestruturadas** com dois agentes implementadores²: com a professora-coordenadora do Projeto HABITAT e com o coordenador da Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV), uma das instituições parceiras.

As entrevistas não foram aplicadas rigidamente, e sim de maneira flexível, para que as informações fluíssem e permitissem à pesquisadora fazer as adaptações oportunas. Foi necessário que os entrevistados concordassem em responder às questões, sendo combinados com antecedência o horário e o local para as entrevistas. A partir desses procedimentos, foi possível preparar, com maior conhecimento, a pesquisa exploratória no bairro onde as ações de AT foram desenvolvidas e procurar entender seus efeitos.

Outro objetivo a ser alcançado foi a análise do envolvimento e da opinião das famílias atendidas pela AT. Optou-se por realizar **entrevistas semiestruturadas** com os moradores atendidos³, definindo uma “amostra intencional” de casas a serem analisadas (THIOLLENT, 1996).

Para a definição dessa amostra levamos em conta as considerações de Braga (2008, p. 79), que afirma que é preciso “operar seleções” a partir da definição do problema de pesquisa, das estruturas e processos próprios do objeto de estudo e do conhecimento disponível sobre o objeto em questão.

Desta forma, os dados sobre as famílias atendidas, obtidos nos registros das várias edições do Projeto HABITAT, foram organizados em planilhas eletrônicas e filtrados conforme os seguintes critérios de prioridade:

1º filtro) Tipo de assistência técnica prestada: projetos de nova edificação entregues.

2. O roteiro norteador das entrevistas semiestruturadas aplicadas com os agentes implementadores do Projeto HABITAT encontram-se nos APÊNDICES A e B, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

3. O roteiro norteador das entrevistas semiestruturadas aplicadas com os moradores atendidos pelo Projeto HABITAT encontra-se no APÊNDICE C.

Essa priorização se deu pela possibilidade de maior impacto visual e estético das casas que seriam analisadas. Aqui foram detectados 11 casos.

2º filtro) Dados de endereço completo e/ou telefone para contato: de 11, a amostra foi reduzida e finalizada em 6 casos, levados a campo.

Porém, nas visitas ao bairro Nova Viçosa, um dos moradores da amostra não foi encontrado e outro disse que não havia colocado o projeto em prática. Diante disso, foram entrevistados:

Diante disso, foram entrevistados: 3 moradores com nova edificação (1 construída, 1 em construção conforme o projeto recebido pelo Projeto HABITAT e 1 em construção em não-conformidade com o projeto recebido); 1 morador com projeto de reforma e ampliação e 2 moradores com projeto de regularização elaborados pelo Projeto HABITAT, que se disponibilizaram com muita receptividade a contribuir com a pesquisa.

Esses 6 casos foram considerados significativos e suficientes para a análise qualitativa da pesquisa, e a opção de realizar entrevistas semiestruturadas com os moradores atendidos ocorreu por se tratar de um valioso método para captar, através do contato direto com a população, aspectos histórico-sociais da realidade onde houve a intervenção das ações de AT, partindo de uma perspectiva mais direta com o conhecimento popular e com a opinião das famílias sobre o Projeto HABITAT.

Para isso, foi preciso que os moradores concordassem em responder às questões após garantido o anonimato em relação às suas respostas, como foi exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP-UFV). Nesse momento, as considerações de André e Ludke (1986), de que é necessário ouvir atentamente e estimular o fluxo natural da conversa, sem forçar determinadas respostas, foram colocadas em prática. Ou seja, o roteiro de entrevistas semiestruturadas serviu apenas como elemento norteador da conversa e suas perguntas não foram aplicadas rigidamente e em sua totalidade, visto que em sua fala livre os moradores revelavam fatos até mais interessantes aos resultados desta pesquisa.

Os diálogos foram armazenados em um equipamento de gravação de áudio e, posteriormente, foram transcritos na íntegra para análise. Concomitantemente, os dados secundários (observações e impressões durante a entrevista) foram anotados no caderno de campo logo após o término da entrevista, enquanto “a memória ainda estava quente” (ANDRÉ; LUDKE, 1986, p. 38). Esses procedimentos propiciaram as bases para a reflexão e análise dos resultados.

Durante a pesquisa exploratória no bairro, foi realizada **observação direta**, por meio da qual a observadora pôde se aproximar do ponto de vista dos sujeitos, além de ter sido útil para desvendar novas feições da questão (SANTOS, 1991).

Para orientar a observação direta sobre a paisagem do bairro Nova Viçosa, foi feita a associação entre o olhar mais geral limitado ao estético (visão horizontal) e o olhar mais

aprofundado e específico, levando em consideração as dimensões culturais e humanas (visão vertical) sobre as paisagens das casas, amparando-nos nas ideias de Claval (1999).

Houve a tentativa de identificar nessas paisagens os três aspectos definidos por Jacques (2013): i) fragmento (forma que os assentamentos populares ganham através do processo arquitetônico e urbanístico singular, responsável por uma paisagem agregada por barracos e casas autogeridas); ii) labirinto (vias confusas que delineiam o espaço resultante da aglomeração dos fragmentos); e iii) rizoma (expansão progressiva dos fragmentos e labirintos, que se alastram pela cidade motivados por impulsos de reprodução e sobrevivência diante de condições precárias para a instalação de moradias mais dignas).

O **registro fotográfico** das habitações e do bairro, quando consentido pelos moradores, se fez bastante conveniente nesse momento e foi alvo de uma análise comparativa sobre a “paisagem horizontal” do local estudado por meio das fotos encontradas nos arquivos do Projeto HABITAT e de imagens do aplicativo online *Google Maps*, o que permitiu checar as modificações sofridas pelas casas e pelo bairro ao longo do tempo.

Esse conjunto de procedimentos permitiu dar respostas a outro objetivo, qual seja, analisar os efeitos da aplicação da AT no que tange aos aspectos da “paisagem vertical” e dos novos significados incorporados pelo espaço estudado e pelas relações sociais ali contidas.

Os procedimentos adotados auxiliaram não só a compreensão sobre o retrato urbanístico e arquitetônico da realidade estudada (aspectos relacionados à regularização das casas e à melhoria estética), como também a realizar uma leitura do significado subjetivo (melhoria da qualidade de vida e mudança do modo de comportamento da população) das ações de AT e como os próprios moradores sentem seus efeitos no seu dia-a-dia e na paisagem que ajudaram a construir.

Posteriormente, os dados obtidos foram organizados e sistematizados em planilhas eletrônicas, com o intuito de gerar gráficos e quadros esquemáticos para facilitar a visualização dos resultados, a análise e reflexão da pesquisa. Isso permitiu alcançar o objetivo de entender programas anteriores ou oriundos da Lei nº 11.888/08 enquanto políticas públicas com potencial para a melhoria das condições habitacionais e da qualidade de vida dos moradores, do ponto de vista de que se trata de um passo fundamental para a conquista do direito à cidade e à moradia digna, bem como para a valorização dos profissionais da área da construção.

Na Figura 9 mostra-se o esquema da metodologia adotada para o presente capítulo.

Metodologia Capítulo 3

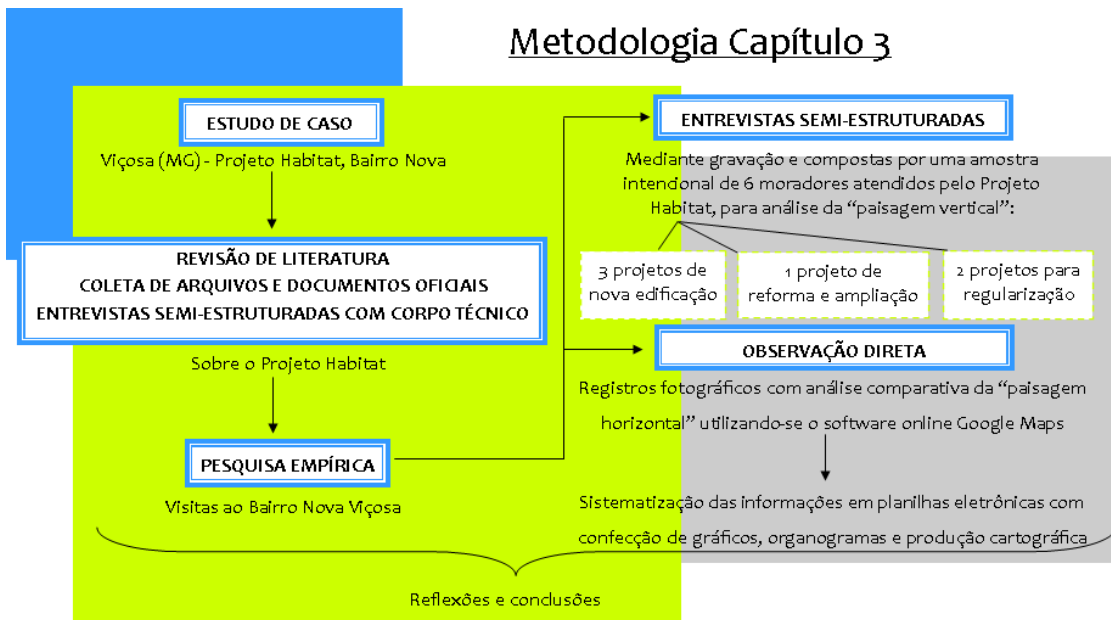


Figura 9: Metodologia utilizada para o Capítulo 3.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

A AÇÃO DE AT EM NOVA VIÇOSA (MG): O PROJETO HABITAT

Trajetória, ações e parcerias

Toda a trajetória do Projeto HABILITAT partiu da constatação, por parte de professores e estudantes do DAU-UFV, dos problemas nas condições das moradias em um bairro específico da cidade -Nova Viçosa- escolhido pelo alto grau de vulnerabilidade social, o mais crítico da cidade (índice de 18% em 2016), pela facilidade de deslocamento para visitas a campo e por ser o terceiro bairro mais populoso da cidade na época em que a ideia do projeto surgiu (2004), o que ampliaria as possibilidades de trabalho e análise dos resultados (SILVA et al, 2010; MORAES, 2012; CRUZ, 2012).

Ao observar moradias autoconstruídas e ampliadas pouco a pouco no bairro Nova Viçosa, sem orientação técnica e com recursos escassos, quase nunca finalizadas, conformando uma paisagem repleta de casas inacabadas e inseguras do ponto de vista técnico (Figura 10), foram constatados diversos problemas tais como: desperdício de materiais, ventilação e iluminação inadequadas, cômodos reduzidos, divisão interna incompatível com as funções desempenhadas na moradia, umidade e insalubridade, emprego inadequado das técnicas construtivas, entre outros (MORAES, 2012).

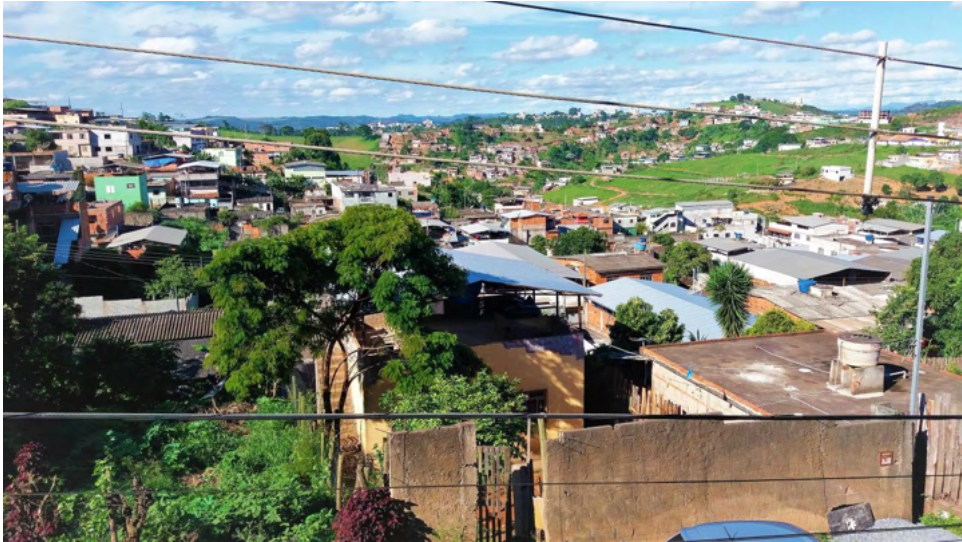


Figura 10: Paisagem inacabada em constante construção do bairro Nova Viçosa.

Fonte: Foto do acervo das autoras, 2016.

Em 2004, através do projeto de extensão universitária denominado “Projeto Habitat: Uma Proposta de Ação no Bairro Nova Viçosa”, objetivou-se melhorar as condições de habitabilidade no bairro. A ideia inicial era...

“[...] fazer um kit de construção pras famílias aproveitando resíduos de construção, cacos de azulejo, cacos de cerâmica, resto de telhas, de tijolo, pra entregar pras famílias poderem utilizar, porque nós observávamos que os banheiros não tinham revestimento no piso, nas paredes.” (A.W.B., professora-coordenadora do Projeto HABITAT)

Diante das dificuldades de implementação das ações, como o transporte dos *kits* até o bairro, a iniciativa foi modificada nos projetos de extensão subsequentes. Em 2005 com o “Projeto Habitat: Novas Ações no Bairro Nova Viçosa”, objetivou-se a incorporação de ações como orientação para plantio de hortas e noções de higiene e limpeza dos ambientes internos e externos das residências.

Em 2006, com o “Projeto Habitat: Consultório de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG”, o objetivo foi disponibilizar às famílias carentes, que vivem sob condições precárias da habitabilidade, serviços gratuitos de engenharia e arquitetura para construção, reforma, ampliação e legalização, perante o CREA e a Prefeitura Municipal, de suas casas, enquadrando-se no que se denomina Engenharia e Arquitetura Públicas, ao possibilitar a autoconstrução orientada tal como preconiza a Lei nº 11.888/08 (SANTOS; CARVALHO; TRINDADE, 2011).

O foco passou a se concentrar na orientação técnica para famílias com renda mensal

de até 3 salários mínimos e para as ampliações que essas famílias realizavam de maneira rápida e constante pelos moradores.

De acordo com a professora-coordenadora do projeto e entrevistada durante a pesquisa, essa ação foi inspirada em uma experiência uruguaia: “Consultorios de Arquitectura de los Arquitectos de la Comunidad”⁴, fazendo uma analogia à ação dos médicos, nesse caso, a fim de remediar as precariedades das moradias.

Nesse período, contou-se com o apoio da Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV), que cedeu um espaço na quadra esportiva de sua sede para o funcionamento do “escritório” onde dois estudantes se reuniam para receber os moradores interessados no atendimento. Também houve apoio da Escola Municipal Padre Francisco José da Silva (EMPFJS), que autorizou a divulgação do Projeto HABITAT por meio de bilhetes que os alunos levavam aos pais, e da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), que disponibilizou uma lista de famílias carentes.

Porém, observando que uma base fixa não estava apresentando grande demanda e que as necessidades dos moradores vinham de outras formas, nos anos de 2007 e 2008 os estudantes passaram a atender as demandas através do uso de aparelho celular e alcançaram maior abrangência de atividades com o “Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG”.

As formas de divulgação se ampliaram através da distribuição de cartazes nos bares, anúncios nas igrejas, bilhetes nas escolas... sempre com o cuidado de deixar claro que as ações de AT não se traduziam em fazer a obra da casa para o morador, mas para orientá-lo na sua construção.

Em especial, no ano de 2008, foi criado concomitantemente ao Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura no bairro Nova Viçosa, o “Projeto HABITAT de Ação Imediata em Viçosa/MG”, pelo DAU-UFV, em parceria com o Departamento de Habitação vinculado à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Viçosa. O objetivo era orientar tecnicamente, nas áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia civil, as famílias contempladas com doação de materiais de construção pelo “Programa de Melhoria Habitacional” da Prefeitura, quando foi constatado que os materiais doados estavam sendo utilizados incorretamente e causando desperdícios.

Esse projeto atuou em casas localizadas em toda a malha urbana e rural da cidade no que tange à: avaliação das condições habitacionais das famílias beneficiadas; acompanhamento de todo o processo de construção das moradias ou reformas; orientação técnica construtiva e organizacional; implementação de práticas de racionalização da construção quanto ao uso dos materiais doados; elaboração de projetos arquitetônicos

4. Ou “Arquitectos de la Comunidad”, programa criado em 1999 por arquitetos da Sociedade de Arquitectos do Uruguai, a fim de adaptar o exercício profissional de arquitetos às necessidades da população de menor renda para melhoria da qualidade do espaço habitacional das áreas carentes do país.

habitacionais e proposição de soluções para problemas construtivos das moradias (MORAES, 2012 e TARÔCO, 2011).

Adicionalmente foi criado em 2008 o “Projeto Habitat: Oficinas de Capacitação para a Construção Civil”, sob orientação de outro professor do DAU-UFV. Esse projeto contou com oficinas de aulas teóricas, que eram ministradas no período noturno a serventes, pedreiros, operários de construtoras e demais interessados em atuar na construção civil, inclusive os moradores atendidos pelas várias edições do Projeto HABITAT. O objetivo foi capacitá-los para a leitura correta de projetos arquitetônicos, otimizar e corrigir a forma como os moradores beneficiados utilizavam os materiais doados pela Prefeitura e ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada na cidade de Viçosa (MORAES, 2012).

Porém, apesar da relevância dessas atividades, a falta de apoio do poder público impossibilitou as equipes de dar continuidade aos projetos paralelos: “Projeto Habitat: Oficinas de Capacitação para a Construção Civil” e “Projeto Habitat de Ação Imediata em Viçosa/MG”. Esses dois projetos findaram em 2010.

Em 2009, o Projeto HABITAT ampliou sua atuação espacial para algumas casas em Posses, área rural vizinha ao Bairro Nova Viçosa, e passou a chamar-se “Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura nos Bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa/MG”.

Segundo Moraes (2012), ao longo das ações de AT, observou-se que a maioria dos moradores atendidos pelo Projeto HABITAT não possuía escritura do imóvel, o que impossibilitava a aprovação dos projetos arquitetônicos na Prefeitura Municipal. Essa constatação reorientou as ações do projeto de extensão no sentido de priorizar as famílias carentes que possuíam a escritura.

Perante a validade da ideia dessas ações extensionistas, o empenho da equipe de professores envolvidos no seu desdobramento e, sobretudo, o empenho dos estudantes-bolsistas participantes, o Projeto HABITAT foi aprovado e desenvolvido por mais cinco anos, com o título de “Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura em Viçosa /MG” (2010 a 2014), tendo cessado suas atividades em 2014 quando a professora-coordenadora se aposentou. Ao longo desses 10 anos de atuação, o projeto foi premiado diversas vezes⁵.

Enfim, para melhor ilustrar e resumir a trajetória de iniciativas referentes à assistência técnica habitacional no município de Viçosa e a atuação do Projeto HABITAT, foi elaborado um histórico com duas linhas do tempo retratadas na Figura 11.

5. Dentre os diversos prêmios conferidos ao Projeto HABITAT, estão o Prêmio Arthur Bernardes - Mérito em Extensão (UFV) em 2008 com o “Projeto Habitat: Consultório de Arquitetura o Bairro Nova Viçosa, em Viçosa - MG”; Prêmio Arthur Bernardes com Menção Honrosa em 2010 (premiação dos trabalhos apresentados no Simpósio de Integração Acadêmica da UFV - SIA/UFV) conferido à edição “Projeto habitat - oficinas de capacitação para construção civil”, são exemplos de prêmios recebidos pelo Projeto HABITAT; e Prêmios Arthur Bernardes - Mérito em Extensão (UFV) em 2011, 2012 e 2013.

HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL EM VIÇOSA (MG)

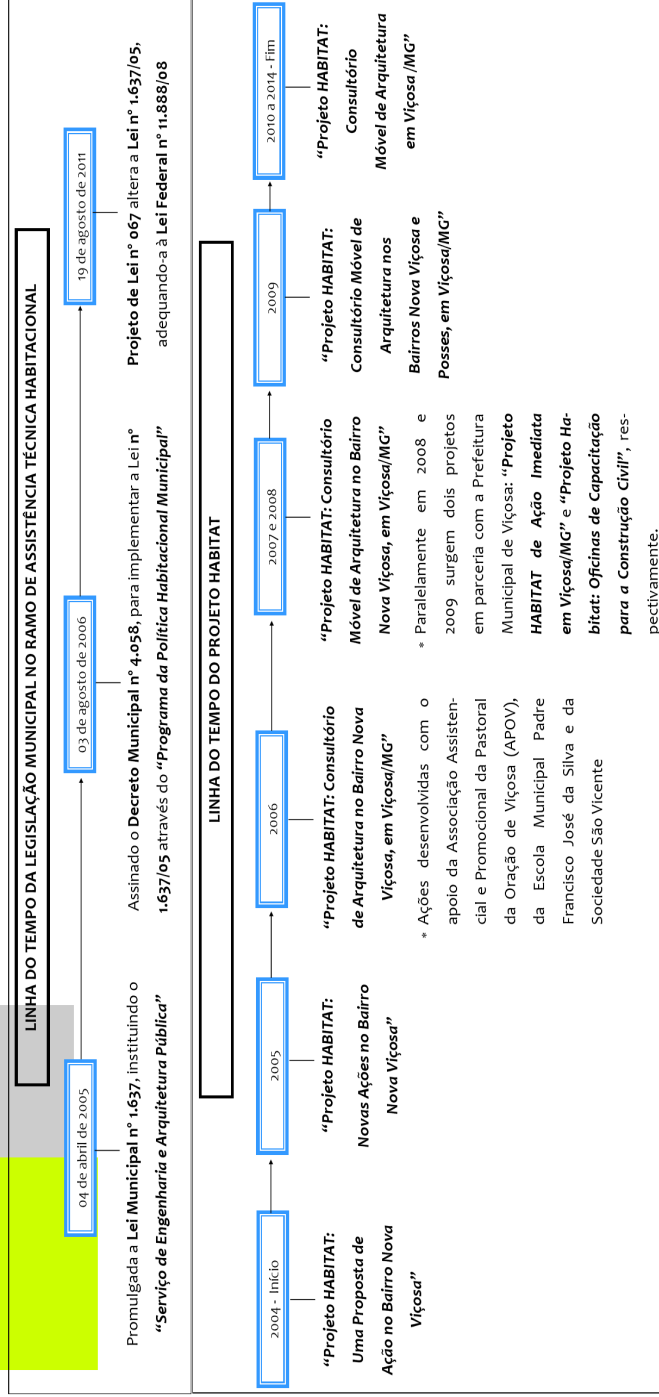


Figura 11 : Linha do tempo da assistência técnica habitacional em Viçosa (MG).

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Formas e bases gerais de operacionalização

Para acessar os serviços do “Projeto HABITAT: Consultório Móvel de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa”, as famílias do bairro Nova Viçosa entravam em contato de forma direta com a equipe de campo, formada pelos estudantes-bolsistas de extensão graduandos em Arquitetura e Urbanismo. Era feita uma visita primária à residência da família interessada, onde se buscava identificar suas necessidades e desejos em relação à construção e eram realizados: a) cadastro e registro dos dados socioeconômicos; b) “levantamento do terreno (no caso de novo projeto arquitetônico), da planta baixa e de todas as condições construtivas da habitação (no caso de reforma ou ampliação)” (MORAES, 2012, p. 96).

Após verificar se a família se enquadrava no perfil-alvo do Projeto HABITAT (família com renda mensal de até 3 salários mínimos) e hierarquizar as demandas priorizando os casos mais precários, cada aluno participante ficava responsável pelo projeto arquitetônico de uma família, buscando sempre adequar o projeto ao modo de vida e anseios dos futuros usuários, bem como minimizar seus gastos, como, por exemplo, através do aproveitamento de materiais de construção já adquiridos anteriormente, no caso de uma reforma (MORAES, 2012 e SANTOS; CARVALHO; TRINDADE, 2011).

Os projetos eram elaborados sob orientação da professora-coordenadora da equipe e com participação da família atendida, e depois de finalizados eram entregues às famílias, para posterior legalização e construção. Após essa etapa, havia o acompanhamento da obra daqueles que colocavam o projeto em prática logo em seguida, a fim de esclarecer as dúvidas surgidas durante a construção. A equipe também procurava orientar as famílias acerca do processo de aprovação e legalização junto à Prefeitura Municipal de Viçosa (MORAES, 2012).

Esses projetos e orientações se desdobravam nas mais variadas formas de operacionalização...

[...] orientações sobre técnicas construtivas; correção de problemas como umidade, escoamento de água pluvial; falta de conforto térmico, acústico e lumínico; elaboração de orçamentos totais e parciais das modificações pretendidas; elaboração de projetos arquitetônicos de reforma, acréscimos, modificações ou novas construções de moradias; levantamento para fins de legalização de imóveis construídos junto à Prefeitura Municipal de Viçosa; acompanhamento da execução da obra; bem como outros tipos de assistência técnica necessários à melhoria da habitação em geral. (MORAES, 2012, p. 96)

De acordo com Talin et al (2009), as visitas às famílias envolviam um trabalho de conscientização acerca da importância das condições de higiene e salubridade, e do cuidado e manutenção das áreas internas e externas da casa para se alcançar maior conforto, segurança e qualidade do espaço habitacional. Nesse sentido, mencionava-se a legislação urbanística da cidade e seu papel para a qualidade de vida e saúde da população.

ANÁLISE DO PROJETO HABITAT

Abrangência da atuação do projeto habitat e perfil das famílias atendidas

Ao acessar os registros dos “Projetos HABITAT” ao longo de 2004-2014, organizar e sistematizar a maioria absoluta dos dados encontrados, foi possível fazer uma pequena análise quantitativa e constatar que, dos 5.214 habitantes (população total de Nova Viçosa e Posses de acordo com Cruz (2014)), ao longo dos dez anos de atuação da AT foi feito o cadastro de 92 moradores, sendo 54 mulheres (59%) e 38 homens (41%)⁶.

Dentre as profissões mais comuns declaradas pelos moradores cadastrados estão aquelas relacionadas ao trabalho doméstico e à construção civil, tipos de atividade profissional que condizem com o baixo grau de escolaridade desses moradores na época de desenvolvimento das edições do Projeto HABITAT, desde 2004 até 2014, como podemos ver nos gráficos a seguir:

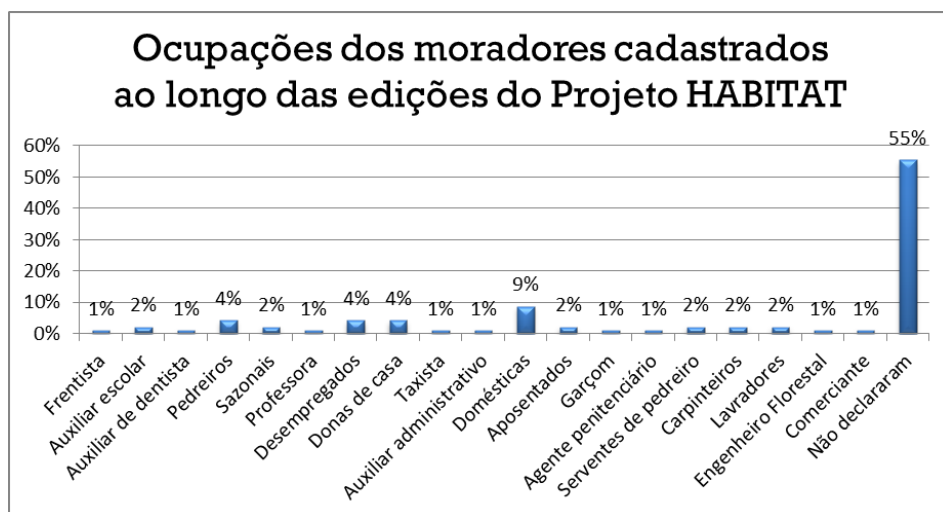


Gráfico 1: Ocupações dos moradores cadastrados ao longo das edições do Projeto HABITAT.

Fonte: Arquivos do Projeto HABITAT (2004-2014).

6. Além disso, houve a iniciativa de prestação de outros tipos de serviços de AT, tais como projeto de creche no Bairro Nova Viçosa; diagnóstico ambiental para o conjunto habitacional do Sol Nascente e projeto da sede social do conjunto habitacional do Coelhas. Como a maioria dessas iniciativas não se concluiu, não foram englobadas no trabalho de campo e análise realizados para este estudo.

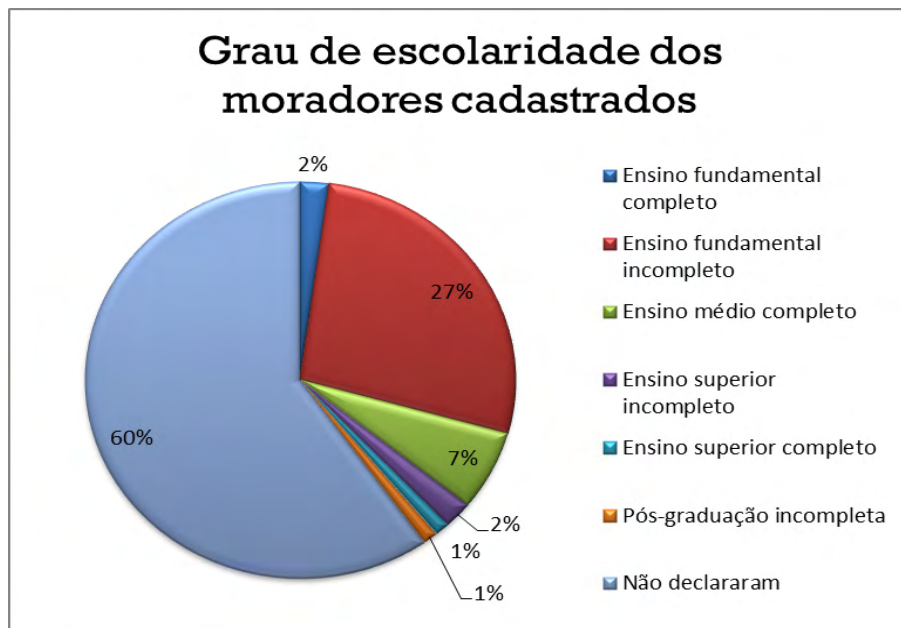


Gráfico 2: Grau de escolaridade dos moradores cadastrados ao longo das edições do Projeto HABITAT.

Fonte: Arquivos do Projeto HABITAT (2004-2014).

Tomando como base apenas os moradores que declararam suas ocupações e sua escolaridade, podemos perceber um baixo grau de formação escolar, bem como ocupações que normalmente remuneram com baixos salários, o que permitiu que esses moradores participassem do Projeto HABITAT, que se limitava a atender famílias com renda mensal de até três salários mínimos, faixa de renda normalmente visada em políticas de habitação de interesse social.

Foram encontrados nos registros de todas as vertentes do Projeto HABITAT 66 tipos detalhados de AT dos 92 casos totais. São eles:

Total de tipos de assistência técnica desenvolvidos pelo PH

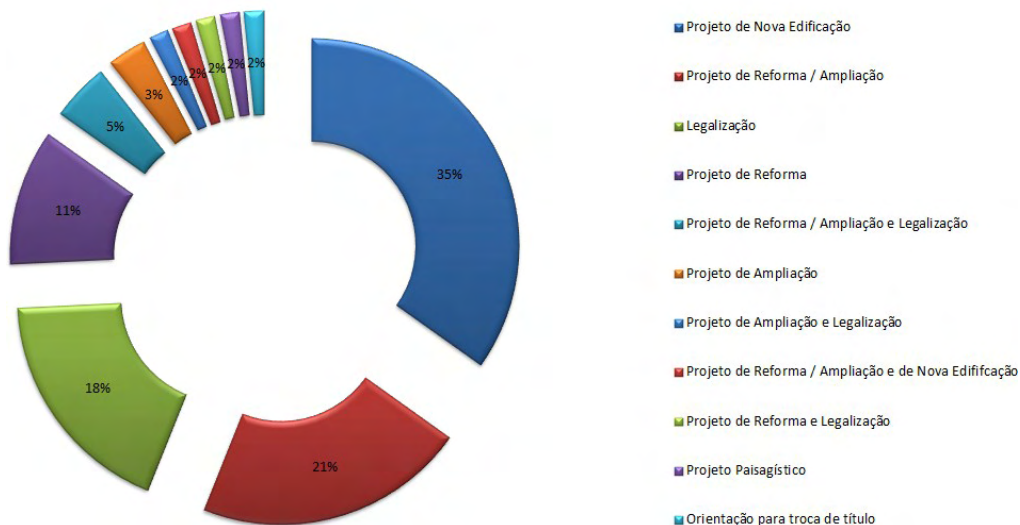


Gráfico 3: Tipos de AT prestados pelo Projeto HABITAT encontrados nos arquivos.

Fonte: Arquivos do Projeto HABITAT (2004-2014).

De acordo com o levantamento, foi possível identificar 41 projetos entregues e que revelam que, apesar da elaboração de projetos de nova edificação assumir o maior percentual de demandas (Gráfico 3), os projetos de reforma e ampliação, especialmente para acréscimo de quartos, assumem a primeira posição entre os projetos que foram entregues às famílias atendidas, como podemos verificar no Gráfico 4:

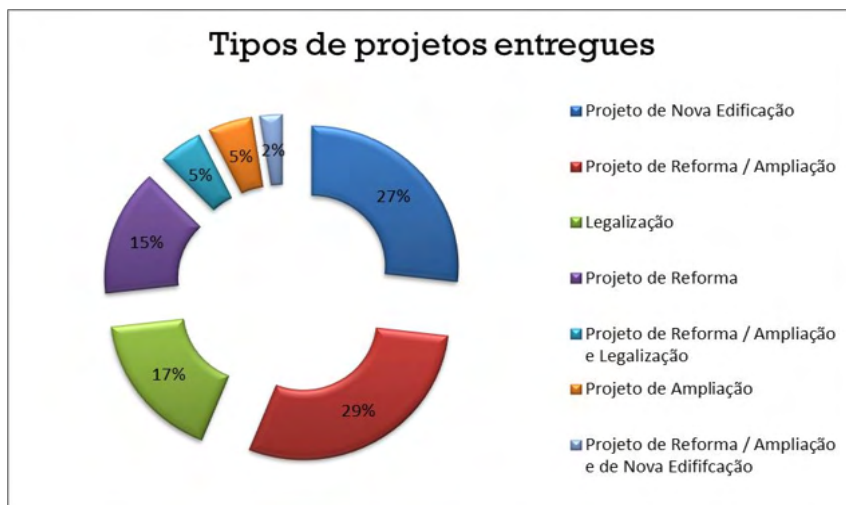


Gráfico 4: Tipos de projetos entregues pelo Projeto HABITAT às famílias atendidas.

Fonte: Arquivos do Projeto HABITAT (2004-2014).

É importante destacar que nem todos os projetos entregues às famílias foram executados. Em uma avaliação do Projeto HABITAT: Consultório de Arquitetura, realizada em 2010 pela sua equipe, levando em consideração as ações de 2007 a 2010, período em que 38 famílias foram beneficiadas e das quais 30 foram entrevistadas, foi constatado que apenas 10 projetos foram executados, dentre os quais somente 6 estavam de acordo com as propostas elaboradas pela equipe. Essa situação foi motivada pela insuficiência financeira das famílias em atender às especificações dos projetos, por mais simples e econômicos que fossem, um dos entraves encontrados pelo trabalho de assistência técnica no bairro Nova Viçosa, como discutiremos no próximo tópico (MORAES, 2012).

Os serviços de AT na percepção do corpo técnico

Esse tópico do Capítulo 3 dedica-se a reunir a percepção dos agentes implementadores e parceiros do Projeto HABITAT sobre seus entraves, benefícios e resultados gerais, seguindo esta ordem no texto. Para tal, fez-se uso da sistematização das entrevistas realizadas com a professora-coordenadora do Projeto HABITAT e com o coordenador de uma instituição parceira (APOV), além da sistematização dos dados encontrados nos registros e relatórios finais feitos pelas equipes, principalmente pelos estudantes-participantes, ao longo de 2004- 2014. Esse levantamento foi complementado por pesquisa bibliográfica.

As diversas versões do Projeto HABITAT passaram por dificuldades diferentes. Uma delas foi transportar os kits de materiais até o bairro, um dos entraves operacionais do primeiro Projeto HABITAT (2004 e 2005), que somada à incapacidade financeira das famílias para comprar cimento, areia e brita a fim de complementar a utilização do kit doado, fez com que os poucos materiais obtidos ficassem armazenados em tonéis cheios de resíduo sem utilização prática.

No caso do Projeto HABITAT (“Projeto Habitat: Oficinas de Capacitação para a Construção Civil” e “Projeto HABITAT de Ação Imediata em Viçosa/MG”)...

[...] a falta de organização do poder municipal foi um dos maiores entraves. Como exemplo, a prefeitura municipal realizava a doação de materiais de construção antes da realização das visitas técnicas, o que gerou uma postura de remediação dos problemas, enquanto o objetivo do projeto era principalmente, a prevenção. Além disso, o poder municipal tinha dificuldade em disponibilizar veículo para o transporte das equipes de vistoria, o que impossibilitou que algumas visitas fossem realizadas. Estes fatores, associados à diminuição do oferecimento de materiais de construção pela prefeitura, levaram à extinção desta vertente do Projeto HABITAT, no ano de 2010. (MORAES, 2012, p. 99)

Como mencionado no tópico anterior, a avaliação realizada pela própria equipe em 2010 revelou grande incapacidade de adequação da prática construtiva às especificações dos projetos entregues, devido aos recursos financeiros escassos para se investir na obra, muitas vezes impossibilitando os moradores de adquirirem até mesmo os materiais de construção, fazendo com que eles buscassem...

[...] alternativas que reduzam ao máximo os custos, mesmo tendo como consequência o comprometimento do conforto, funcionalidade, estética e até mesmo segurança das moradias. Destacaram também a dificuldade de compreensão das especificações do projeto arquitetônico pelos executores das obras, que acabam edificando-as como consideram mais viáveis. Este fator é grave e ressalta a necessidade de se associar a elaboração de projetos arquitetônicos a outros programas que envolvam, por exemplo, a oferta de materiais de construção e a capacitação de mão-de-obra visando à compreensão dos projetos, redução dos desperdícios e otimização dos resultados. Destaca também a importância da capacitação dos próprios estudantes e profissionais para o oferecimento de propostas mais adequadas possíveis, o que é previsto na Lei Federal nº 11.888/08 como parte das atividades de um Programa de Engenharia e Arquitetura Pública. (MORAES, 2012, p. 101 a 102)

Esses dilemas fazem com que o morador-autoconstrutor priorize a dimensão “abrigo”, como discute Turner (1968), deixando em planos subalternos e até esquecidos os aspectos funcionais, estéticos, legais e de segurança das edificações, mais um dos motivos para a conformação das paisagens, que observadas horizontalmente, são percebidas como desorganizadas, inacabadas... espaços de feiura e de não-arquitetura (CLAVAL, 1999; JACQUES, 2003 e PERLMAN, 1977).

Espaços onde impera a irregularidade fundiária e imobiliária, que dificultou a AT do Projeto HABITAT por dois motivos principais:

- impossibilidade de legalização de muitos dos projetos arquitetônicos elaborados pelo Projeto HABITAT perante o CREA e o IPLAM, dado a falta de título de propriedade do terreno de grande parte da população atendida; e
- “falta de um engenheiro ou arquiteto na Prefeitura disponível para fazer o acompanhamento das obras”, uma vez que a professora-coordenadora do Projeto HABITAT era contratada pela UFV sob regime de dedicação exclusiva e por esta razão não podia se dedicar ao acompanhamento da execução dos projetos, bem como assinar a responsabilidade técnica pela obra (ART) (SANTOS, CARVALHO; TRINDADE, 2011 e MORAES, 2012, p. 103).

Em entrevista, a professora-coordenadora disse que a Prefeitura justificava que era inviável financeiramente a contratação de engenheiros e arquitetos para essa finalidade e que os profissionais atuantes já se encontravam sobrecarregados com outras tarefas.

Ainda assim, justifica-se a elaboração de projetos para as famílias que não possuem

o registro do terreno ou que não têm condições de regularizar a situação do imóvel junto à Prefeitura pelo fato de que a assistência técnica, mesmo que informal, pode minimizar as irregularidades construtivas e arquitetônicas, bem como os efeitos da segregação espacial e tornar dignas as moradias atendidas (MORAES, 2012, p. 104). Ou seja, o interesse social fundamenta esse tipo de ação.

Outro entrave foi a periodicidade do Projeto HABITAT, que tinha edições anuais e, em cada uma delas, alternavam-se os estudantes responsáveis pela orientação das famílias no bairro Nova Viçosa. Esse fator, por muitas vezes, prejudicava a continuidade do acompanhamento às famílias, pois quando a relação de confiança entre estudante-morador começava a ser firmada e as ideias se adequavam, ela era interrompida, necessitando de um novo processo para consolidar a relação com o novo estudante-bolsista.

Diante disso, Moraes (2012) destaca a necessidade de se incorporar de forma efetiva nos serviços de assistência técnica habitacional, seja por iniciativas acadêmicas e/ou por parte da gestão pública, o acompanhamento profissional que...

[...] pode não só esclarecer as dúvidas dos executores, mas também orientá-los para o uso adequado dos materiais de construção, detectar possíveis necessidades de alterações no projeto arquitetônico para otimização dos resultados, solucionar imprevistos que podem surgir durante a obra, evitar irregularidades, etc. (p. 102)

Destacamos ainda a necessidade desse acompanhamento se dar de maneira sistemática e prolongada, pois os moradores autoconstróem sem prazo determinado, de forma progressiva e lenta.

A mudança rápida das necessidades das famílias em relação aos espaços de suas casas, seja pela nova gravidez da esposa que faz com que se almeje mais um quarto na casa ou seja pelo casamento do filho fazendo com que o pai queira construir novos cômodos no pavimento acima para abrigar o novo casal, por exemplo, que gera a urgência de flexibilização constante dos projetos foi outra dificuldade encontrada pelas equipes do Projeto HABITAT. Esse aspecto foi observado na avaliação feita em 2010 pelos estudantes, quando os poucos moradores que se demonstraram insatisfeitos com os projetos a eles entregues argumentaram que, com o passar do tempo, já não atendiam suas demandas. Essa realidade familiar é agravada pela demora na conclusão das obras (SANTOS; CARVALHO; TRINDADE, 2011).

Quanto aos benefícios, a professora-coordenadora afirmou que mesmo com todos esses empecilhos, que só reforçam a carência da continuidade de ações extensionistas, o trabalho do Projeto HABITAT foi gratificante e se desenvolveu com mais força a partir de 2007, quando passou a atuar através do atendimento pelo celular, estabelecendo com a população um contato específico para a AT do “Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG”.

Nos anos de 2008 e 2009, visando à orientação da população quanto ao uso dos materiais doados pela Prefeitura, verificou-se significativa diminuição na perda e no desvio desses, bem como o atendimento a um maior número de famílias (MORAES, 2012).

Na avaliação de 2010 feita pela própria equipe, a maioria das famílias respondeu que a proposta do projeto atendeu às suas expectativas, pois...

[...] a equipe pôde observar o aumento da autoestima dos moradores, que se sentem valorizados ao receberem serviços de pessoas habilitadas. Como resultado da satisfação gerada, as famílias beneficiadas divulgam os trabalhos na vizinhança, facilitando a disseminação do projeto de extensão [...] (MORAES, 2012, p. 97)

Além disso, tomam consciência da importância de regularizar a casa, pois, de acordo com os relatórios da equipe durante os anos de atuação do Projeto HABITAT, as famílias passaram a solicitar a...

[...] continuidade da assistência técnica durante a construção da obra e/ou a elaboração do levantamento arquitetônico com o objetivo de primeiramente regularizar o imóvel junto ao IPLAM. Esse dado pode ser reflexo do trabalho paralelo desenvolvido pela equipe de conscientização das famílias sobre a importância da legalização do projeto arquitetônico e do registro do terreno (MORAES, 2012, p. 103).

Enfim, compreende-se que o Projeto HABITAT é um aprendizado para além da sala de aula, proporcionando o aprimoramento dos conteúdos ensinados aos estudantes dos cursos da área de construção civil da UFV e fazendo-os vivenciar os benefícios que sua futura profissão pode trazer à população marginalizada na sociedade.

Os serviços de AT na percepção do público alvo

Aqui procuramos reunir as opiniões dos moradores beneficiados pelo Projeto HABITAT acerca dos serviços de AT prestados, numa busca pela apreensão dos pontos positivos e negativos da visão popular, pontos esses que se refletem tanto na dimensão social como na dimensão espaço-paisagem das casas atendidas no bairro Nova Viçosa.

Para tal, fez-se uso da sistematização das entrevistas realizadas com os 3 moradores que receberam projetos de nova edificação, com 1 morador que recebeu projeto de reforma e ampliação, e com os 2 moradores aos quais foram entregues projetos para a regularização de suas casas.

Quanto aos pontos positivos, temos que, de forma unânime, os moradores avaliaram os serviços prestados pelo Projeto HABITAT, em suas variadas edições, como satisfatórios e demonstraram o desejo e até mesmo a necessidade de continuidade da AT, o que fica evidenciado na fala do morador:

"Se és (PROJETO HABITAT) tivesse trabalhando, aí como diz o ditado, era bom

que agora pode refazer de novo (ALTERAR SEU PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO)". (J.E.C., morador entrevistado)

Outro morador, cujo projeto de nova edificação está sendo colocado em prática, relatou que se os serviços de AT voltassem a serem oferecidos no bairro, ele gostaria de participar novamente para incluir no seu projeto a ampliação de duas quitinetes no pavimento acima da sua casa, uma para sua mãe que já está idosa e outra para sua irmã que tem o desejo de se mudar para a cidade, ambas moradoras da zona rural.

Foi possível perceber que o desejo pela continuidade de projetos como o HABITAT se dá por dois motivos: 1) pelas constantes e rápidas mudanças no arranjo familiar e nas necessidades dos moradores quanto à expansão da casa, como mencionado no tópico anterior; e 2) pela boa reputação que o Projeto HABITAT ganhou no bairro durante seus anos de atuação.

Todos os moradores responderam que se sentem mais seguros tendo a posse do projeto e com maior entendimento sobre como proceder para regularizar a casa.

Porém, adentrando os pontos negativos, mesmo com o projeto em mãos, os moradores não procederam à regularização junto à Prefeitura Municipal justamente pela falta da ART e pelo alto custo para legalizar a situação da casa e obter a escritura:

"[...] uma escritura hoje nada nada ela tá ficando mais de mil e quinhentos conto. Você tem que paga tudo quanto é umas taxa lá cara, aparece de tudo em quanto há." (A.S., morador entrevistado)

Não foram relatadas dificuldades com a leitura dos projetos entregues, talvez pelo fato de todas as casas visitadas terem sido ou estarem sendo construídas pelos próprios moradores, sozinhos ou auxiliados pelos pais, demais parentes ou vizinhos com experiência na área da construção civil, seja como pedreiros, eletricitas ou marceneiros. Autoconstruções normalmente realizadas aos finais de semana, feriados ou após a jornada de trabalho.

Inclusive sobre isso, um morador entrevistado participou do curso de capacitação para leitura de projetos oferecido na versão do Projeto HABITAT intitulada "Projeto Habitat: Oficinas de Capacitação para a Construção Civil", em 2010. De acordo com esse morador, esse curso foi bom para o seu conhecimento e para o andamento da obra de sua casa, tomando como referência o projeto de nova edificação recebido do "Projeto HABITAT: Consultório de Arquitetura" mais um ponto positivo.

Na Figura 12 podemos ver o certificado de conclusão do curso de capacitação do morador entrevistado.



Figura 12: O morador entrevistado exibe com orgulho o certificado obtido no curso de capacitação.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Entretanto, o que foi dito de negativo sobre a dificuldade de execução do projeto recebido tem a ver com a falta de continuidade da assistência técnica a longo prazo, uma vez que as necessidades e as pretensões dos moradores acerca do arranjo dos cômodos da casa mudam rapidamente, exigindo uma flexibilização constante da planta e um acompanhamento prolongado das famílias.

OS EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA PAISAGEM URBANA DO BAIRRO NOVA VIÇOSA

Descrição individual das casas observadas no trabalho de campo

A fim de ilustrar e detalhar cada casa visitada durante a pesquisa empírica no bairro Nova Viçosa, foram elaborados quadros individuais onde está esquematizado o que foi apreendido de cada caso analisado, levando em consideração Claval (1999), no que tange:

- I. à paisagem horizontal -visão externa, por muitas vezes distanciada da realidade; e
- II. à paisagem vertical -visão interna, próxima e imersa na realidade observada.

Ou seja, na análise das paisagens do bairro Nova Viçosa, procuramos conciliar os...

[...] olhares distanciados com olhares imersos em um determinado local. Ao olhar mais distanciado, dá-se o nome de visão horizontal ou oblíqua, referindo-

se ao ponto de vista direto do observador sobre a paisagem, o relevo e as marcas humanas. Esse ponto de vista é limitado e continua suficientemente próximo do ponto de vista dos pintores, embora permita uma visão geral de uma área ampla. Já ao olhar imerso dá-se o nome de percepção vertical, referente ao conjunto de observações e conclusões que se pode obter através da sistematização de resultados, quando a visão do geógrafo deixa de ser oblíqua e horizontal (LEITE, 2014, p. 48 a 49).

Seguem nas Figuras 13 a 18 os quadros esquemáticos com a descrição, em cada uma das duas dimensões da paisagem, tanto dos aspectos observados próprios das residências, como dos aspectos que revelam os efeitos da AT prestada pelo Projeto HABITAT nesses lares.

CASA I: “DE GRÃO EM GRÃO A GALINHA ENCHE O PAPO”

SOBRE A PAISAGEM HORIZONTAL:

2011



Fonte: Imagem do Google Maps.

2016



Fonte: Foto do acervo da pesquisadora, 2016.



QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

MELHORIA ESTÉTICA

- Com o passar de 5 anos e a execução de partes do projeto de reforma, a casa apresenta algumas alterações externas: melhoria da fachada com acabamento e pintura.
- Após essa melhoria da fachada, a casa do Senhor J.E.L. é uma casa que se destaca visualmente na rua e apresenta melhor aspecto estético.



SOBRE A PAISAGEM VERTICAL:

QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

AUTOCONSTRUÇÃO PROGRESSIVA

- As modificações são feitas aos poucos, conforme a situação financeira da família permite: “Agora Deus abençoou, deu prosperidade, e eu não sei mais o que fazer, não sei mais o que fazer, não sei mais o que fazer, não sei mais o que fazer” (SE REFRÊNDIO AO SENHOR J.E.L. QUE AUTOREALIZA A OBRA DE REFORMA DA CASA).” (Esposa do Senhor J.E.L.)



1ª visita à casa: a obra estava parada



2ª visita à casa: obra retomada, percebe-se a quebra do piso para instalação de um novo



1ª visita à casa: a obra estava parada



2ª visita à casa: obra retomada, percebe-se que as paredes foram rebocadas

MES-



POSSIBILIDADE DE RENDA EXTRA

- O pavimento térreo está sendo reformado (de acordo com o projeto do Projeto HABITAT), com pequenas modificações conforme as novas ideias do Senhor J.E.L.) com o intuito de ser alugado para moradia familiar: “Agora a família está depois de tudo praticado, não a gente conseguir encontrar uma pessoa pra poder alugar, a gente ali-” (Esposa do Senhor J.E.L.)

CASAS: PEQUENOS DEPOSITOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

- Os moradores adquirem os materiais lentamente e os armazenam, utilizando-os quando possível.



QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

ABRIGO FAMILIAR

- Nesta edificação residem o núcleo familiar do Senhor J.E.L. no segundo pavimento, a família do seu filho na casa do fundo do terreno.

Fonte: Fotos do acervo da pesquisadora, 2016.

Figura 13: Quadro esquemático descritivo da CASA I.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Na CASA I, localizada na rua Aziz Alexandre, dois moradores foram entrevistados: o proprietário, aposentado e que reside em Viçosa há 39 anos, e sua esposa, também aposentada.

O local de origem desses moradores é a Grota Maia, zona rural de Porto Firme, distante de Viçosa cerca de 36,1 km, e o que motivou a mudança foi a busca por emprego e oportunidade de maior renda mensal, o que se confirma na fala do proprietário da casa:

“Quer dizer porque a gente lá na roça as coisa como fala como que é, é um pouquinho meia difícil né?!... aí quer dizer eu vi como meu pai trabalhô toda a vida inteira na roça e como diz o ditado: ‘é a mesma coisa de roda de engenho: rodava rodava rodava depois oiava assim e era a mesma coisa né?!’... (risos). Num saia do cerco, né?! Aí eu também fiquei lá sem ter o que fazer, fiquei lá 4 ano também, vi que as coisa tavam só rodando rodando no mesmo lugar né?!... Então vim por causa de emprego, emprego. Trabalho. Essas coisa assim.” (Senhor J.E.L.)

Intitulamos a CASA I como “DE GRÃO EM GRÃO A GALINHA ENCHE O PAPO” devido à autoconstrução lenta, porém constante que acontece em toda a edificação, realizada pelo próprio dono sozinho e que a considera uma conquista vagarosa.

A família recebeu do Projeto HABITAT, em 2007, projeto para reforma e ampliação da casa, e desde 2007 a execução da obra, amparada na AT recebida, vem acontecendo progressivamente e ainda não está finalizada, pois o proprietário adquire os materiais de construção e constrói sozinho conforme sua situação financeira permite.

A observação e análise desse caso revelaram sobre...

i) a paisagem horizontal:

- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: melhoria estética com rearranjo de janelas e portas, além de acabamento e pintura da fachada.

ii) a paisagem vertical:

- quanto aos aspectos próprios da casa: abrigo familiar.
- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: autoconstrução progressiva; as casas se tornam pequenos depósitos de materiais de construção que são empregados na obra quando possível e de forma mesclada, pois percebe-se, por exemplo, no chão diferentes tipos de piso; melhoria da iluminação, ventilação e privacidade da casa; e possibilidade de renda extra, pois os moradores pretendem alugar a casa que está sendo ampliada e reformada através do projeto.

CASA II: “CASA DE PAI SEMPRE CABE MAIS UNS”

SOBRE A PAISAGEM HORIZONTAL:

2011



Fonte: Imagem do Google Maps.

2016



Fonte: Foto do acervo da pesquisadora, 2016.

SOBRE A PAISAGEM VERTICAL:

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

AUTOCONSTRUÇÃO PROGRESSIVA



“Eu achê esse lote aqui e falei com o rapaz: ‘ô eu te dou o barraco lá (REFERINDO-SE À ÁREA DO BARRIO NOVA VÍCOSA MAS PRÓXIMA À POSSES) num lote vazio aqui (ONDE SE LOCALIZA HOJE A SUA CASA)... Aqui era um lote limpo aqui. Ai eu troquei com o camarada, aí sabe o que q eu fiz? Fiquêi umas estada e fiz uma casa barrada, por isso que eu tembo o lote agora. Mas eu falei com o rapaz: ‘ô eu te dou o barraco lá...’ e aí eu fiz dois cômodo, aquele lá (COZINHA), o quarto e um banheiro, inclusive eu aquelei ele todo e esse é quatro metro quadrado... com o tempo devê garzim.” (Senhor A.5.)

ABRIGO FAMILIAR e REDE DE SOLIDARIEDADE

- Nesta edificação residem 15 moradores no total, onde os filhos do proprietário, seus respectivos cônjuges e filhos, se dividem pelos 3 pavimentos.
- No pavimento térreo, reside o morador da CASA IV, entrevistado durante o trabalho de campo, genro do Senhor A. S., enquanto autoconstrói progressivamente sua nova residência na vizinhança.
- Já no 3º pavimento, reside a filha do Senhor A. S. e sua família, também entrevistada (CASA III).
- O auxílio dos pais possibilitando abrigo aos filhos e suas famílias, seja permanente ou temporariamente, revela uma dinâmica de ajuda mútua e rede de solidariedade.



QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

CASA ETERNAMENTE INACABADA

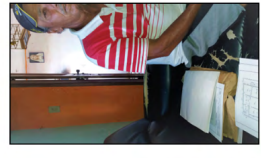
- Com o passar de 5 anos a casa não apresenta grandes alterações externas, somente a retratada de uma caixa d'água de cima de um dos portões e o reboco do telhado do terraço. Mesmo assim, é possível perceber que a casa não está totalmente acabada externamente, com ausência de pintura da ampliação autoconstruída no terceiro pavimento, sem preocupação com a qualidade estética.



QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

FERRAMENTA DE INSERÇÃO NA CIDADE FORMAL

- Desejo de regularizar a casa em breve: “...inclusive eu jconversei com o engenheiro e falei assim: ‘olha você tem que assinar pra mim lá pra mim dar entrada nos papéis’. Mas aí ele falou que fica uns trezentos reais. Ai eu falei: ‘nã, mas vou cooperar contigo a pra eu dar entrada no projeto’. Mas ele falou que não dá pra fazer o projeto e eu não faço o papel, você tá entendido... Se eu fosse o engenheiro tudo por fora lá ficar uns seiscentos só esse projetinho e eu precisava de... A gente sente mais seguro sem susto nenhum” (Senhor A. S.)



Fonte: Fotos do acervo da pesquisadora, 2016.

Figura 14: Quadro esquemático descritivo da CASA II.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Na CASA II, localizada na rua Louis Mitchel, entrevistamos o morador proprietário, que é aposentado e reside em Viçosa há 44 anos.

O entrevistado nasceu no município de Araçuaia, distante 50,9 km de Viçosa, e disse que o motivo da mudança foi a busca por melhores condições de vida:

“Não foi por causa de emprego... Eu tinha um sonho de vim morar em Viçosa. O sonho meu foi bom demais pra mim, porque lá eu não podia estudar, inclusive esses menino (SE REFERINDO AOS FILHOS) estudou... Eu tenho um filho que é engenheiro agrônomo que estudou aqui e formou na Escola Agrícola de Rio Pomba (CIDADE DISTANTE 102 km DE VIÇOSA E ONDE SE LOCALIZA UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO).” (Senhor A.S.)

A CASA II foi intitulada como “CASA DE PAI SEMPRE CABE MAIS UNS” devido a convivência de três núcleos familiares em toda a edificação, pelo fato do pai, proprietário, abrigar os filhos e seus respectivos filhos e cônjuges.

A família recebeu do “Projeto HABITAT: Consultório de Arquitetura”, em 2007, projeto para regularização da casa, mas ainda não deu entrada com os papéis na Prefeitura Municipal de Viçosa devido à falta da ART e ao alto custo das taxas para obtenção da escritura, conforme disse o proprietário.

A observação e análise desse caso revelaram sobre...

i) a paisagem horizontal:

- quanto aos aspectos próprios da casa: casa eternamente incabada, sem preocupação com a qualidade estética.

ii) a paisagem vertical:

- quanto aos aspectos próprios da casa: autoconstrução progressiva; abrigo familiar; e redes de solidariedade.
- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: posse do projeto recebido como ferramenta de inserção na cidade formal.

CASA III: “ZELO DO LADO DE DENTRO”

SOBRE A PAISAGEM HORIZONTAL:

2011



Fonte: Imagem do Google Maps.

2016



Fonte: Foto do acervo da pesquisadora, 2016.

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

CASA PERMANENTEMENTE INACABADA

• O 3º pavimento dessa edificação é onde reside a família dos moradores entrevistados. Como dito no quadro esquemático anterior, não apresenta acabamento externo referente a pilatura e na varanda da entrada da casa foi possível perceber que as paredes ainda não foram rebocadas. Apesar disso, os moradores disseram que agora, após acabarem a área interna da casa, a prioridade será fazer o acabamento externo.



INSEGURANÇA NOS ACESSOS DAS CASAS

• Através da foto acima, podemos notar uma rampa estreita, escorregadia e íngreme que dá acesso às casas. Essa rampa se subdivide em entradas que dão acesso às casas do 1º e 2º pavimentos e em uma escada que dá acesso à casa do 3º pavimento, dando-nos a impressão de ser um labirinto.

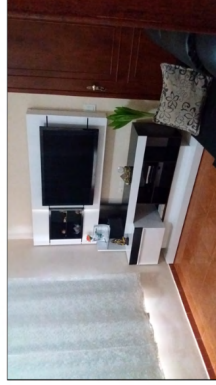


SOBRE A PAISAGEM VERTICAL:

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

PRIORIZAÇÃO PELO ACABAMENTO DO AMBIENTE INTERNO DAS CASAS

- Notou-se um rigor estético dentro da casa, tanto do acabamento quanto na limpeza do lar.
- É como se adentrássemos em um outro mundo, totalmente diferente do que se espera ao observar a edificação “por fora”.



QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

APRENDIZADO SOBRE A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

“Ajuda-te o projeto porque se precisar do Habitat sei lá tem que ter o projeto todo... Porque não pode ser feito de qualquer maneira... Pra mim era só prédio que usava o Habitat-se, mas caso também precisar” (U.S.)

Fonte: Fotos do acervo da pesquisadora, 2016.

Figura 15: Quadro esquemático descritivo da CASA III.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Na CASA III, localizada na rua Louis Mitchel, dois moradores foram entrevistados, a proprietária (auxiliar escolar) e seu marido (eletricista), ambos originários de Viçosa e que residem no terceiro pavimento da CASA II, descrita anteriormente.

A família recebeu do Projeto HABITAT, em 2007, projeto para regularização da casa, mas ainda não deu entrada com os papéis junto à Prefeitura Municipal de Viçosa devido ao comodismo, como afirmou a própria proprietária.

A CASA III foi intitulada “ZÊLO DO LADO DE DENTRO” devido ao capricho, limpeza e organização encontrados dentro da residência, revelando a priorização pelo acabamento e conforto dentro do lar, em detrimento com o acabamento da parte externa da casa.

A observação e análise desse caso revelaram sobre...

i) a paisagem horizontal:

- quanto aos aspectos próprios da casa: fachada eternamente inacabada e insegurança nos acessos.

ii) a paisagem vertical:

- quanto aos aspectos próprios da casa: priorização pelo acabamento do ambiente interno.
- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: aprendizado sobre a legislação urbanística após terem recebido orientações da equipe do Projeto acerca da regularização da casa.

CASA IV: “AUTOCONSTRUÇÃO DE UM SONHO”

SOBRE A PAISAGEM HORIZONTAL:

QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

2011



Fonte: Imagem do Google Maps.

2012



Fonte: Arquivos do Projeto HABITAT, 2012.

2016



Fonte: Foto do acervo da pesquisadora, 2016.

Fachada:



Fonte: Acervo do proprietário, 2016.



CONSTRUÇÃO CONSTANTE E LENTA: CONQUISTA PROGRESSIVA DA CASA PRÓPRIA A PARTIR DE UM PROJETO

“A construção vai devagar, porque mexe tem que parar, mexe tem que parar, não é que nem o pessoal no centro que mexe sem parar, que tem recursos né? Igual tem o pessoal aqui que não tem recursos, né? A gente que não tem, tem que construir de acordo com o que é possível.” (B.C.B.)

SOBRE A PAISAGEM VERTICAL:

QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

AUTOESTIMA e CONFIANÇA EM RELAÇÃO À

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA INFORMALIDADE DESDE A AQUISIÇÃO DO LOTE:

“Aí já comprado... comprei na promessa, né? Pagando a prestação por mês. Pra mim foi bom porque eu não precisava pagar nada pra comprar a casa. Aí eu conversei com ela que eu estava interessado e falei com ela: “como é que se vende?” Cê diverte? Aí Deus ajudou que eu consegui pagar, tranquilo.” (B.C.B.)

ESTOCAGEM DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

“Eu vou do meu próprio sítio, de acordo com o que eu posso vou comprando OS materiais. Quando eu vou comprar, guardando, vou guardando.” (B.C.B.)



PRIORIZAÇÃO PELO ACABAMENTO DOS AMBIENTES

Fonte: Fotos do acervo do pesquisadora, 2016.

CONSTRUÇÃO COM PROJETO

“O projeto é assim, que nem eu fiz, cê sabe onde que cê começa a fazer e onde que cê termina? Então eu fiz o projeto (PROCURULO PH), na época que eles falava por eu sei o que eu fiz, não. Não adianta você achar que vai fazer... perde espaço... O pessoal vai jogar aquilo no computador ali, mexe.” (B.C.B.)



Figura 16: Quadro esquemático descritivo da CASA IV.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Na CASA IV, localizada na rua Louis Mitchel, o morador entrevistado foi o proprietário (empregado sazonal) que nasceu em Viçosa.

Recebeu do “Projeto HABITAT: Consultório de Arquitetura”, em 2010, projeto para nova edificação. A construção está na fase de acabamento e o morador-autoconstrutor seguiu todas as especificações do projeto.

A CASA IV foi intitulada “AUTOCONSTRUÇÃO DE UM SONHO” devido ao fato de a casa, que está sendo autoconstruída de maneira progressiva, representar uma verdadeira conquista para o proprietário, fruto de muito trabalho para driblar as dificuldades financeiras.

A observação e análise desse caso revelaram sobre...

i) a paisagem horizontal:

- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: autoconstrução constante e lenta a partir de um projeto elaborado por profissionais na área da construção civil.

ii) a paisagem vertical:

- quanto aos aspectos próprios da casa e do terreno: informalidade desde a aquisição do lote.
- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: autoestima e confiança do morador em relação a execução das etapas da obra amparando-se no projeto; estocagem dos materiais de construção para empregá-los na obra quando possível; e priorização pelo acabamento dos ambientes internos.

CASA V: “MEU LAR, SEGURANÇA PARA MINHA FAMÍLIA”

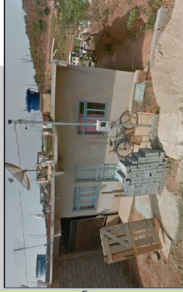
SOBRE A PAISAGEM HORIZONTAL:

2007



Fonte: Arquivos do PH, 2012.

2011



Fonte: Imagem do Google Maps.

2016



Fonte: Fotos do acervo da pesquisadora, 2016.



SEM PREOCUPAÇÃO ESTÉTICA:

- Mais uma vez se confirma que a prioridade é o abrigo. Preocupa-se em concluir a parte interna de forma que se permita a ocupação rápida da família.

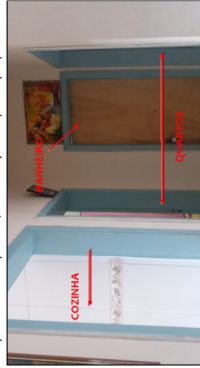


SOBRE A PAISAGEM VERTICAL:

QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

PRIVACIDADE

- Percebe-se que ao ser elaborado o projeto da residência pelo Projeto HABITAT, houve preocupação em criar uma área privativa aos quartos, mesmo que simples e poeirenta.



AUTOCONSTRUÇÃO E AJUDA FAMILIAR

“Olha eu mesmo que construí, viu? Fiz do jetiminho que tava no projeto mesmo, só mudei uma janela de lugar e coloquei ligeira no gongorim que era pra ser telhado... Ai os outros ficaram muito felizes, até aqui já tinhamos frito, um, cunhada, quando precisava.” (J.E.C.)

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

PRIORIZAÇÃO PELA OBTENÇÃO DE OUTROS ASPECTOS DENTRO DA CASA

- Opção por adquirir uma TV à cabo, por exemplo:



FALTA DE ACABAMENTO DA ÁREA EXTERNA DOS FUNDOS DA CASA:



Fonte: Fotos do acervo da pesquisadora, 2016.

Figura 17: Quadro esquemático descritivo da CASA V.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Na CASA V, localizada na rua José Soares Silva, entrevistamos o proprietário, pedreiro, originário de Porto Firme e que se mudou para Viçosa em busca de emprego.

Recebeu do “Projeto HABITAT: Consultório de Arquitetura”, em 2008, projeto para nova edificação, que é considerado pelo entrevistado como concluído, uma vez que disse que não pretende e nem tem condições financeiras de fazer modificações em sua residência.

A CASA V recebeu o título de “MEU LAR, SEGURANÇA PARA MINHA FAMÍLIA” devido ao fato de que foi prioridade para o proprietário auto-edificar a obra apenas até ela possuir condições mínimas de abrigar de forma segura sua família, deixando em plano subalterno a intenção de fazer o acabamento externo da fachada e dos fundos da casa.

A observação e análise desse caso revelaram sobre...

i) a paisagem horizontal:

- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: prioriza-se a área interna da casa que está no projeto recebido e revela-se, por parte do morador, a falta de preocupação com a conclusão da fachada da casa.

ii) a paisagem vertical:

- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: disposição dos cômodos da casa de acordo com o projeto, conferindo privacidade dentro do lar; priorização por outros aspectos de conforto dentro da casa; falta de acabamento dos fundos da casa; e autoconstrução e ajuda familiar nesse processo.

CASA VI: “GOSTEI, MAS NÃO EXECUTEI”

SOBRE A PAISAGEM HORIZONTAL:

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

2011



Fonte: Imagem do Google Maps.

2016



Fonte: Foto do acervo da pesquisadora, 2016.



CONSTRUÇÃO PROGRESSIVA:

- O morador está concluindo a obra de sua casa conforme suas ideias e planejamento acerca da disposição dos cômodos e fachada, uma vez que não seguiu a AT prescrevida pelo Projeto HABITAT.

SOBRE A PAISAGEM VERTICAL:

QUANTO AOS ASPECTOS PRÓPRIOS DA CASA

AUTOGESTÃO LENTA E GRADUAL

- Por mais que o morador-proprietário não esteja envolvido diretamente na construção, ele é o responsável pela gestão direta ao contratar o pedreiro e comprar os materiais de construção. O que é feito aos poucos, por etapas:

“Fui fazendo, na verdade devagar, de acordo com a situação... Contratei pedreiro. Na verdade, assim, quem trabalha sem dinheiro, o cara trabalha quinze dias no mês, depois fica três meses, sem fazer, aí depois volta a trabalhar outros dias... Deve ter uns oito anos que eu tô com a obra aí.” (R.A.F.)



Fonte: fotos do acervo da pesquisadora, 2016.

PRIORIZAÇÃO DE OUTROS ASPECTOS PARA O AMBIENTE INTERNO DA RESIDÊNCIA

- O morador que já reside na casa no primeiro pavimento optou por adquirir uma TV a cabo em detrimento do acabamento da fachada, por exemplo.

“Por dentro já tá praticamente tudo acabado, com azulejo, piso, os quarto tá, agora só falta mesmo o lado de fora.” (R.A.F.)



QUANTO AOS EFEITOS DA AT DO PROJETO HABITAT NA CASA

DESEJO DA POPULAÇÃO PELA CONTINUIDADE DO PROJETO HABITAT:

“Sabem muitas pessoas aqui no bairro que eu já falei aqui, elas apareceu que eu tá entrando em contato com o menino que vinha aqui mas não conseguiu, parece que ela tinha ido embora. Aí as pessoas me procuravam pra entrar em contato com esse projeto aí.” (R.A.F.)

IMPOSSIBILIDADE DE SE ADEQUAR AO PROJETO

“Fui bem atendido, foram lá e fizeram o projeto, só que na verdade eu não executei por falta de recurso mesmo, entendeu? Aí eu tô fazendo lá a casa, tá quase acabada e já tinha o caso de baixo, né?... Era pra fazer a parte de cima. E já tá praticamente acabado, só que eu não executei nada do projeto. Então eu não executei nada do projeto. Aí, por isso que eu não fiz.” (R.A.F.)



Figura 18: Quadro esquemático descritivo da CASA VI.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Na CASA VI, localizada na rua Cláudio José, entrevistamos o proprietário, funcionário público e vereador de Viçosa, município onde nasceu.

Recebeu do “Projeto HABITAT: Consultório de Arquitetura”, em 2012, projeto para nova edificação do 2º pavimento de sua residência. O morador está executando a obra da casa, porém não utilizou o projeto recebido, por isso intitulamos a CASA VI como “GOSTEI, MAS NÃO EXECUTEI”, uma vez que foi mencionada a impossibilidade financeira de colocar o projeto em prática.

A observação e análise desse caso revelaram sobre...

i) a paisagem horizontal:

- quanto aos aspectos próprios da casa: construção progressiva.

ii) a paisagem vertical:

- quanto aos aspectos próprios da casa: autogestão lenta e gradual e priorização de outros aspectos para o ambiente interno da residência, como exemplo: TV à cabo.
- quanto aos efeitos da AT do Projeto HABITAT: impossibilidade de se adequar ao projeto e desejo da população pela continuidade da AT no bairro.

Análise conjunta das casas observadas: dimensões horizontal e vertical do ambiente construído

Muito interessante. Porque é aí que a relação observador-objeto se inverte, onde a recíproca se prova verdadeira e o que é visto reverbera a figura de quem vê. Porque o observador não vê só a beleza, mas também a superficialidade da figura, a confusão, o preconceito. Onde se conclui que o observador vai sempre ver o que ele quer... Mas por outro lado, uma outra pessoa com olhos capazes de ver além das convenções sociais, além de seus conceitos pré-definidos, verá os aspectos ocultos que se revelam [...] (Sense8, 1º episódio da 2ª temporada, Netflix, 2016 - adaptada pelas autoras)

Tomando como referência as descrições individuais das casas visitadas durante o trabalho de campo, procuramos agrupar neste tópico as reflexões sobre a percepção das paisagens levando em consideração o que Claval (1999) e Jacques (2003) sugerem para o entendimento do espaço urbano dos assentamentos populares, cruzando os olhares distanciados com os imersos na realidade de Nova Viçosa.

É importante deixar claro que, assim como descreve a citação acima, a intenção aqui foi observar com alteridade e com um olhar atento para além das convenções sociais.

Deste modo, é fato que a perspectiva horizontal transmite a percepção de que a paisagem autoconstruída do bairro é eternamente inacabada e, tanto a célula habitacional como seu entorno (calçadas e ruas, por exemplo) são mal planejadas, e as ruas e casas

apresentam sinalização e numeração confusas, fora de ordem, isso quando apresentam esses aspectos. A dificuldade de orientação dá ao transeunte que não reside no bairro a sensação de estar em um labirinto. Podemos observar esses aspectos nas Figuras 19 e 20:



Figuras 19 e 20: À esquerda, foto do entregador de compras que não encontrava uma determinada casa devido à numeração fora de ordem e à falta de sinalização correta das ruas. À direita, uma das várias casas do bairro que não apresentam nenhum tipo de numeração.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Porém, ao levarmos em consideração as ideias de Jacques (2003)⁷ e ao tomarmos consciência de que nossas impressões são carregadas do que o senso comum impõe como padrão estético desejável, a observação começa a mudar de sentido e faz com que notemos nessa paisagem uma característica peculiar dos assentamentos urbanos populares: a vivência às margens da padronização conservadora e perversa, que revela na verdade uma autonomia em relação à estética externa e tipológica das edificações, assim como a familiaridade e “ginga” dos moradores nativos ao se deslocarem por suas casas e pelo bairro.

Essa “arquitetura popular” encontrada no bairro Nova Viçosa, sobre a qual o Projeto HABITAT debruçou-se, quando observada horizontalmente é composta de forma majoritária por casas de alvenaria e já não é mais tão fragmentada, com presença de

7. Jacques (2003) defende a existência de uma estética própria dos assentamentos, com arquitetura e urbanização específicas desses espaços, fruto de um processo espaço-temporal, definida a partir de Choay (1988) como uma estética vernácula: “arquitetura característica de uma região ou arte local”. Estética essa que é analisada apoiando-se em três noções do pensamento pós-estruturalista resgatadas de Foucault, Deleuze e Derrida: i) fragmento: de acordo com a autora a formação das favelas é definida como um processo arquitetônico e urbanístico singular com características próprias, responsáveis por uma paisagem agregada por fragmentos (os barracos, casas autogeridas); ii) labirinto: a aglomeração desses diferentes tipos de arquiteturas fragmentadas é delineada por vias confusas, que conformam verdadeiros labirintos espontâneos responsáveis pela ginga, movimento, fluidez dos habitantes que conhecem bem esses espaços; e iii) rizoma: a expansão progressiva dos fragmentos e labirintos, por sua vez, se alastram pela cidade como rizomas com forte impulso de reprodução e sobrevivência diante de condições precárias para a instalação de moradias mais dignas.

poucos barracos. Porém, concordando com Jacques (2003), permanece fragmentária, pois nunca é totalmente concluída.

Ao invertermos o ponto de vista horizontal para o ponto de vista vertical em relação às casas atendidas pelo Projeto HABITAT, num movimento de imersão na intimidade dos fatos sociais e de maior contato com os aspectos culturais da população, a percepção muitas vezes negativa que a paisagem horizontal do bairro propaga é desconstruída ao serem revelados novos âmbitos, talvez mais importantes e que se referem à paisagem vertical.

É possível perceber, como um desses novos âmbitos, a autonomia em relação à estética interna, que, aliás, é imperativa para os moradores visto que priorizam o acabamento, organização, planejamento e limpeza “do lado de dentro” dos lares, possibilitando condições mínimas de conforto e abrigo para a família. Enquanto em termos legais a prioridade é a regularização dos imóveis, para os próprios habitantes, a prioridade é o abrigo (TURNER, 1968).

A variedade e qualidade dos móveis e dos aparelhos eletrodomésticos de última geração revela a priorização do conforto e do entretenimento em contraponto com a tipologia externa das casas.

De fato, imergindo na paisagem vertical das casas analisadas, descobrimos que a motivação inicial da autoconstrução é abrigar a família numa edificação única, que normalmente é construída com materiais heterogêneos (reaproveitamento de materiais de construção ou de produtos da indústria) que determinam a configuração mesclada desses espaços, que acabam funcionando como pequenos depósitos de materiais de construção durante as obras. Esse processo de autoconstrução do abrigo e de cumprimento dos projetos recebidos pelo Projeto HABITAT é constante e decorrente principalmente das condições financeiras dos moradores.

Essa análise demonstra que as mudanças mais significativas influenciadas pelos serviços de AT repercutem majoritariamente nos espaços internos das casas e na dimensão social do bairro Nova Viçosa, pois quando questionada sobre a avaliação dos efeitos do Projeto HABITAT na paisagem externa do bairro, a professora-coordenadora entrevistada durante a pesquisa já dizia que:

“Na verdade eu não acho que na paisagem teve efeito, não teve efeito, até mesmo porque muitas das mudanças eram internas, você tá entendendo?... Não externas... Não era esse o objetivo do projeto, o objetivo era melhoria de qualidade de vida, né, de salubridade, sabe, a iluminação, ventilação, dentro das casas.” (A.W.B., professora-coordenadora do Projeto HABITAT)

E de fato, foram esses os aspectos mais relevantes e concretos percebidos por este estudo: o potencial de mudanças dentro dos lares.

A perspectiva da paisagem vertical de Claval (1999) se sobressai em contraponto à paisagem horizontal do bairro, com reais efeitos da AT no rearranjo mais adequado dos cômodos das casas atendidas no sentido de melhoria da iluminação, ventilação e privacidade dos moradores; da tomada de consciência e aprendizado por parte dos moradores da importância do trabalho profissional de arquitetos e engenheiros para a construção de suas casas, bem como da importância da legislação urbanística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 3

Neste último capítulo, buscamos atender ao OE4 (identificar a estrutura e as parcerias do caso de AT em Viçosa (MG), bem como os agentes implementadores, suas ações e opiniões sobre a AT prestada); ao OE5 (analisar o envolvimento e a opinião das famílias atendidas pela AT realizada em suas habitações); e ao OE6 (analisar os efeitos da aplicação da AT no que tange aos aspectos da paisagem e no que tange aos novos significados incorporados pelo espaço estudado e pelas relações sociais ali contidas).

No intuito de reunir as respostas a esses objetivos e as reflexões acerca da AT em Viçosa, que foram apresentadas neste capítulo, foi elaborado um Quadro-Síntese sobre o Projeto HABITAT (Figura 21).

QUADRO-SÍNTESE SOBRE O PROJETO HABITAT

PRINCIPAIS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO HABITAT	PRINCIPAIS ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO HABITAT
<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de maior envolvimento da Prefeitura de Viçosa no desenvolvimento das atividades. 2) Falta de organização do poder público municipal. 3) Grande irregularidade fundiária no bairro. Exemplo: na avaliação feita em 2010, de 30 famílias entrevistadas, apenas 14 possuíam escritura do imóvel. 4) Dificuldade no transporte dos kits de resíduos de materiais de construção que eram doados pelo próprio Projeto HABITAT em 2004 e 2005. 5) Pouco recurso financeiro para desenvolvimento do Projeto HABITAT. 6) Falta de equipe técnica na Prefeitura Municipal para acompanhamento e anotação de responsabilidade das obras (ART). 7) Impossibilidade de aprovação de grande parte dos projetos na Prefeitura devido à ausência de ART nos projetos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Receptividade das famílias atendidas, relação estudante-morador. 2) Empenho da equipe do Projeto HABITAT, especialmente dos estudantes, no desenvolvimento das atividades. 3) Reconhecimento da validade das ações do Projeto HABITAT pelos próprios moradores atendidos e pelos prêmios conferidos.
ASPECTOS NEGATIVOS DO PROJETO HABITAT	ASPECTOS POSITIVOS DO PROJETO HABITAT
<ol style="list-style-type: none"> 1) Transição anual das equipes do Projeto HABITAT que acompanhavam as famílias, o que prejudicava o andamento estável das orientações. 2) Dependência de vontade política da Administração Municipal para sua completude. 3) Pouco impacto em relação a melhorias externas das casas e no aspecto estético da paisagem horizontal do bairro. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Exercício da cidadania por parte dos estudantes e professores envolvidos. 2) Capacitação de mão-de-obra. 3) Orientação profissional na autoconstrução das casas. 4) Visibilidade ao assentamento popular que é o bairro Nova Viçosa, aos seus problemas e potencialidades. 5) Ferramenta de inclusão social, de inserção no mercado formal de habitação. 6) Melhoria da autoestima das famílias. 7) Valorização do saber e dos anseios populares. 8) Minimização de desperdícios dos materiais doados pela Prefeitura nos anos de 2008 e 2009. 9) Experiência profissional prática aos estudantes. 10) Valorização dos profissionais do ramo da construção civil. 11) Entendimento e reconhecimento da importância da legislação urbanística, por parte dos moradores. 12) Melhoria da qualidade habitacional (rearranjo de portas, janelas e cômodos visando funcionalidade, melhoria de iluminação e ventilação, melhoria na salubridade, entre outros aspectos). 13) Acompanhamento dos clientes em todo o processo de construção. 14) Processo participativo de elaboração e execução da obra, prezando pela autonomia do morador-autoconstrutor. 15) Maior impacto em relação a melhorias no ambiente interno das casas, efeitos mais evidentes na dimensão vertical da paisagem.

Figura 21: Quadro-Síntese sobre o Projeto HABITAT.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Em suma, admite-se que os serviços de assistência técnica gratuita prestados pelas

vertentes do Projeto HABITAT apresentaram transformações notáveis no aspecto interno das casas, ou seja, na dimensão vertical da paisagem, agindo para maior funcionalidade, segurança e salubridade.

Porém, mesmo não sendo objetivo do Projeto HABITAT uma maior intervenção na parte externa das casas, consideramos importante que os serviços de AT englobem tanto o aspecto interno da célula habitacional como o externo e estético das casas e seu entorno, agindo no sentido de conferir melhor acabamento das fachadas, segurança e funcionalidade das calçadas e das ruas, contribuindo para um avanço arquitetônico e urbanístico dos assentamentos populares.

Ao longo do Capítulo 3, centramo-nos, com base no último objetivo específico desse trabalho (OE7), em contribuir para o entendimento de programas anteriores ou oriundos da LAT. Entendemos que esses programas são políticas públicas com potencial para a melhoria das condições habitacionais e da qualidade de vida dos moradores, do ponto de vista de que se trata de um passo fundamental para a conquista do direito à cidade e à moradia digna, bem como para a valorização dos profissionais da área da construção civil.

Além disso, deixamos aqui as considerações sobre necessidades e apontamentos para a concretização efetiva de ações de assistência técnica, visando maior implementação da LAT, tomando como referência a experiência do Projeto HABITAT:

1º) Exigir do Estado uma atuação como principal propulsor e implementador de ações efetivas de atendimento habitacional à população carente;

2º) Apoio e capacitação do poder público a fim de que os projetos de AT, nos estados e municípios, sejam aptos à captação dos recursos previstos na LAT;

3º) Gestão por parte dos agentes implementadores da AT com foco no estabelecimento de parcerias (para obtenção de recursos para a regularização do imóvel junto aos cartórios de registro de imóveis e às prefeituras, obtenção de materiais de construção, obtenção de recursos para divulgação da AT e para capacitação e acompanhamento dos envolvidos), que possibilitem ao morador concluir a construção dentro de um prazo determinado e dentro dos parâmetros urbanos legais;

4º) Contratação de equipe de profissionais (engenheiros civis e arquitetos) pelas Prefeituras Municipais que se dediquem ao acompanhamento e emissão de anotação de responsabilidade técnica (ART) às obras. Aliada a isso, a realização de convênios com profissionais do mercado para tal fim se faz necessária, já que a demanda é grande e exige tempo e dedicação (MORAES, 2012 e SANTOS; CARVALHO; TRINDADE, 2011);

5º) Capacitação do corpo técnico responsável pela assistência técnica;

- 6º) Capacitação de mão-de-obra, buscando a compreensão dos projetos pelos beneficiários e/ou executores da obra;
- 7º) Associar aos serviços a oferta de orçamento detalhado da obra e que este seja compatível ao orçamento do morador, a fim de evitar grandes alterações na proposta ou interrupção da obra devido à falta de recursos (MORAES, 2012);
- 8º) Flexibilidade de adaptação dos projetos; e
- 9º) Acompanhamento em longo prazo às famílias atendidas, uma vez que estas constroem de forma lenta, progressiva e constante.

CONCLUSÃO GERAL

Os três capítulos aqui apresentados foram balizados pela intenção de alcançar o objetivo geral da obra que consistiu em realizar um estudo sobre os efeitos decorrentes da assistência técnica na paisagem autoconstruída e na produção do espaço urbano em Viçosa (MG).

No primeiro capítulo debruçamo-nos sobre primeiro objetivo específico, relacionando autoconstrução e paisagem nos assentamentos urbanos populares, o que evidenciou que é impossível negar que as paisagens autoconstruídas das áreas mais pobres são parte fundamental de nossas cidades.

Porém, a essas áreas ainda é negado o direito à moradia digna, uma exclusão que é agravada historicamente pela gestão urbana conservadora, que confere aos assentamentos populares o peso de uma realidade estereotipada negativamente, territórios da informalidade, da precariedade, mas também da resistência.

Resistência que se traduz de várias formas, sendo uma delas a conformação das paisagens através da autogestão das moradias, carentes de apoio profissional e que encontram na Lei Federal nº 11.888/08, e demais iniciativas no ramo da assistência técnica habitacional, possibilidades de efetivação de uma visão política nova, com potencial de ruptura com a gestão urbana conservadora no Brasil.

Infelizmente, foi constatado ao longo do Capítulo 2, ao dar respostas aos segundo e terceiro objetivos específicos, que a Zona da Mata Mineira tem um número de experiências em AT pouco significativo, atrelado ao desconhecimento sobre a Lei nº 11.888/08 por parte das prefeituras municipais e da própria população, demonstrando que ainda não é uma conquista política efetivada.

Mesmo com a consciência de que o reconhecimento e apoio por parte do poder público à implementação da AT está longe de se concretizar, o sentimento que impera com a finalização desta pesquisa é o de esperança, pois através da análise do Projeto HABITAT no Capítulo 3, visando atender aos demais objetivos específicos, pudemos perceber potencialidades desse tipo de iniciativa.

Dentre as potencialidades da AT, constatamos: o incentivo da participação e autonomia dos moradores no processo de construção, ampliação ou reforma de suas casas - autogestão -; mudanças benéficas das paisagens horizontal e vertical dos assentamentos populares; incentivo à fixação da população no local onde vive com real apropriação do espaço; contribuição para territorializar as casas atendidas na cidade formal; empoderamento da população carente e melhoria da qualidade de vida. Isso é o que pode ser considerado como avanço.

É importante destacar que no último capítulo a análise ficou limitada à paisagem horizontal e vertical das casas atendidas pelo Projeto HABITAT, e não englobou a paisagem

do bairro como um todo (casas, calçadas, ruas, infraestrutura e equipamentos urbanos). Isso porque o Projeto atuou de forma pontual em relação às unidades habitacionais no Nova Viçosa, atendendo as casas de maneira pulverizada. Devido a isso, a paisagem horizontal teve pouca chance de ser alterada.

Provavelmente, o Projeto HABITAT teria sido mais bem sucedido, com atendimento a um conjunto maior de casas e com alteração da paisagem horizontal se houvesse maior ação do Estado, o que permitiria o estudo da paisagem no Nova Viçosa elencando o bairro como um todo.

Revela-se aí a necessidade do poder público se envolver de forma concreta e subsidiar projetos em AT pelo país, pois a conquista da casa, do lar é passo essencial de empoderamento do cidadão, para que ele tenha segurança e capacidade de lutar por outros direitos à cidade.

Deixamos aqui a sugestão de que sejam realizados estudos acerca dos efeitos gerais da assistência técnica no conjunto resultante da associação das casas e seu entorno; das possibilidades de maior atuação do Estado para implementação e divulgação da AT no território nacional; e das alternativas para os conflitos habitacionais da cidade informal, levando em consideração não só os aspectos concretos, mas também a subjetividade das interações socioculturais para com o espaço.

Conclusivamente, almeja-se em concordância com Jacques (2003) que as paisagens autoconstruídas das áreas pobres...

[...] possam também ser vistas como patrimônio, mas preservadas não em sua arquitetura ou urbanismo. O seu caráter móvel e de criação coletiva seria o elemento a preservar, o que implicaria manter a participação dos habitantes na construção dos seus espaços arquitetônico e urbano. Para tanto, advoga-se pela formação de um novo tipo de arquiteto: o arquiteto-urbano, que se ocuparia desses espaços e cujo papel seria, além de organizar fluxos, suscitar, traduzir e catalisar os desejos dos habitantes. (Sant'Anna, 2014 – adaptado pela autora)

Almeja-se a formação de um novo tipo de arquiteto, de um novo tipo de geógrafo, de engenheiro, de assistente social, de advogado... dotados de conhecimento para agirem no urbano de forma multidisciplinar através, por exemplo, de programas contínuos em AT, com parcerias concretas e efetivas com prefeituras, Universidades e demais instituições. E que esses programas compreendam as fases de regularização fundiária, elaboração de projetos e aprovação, orçamento ajustado aos recursos financeiros das famílias carentes, capacitação de mão-de-obra e acompanhamento ao longo de toda a construção, mesmo que ocorram interrupções; pois a AT mostra-se imprescindível para melhorar a questão habitacional nas periferias de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **A Cidade Kaleidoscópica**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 2007. 244 p.

ANDRÉ, Marli E. D. A.; LUDKE, Menga. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In.: . **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de (et al.). **Assistência técnica, um direito de todos: experiências de habitação de interesse social no Brasil**. Ministério das cidades e FNA, 2007.

AZEVEDO, S. Desafios da Política Habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. (org.). **Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: HABITARE / FINEP, 2007.

AZEVEDO S.; ANDRADE L. A. G. **Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BALTRUSIS, N. Os Mistérios, os Truques e os Milagres do Capital e o Crescimento da Informalidade Urbana. In: GITAHY, M; LIRA, J. (org.). **Cidades: Impasses e Perspectivas**. São Paulo: FAU / Annablume / FUPAM, 2007.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lulas. **ARQ.URB. - Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo**, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em 18 de set. 2014.

_____. A lei do inquilinato e o congelamento dos aluguéis. In: . **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 5. ed., p. 208-245.

_____. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 11.977**, de 7 de julho de 2009.

_____. **Lei Nº 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

_____. **Lei Nº 10.257/2001**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota d'água**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BUONFIGLIO, L. V.; BASTOS, R. D. O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras. In.: **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 12., 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/4071c402a43c458597efe06f896757f7.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

CAMACHO. Nádia de Oliveira. **A utilização da Lei nº 11.888/2008 - Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita - no Programa Minha Casa Minha Vida: limites e possibilidades na pós-ocupação das unidades habitacionais 2016**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In.: _____ MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (Orgs.). **Estado e capital imobiliário:**

convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011. p. 81-104.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. **Habitação de interesse social**: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: PUF, (1988) 2000.

CHOUCAIR, Geórgia. 'Puxadinho' aquece a construção civil. In: _____. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, Minas Gerais, s/n, s/p. 2012.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos Geógrafos (1999). In.: _____. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, [2004] 90 p.

COELHO, Dayana Debossan. **O direito à moradia**: uma análise da provisão habitacional em Viçosa (MG) entre 1964-1986. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.

COUTINHO, Elenice A. **Conflitos socioambientais urbanos**: um estudo de caso no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG. 2010. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

CRUZ, Tancredo Almada (coord.). **Retrato social de Viçosa IV**. Viçosa, MG: CENSUS, 2012. 89 p.

_____. **Retrato Social de Viçosa V**. Viçosa, MG: CENSUS, 2014. 91 p.

CRUZ, M. M. **Política em Sumaré**: Favela São Domingos. Dissertação (Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, Â. M. V.; MEDEIROS, Y. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE LA MORA, L. **Produção Social do Habitat**. Recife. Habitat para a Humanidade. 2007.

DIAS, A. L. N. et al. Gestão urbana e o processo de produção irregular do solo em bairros periféricos: o caso do bairro Nova Viçosa, Viçosa – MG. In: **Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, 14. Juiz de Fora: XIV ENTAC, 2012. 5 p. Disponível em Acesso em: <<http://www.infohab.org.br/entac2014/2012/docs/1483.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2016.

FERNANDES, E. Perspectivas para a Renovação das Políticas Públicas de Legalização de Favelas no Brasil. In: ABRAMO, P. (org.) **A Cidade da Informalidade**: O desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras / FAPERJ, 2007.

FERRO, Sergio. **Notas sobre o Vício da Virtude**. Novos Estudos - CEBRAP (76): p. 229-234. São Paulo. Nov. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 03 fev. 2016.

FJP. **Fundação João Pinheiro**. Atlas de Desenvolvimento Humano, Perfil Municipal, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vicosa_mg>. Acesso em 25 mar. 2016.

_____. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Centro de Estatística e Informações: Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>. Acesso em 06 fev. 2017.

FOLHA DA MATA. Prefeitura condenada a refazer toda a infraestrutura do bairro Nova Viçosa. In. _____. **Jornal Folha da Mata Online**, s/n, s/p. 2016. Disponível em: <<http://www.folhadamata.com.br/noticia-prefeitura-condenada-a-refazer-toda-a-infraestrutura-do-bairro-nova-vicosa-1553>>. Acesso em 22 nov. 2016.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2ª. edição revista e ampliada, 2008 (original de 1999).

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa. [online]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130&search=minas-gerais/vicosa>>. Acesso em 16 mar. 2016.

_____. “Viçosa (MG)”. In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 27. p. 426-432. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf>. Acesso em 02 fev. 2016.

Instituto de Arquitetos do Brasil. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. Curitiba: Tecnodata Educacional, 2010. Disponível em: <http://www.abconline.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Manual-para-implantacao-da-Assistencia-Tecnica-Publica-e-Gratuita.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas** através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, 2ª edição.

KOWARICK, Lúcio. “Autoconstrução de moradias e espoliação urbana”. In. _____. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 59-101.

LAGO, Luciana Corrêa do. Autogestão da moradia na superação da moradia urbana: conflitos e avanços. In. _____. **Revista eletrônica e-metropolis**, nº 5, ano 2, p. 6-12, 2011.

LEFEBVRE, Henri. (1968). **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001. 144 p.

LEITE, Regiane V. **Paisagens que mentem e revelam**: a autoconstrução em Bom Jesus, Viçosa - MG, como estratégia de potencialização espacial na periferia (1970-2014). 2014. 70 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

LOPES, J. M. A. O anão caolho. **Novos Estudos**. CEBRAP, nº 76, p. 219-227, 2006.

LOPES, J.; RIZEK, C. O Mutirão Autogerido como Abordagem Inovadora para os Pobres: uma abordagem crítica. In. _____. CARDOSO, A; ABIKO, A (org.). **Procedimentos de gestão habitacional para População de Baixa Renda**. Porto Alegre. ANTAC (coleção HABITARE vol. 5), 2006.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In. . MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Alfa Ômega, 1979.

_____. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

_____. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15-45.

_____. **Brasil, Cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação.** Cadernos Metrôpole (PUCSP), v. 21, p. 33-52, 2009.

MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In.: LAGO, L. C. (org.). **Autogestão habitacional no Brasil:** utopias e contradições. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2012. (Habitação e cidade; 2). p. 19-48.

MORAES, Ana Paula de. **Limites e potencialidades da assistência técnica pública e gratuita para projeto, construção e melhoria da habitação popular na cidade de Viçosa, MG.** 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil- Departamento de Engenharia Civil). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.

NASCIMENTO, Denise Morado (org.). **Saberes [auto]construídos.** Belo Horizonte: C / Arte, 2015.

OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. In. . MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Alfa Ômega, 1979.

_____. **O Vício Da Virtude:** autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos – CEBRAP (74): p. 67-85. Mar 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 18 jan. 2014.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 377 p.

Revista Projetar. Edição especial. CUT BRASIL, 2009. Disponível em: <http://www.fna.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/revistafinal.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2014.

RIBEIRO, Diego. Assistência gratuita para construções é ignorada. In._____. **Gazeta do Povo: vida e cidadania/Habitação.** Versão online. s/l., s/n., s/p. 2012.

RIBEIRO FILHO, G.B. **A formação do espaço construído: cidade e legalização urbanística de Viçosa-MG.** 1997. 247p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

ROCHA, Alexandre Souza da. **Os ambientes de autoconstrução: necessidade, desejo e fruição na constituição da periferia metropolitana.** In: SIMPURB, 11. 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/3f4128c1cf44149364bc92e098ab7eda.pdf> >. Acesso em 05 abr. 2015.

RODRIGUES, Nádia Menezes de. **A organização do espaço urbano, segregação socioespacial e Plano Diretor na cidade de Viçosa, MG (1996-2005):** o caso do bairro Maria Eugênia e Centro. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

SÁ, Werther Lima Ferraz de. **Autoconstrução na Cidade Informal.** 2009. 169 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano - Departamento de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANT'ANNA, Marcia. **A obra de Paola Berestein Jacques:** estética da ginga. Arquitetura Popular: espaços e Saberes (UFBA): 2014. Disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/93>. Acesso em 14 out. 2016.

SANTOS, Ana Maria Corrêa dos. **Sociabilidade e ajuda mútua na periferia urbana de Viçosa, Minas Gerais**. 1991. 351 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 1991.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 169 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, J. M.; CARVALHO, A. W. B.; TRINDADE, F. C. Habitat – Consultório Móvel de Arquitetura em Viçosa-MG. In. . **4º Seminário Mato-grossense de Habitação de Interesse Social (SHIS)**. 21 a 23 de setembro de 2011.

SAUNDERS, Doug. **Cidade de chegada**: a migração final e o futuro do mundo. Tradução Sieben Group. São Paulo: DVS Editora, 2013. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=vmiwDQAAQBAJ&pg=PT4&lpg=PT4&dq=resumo+de+SAUNDERS,+Doug.+Arrival+city&source=bl&ots=spjcchn1fH&sig=7714Aa-cQY2aQcL4JVpi8dc2x_E&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiM9oWmsoDSAhVITZAKHV3RCOUQ6AEINzAE#v=onepage&q&f=false >. Acesso em 08 fev. 2017.

SHIMBO, L. Z. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In.: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (Orgs.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011. p. 41-62.

SILVA, A. R. et al. **Retrato Social de Viçosa III**. Viçosa: CENSUS, 2010.

TALIN, L. C. A. et al. **Projeto habitat – transformação social pela transformação do espaço**. 2009. (Apresentação de Trabalho / Congresso).

TARÔCO, A. L. A. **Habitação de Ação Imediata em Viçosa-MG**. Relatório parcial de bolsa MARÇO/2010 – JANEIRO/2011. Viçosa: DAU, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

TURNER, J. Barreiros e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento. Arquitetura – **Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 68, fev. 1968.

_____. **Vivienda, Todo El Poder Para Los Usuarios**: Hacia La economia em La Construcción del Entorno. Madrid: H. Blume, 1977.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal de. **Institui o Plano Diretor de Viçosa**. Lei Complementar de 1383/2000.

_____. **Site da Prefeitura Municipal**. Disponível em: <<http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade/do-cafe-a-cidade-polo-educacional>>. Acesso em 03 fev. 2016.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

SITES CONSULTADOS:

Site Skyscrapercity.

Google Maps.

Site oficial da Prefeitura Municipal de Viçosa.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TCLE E ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRIGIDA A INTEGRANTES DA EQUIPE DO PROJETO HABITAT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1ª via: Da pesquisadora

A Universidade Federal de Viçosa, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, está desenvolvendo uma pesquisa intitulada **PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO**

BAIRRO NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG). A referida pesquisa é executada pela pesquisadora de mestrado *Regiane Valentim Leite*, sob a orientação da *Prof. Teresa Cristina de Almeida Faria*. Nesse sentido, gostaríamos de convidá-lo(a) para a realização de uma entrevista, na qual serão abordados alguns temas sobre os efeitos de um programa de assistência técnica nas habitações de baixa renda e sobre a opinião das famílias atendidas acerca das mudanças nas suas condições habitacionais.

Possíveis contribuições: O estudo pretende colaborar para o entendimento das ações de assistência técnica enquanto política pública com potencial para a melhoria das condições habitacionais e, conseqüentemente, das condições de vida dos moradores, bem como para a valorização dos profissionais da área da construção.

Possíveis riscos e desconforto: Durante a realização da entrevista, pode ocorrer a sensação de constrangimento acerca de alguns temas e informações abordados nesta. Acerca disso, informamos que caso isso ocorra durante algum momento da entrevista, você poderá pedir ao pesquisador que as atividades sejam encerradas ou que se passe para uma próxima questão da entrevista. Você também poderá solicitar qualquer esclarecimento quando sentir necessidade e poderá interromper sua participação em qualquer momento, sem ônus, de qualquer natureza. Você tem a liberdade de se recusar a falar sobre qualquer temática abordada ou retirar o consentimento de fala sem penalização em qualquer etapa da pesquisa. Asseguramos que o que for dito, registrado e escrito será respeitosamente utilizado exclusivamente para fins desta pesquisa, e que serão mantidos o sigilo e anonimato das informações aqui contidas.

A entrevista solicitada será precedida de esclarecimentos quanto ao teor da pesquisa

e seu sigilo, somente a pesquisadora terá acesso às entrevistas, essa não será repassada a outras pessoas. Além disso, a pesquisadora apresentar-se-á sempre disponível para esclarecimentos a qualquer tempo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior Telefone: 3899-2492
Correio eletrônico: cep@ufv.br.

O presente TCLE foi elaborado/redigido em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

Eu, _____, li e entendi o consentimento e me foram dadas as oportunidades para esclarecer minhas dúvidas. Minha participação é inteiramente voluntária, autorizo o registro das informações fornecidas por mim, através de entrevista, para serem utilizadas integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, estando eu de posse de uma via deste termo. Seu controle e guarda ficará em poder da professora orientadora para realização da pesquisa intitulada: **PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG).**

Viçosa, _____ de _____ de 2016.

Nome: _____

Contato: _____

Assinatura: _____

Contato das pesquisadoras:
Regiane Valentim Leite Pesquisadora no

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFV

Tel.: (31) 99658-9845

Correio eletrônico: regianeveite@gmail.com

Profa. Teresa Cristina de Almeida Faria

Orientadora da pesquisa Tel.: (31) 3899-2744

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa

Campus Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n

Telefone: 3899-2759

ROTEIRO - ENTREVISTA COM INTEGRANTE DA EQUIPE DO PROJETO HABITAT/ UFV

PERGUNTAS BÁSICAS
NOME:
IDADE:
NATURALIDADE:
PROFISSÃO:
ÓRGÃO/SETOR EM QUE TRABALHA ATUALMENTE:

1. Em qual período participou do Projeto Habitat/UFV?
2. Qual era sua função, quais atividades desempenhava?
3. Como surgiu a iniciativa de desenvolver esse projeto no município de Viçosa, MG?
4. O “Habitat” teve início em 2004 e se desdobrou em vários outros ao longo do tempo, porém qual foi o último ano de desenvolvimento do projeto?
5. Pode explicar melhor como foi feita a parceria, o contato com a prefeitura e demais instituições para o desenvolvimento do programa de AT no município?
6. Dentre os envolvidos, há alguém em específico que participou mais ativamente do projeto e que eu possa procurar para maiores informações acerca da localização exata das casas atendidas? E que também possa me fornecer fotos, alguns projetos, questionários aplicados e outros registros do projeto?
7. Como eram incorporadas nos projetos as ampliações futuras (“puxadinhos”)? O que era levado em consideração para incluir esses aspectos?
8. Houve uma boa recepção no Bairro Nova Viçosa por parte dos moradores?
9. A partir da perspectiva da paisagem do bairro Nova Viçosa, qual é a sua avaliação dos efeitos do projeto?
10. Com base na sua experiência, o que acha que pode ser feito para melhorar as ações de assistência técnica habitacional a fim de conseguir resultados mais

efetivos?

11. Quais programas, projetos em AT você tem conhecimento no estado de Minas Gerais?

APÊNDICE B – TCLE E ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRIGIDA A TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO PROJETO HABITAT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1ª via: Da pesquisadora

A Universidade Federal de Viçosa, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, está desenvolvendo uma pesquisa intitulada **PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO**

BAIRRO NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG). A referida pesquisa é executada pela pesquisadora de mestrado *Regiane Valentim Leite*, sob a orientação da *Prof. Teresa Cristina de Almeida Faria*. Nesse sentido, gostaríamos de convidá-lo(a) para a realização de uma entrevista, na qual serão abordados alguns temas sobre os efeitos de um programa de assistência técnica nas habitações de baixa renda e sobre a opinião das famílias atendidas acerca das mudanças nas suas condições habitacionais.

Possíveis contribuições: O estudo pretende colaborar para o entendimento das ações de assistência técnica enquanto política pública com potencial para a melhoria das condições habitacionais e, conseqüentemente, das condições de vida dos moradores, bem como para a valorização dos profissionais da área da construção.

Possíveis riscos e desconforto: Durante a realização da entrevista, pode ocorrer a sensação de constrangimento acerca de alguns temas e informações abordados nesta. Acerca disso, informamos que caso isso ocorra durante algum momento da entrevista, você poderá pedir ao pesquisador que as atividades sejam encerradas ou que se passe para uma próxima questão da entrevista. Você também poderá solicitar qualquer esclarecimento quando sentir necessidade e poderá interromper sua participação em qualquer momento, sem ônus, de qualquer natureza. Você tem a liberdade de se recusar a falar sobre qualquer temática abordada ou retirar o consentimento de fala sem penalização em qualquer etapa da pesquisa. Asseguramos que o que for dito, registrado e escrito será respeitosamente utilizado exclusivamente para fins desta pesquisa, e que serão mantidos o sigilo e anonimato

das informações aqui contidas.

A entrevista solicitada será precedida de esclarecimentos quanto ao teor da pesquisa e seu sigilo, somente a pesquisadora terá acesso às entrevistas, essa não será repassada a outras pessoas. Além disso, a pesquisadora apresentar-se-á sempre disponível para esclarecimentos a qualquer tempo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior Telefone: 3899-2492
Correio eletrônico: cep@ufv.br.

O presente TCLE foi elaborado/redigido em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

Eu,____, li e entendi o consentimento e me foram dadas as oportunidades para esclarecer minhas dúvidas. Minha participação é inteiramente voluntária, autorizo o registro das informações fornecidas por mim, através de entrevista, para serem utilizadas integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, estando eu de posse de uma via deste termo. Seu controle e guarda ficará em poder da professora orientadora para realização da pesquisa intitulada: **PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG).**

Viçosa, _____ de _____ de 2016.

Nome: _____ Contato: _____

Assinatura: _____

Contato das pesquisadoras:

Regiane Valentim Leite Pesquisadora no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da
UFV

Tel.: (31) 99658-9845

Correio eletrônico: regianevelte@gmail.com

Profa. Teresa Cristina de Almeida Faria

Orientadora da pesquisa Tel.: (31) 3899-2744

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa

Campus Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n

Telefone: 3899-2759

ROTEIRO - ENTREVISTA COM TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO PROJETO HABITAT

PERGUNTAS BÁSICAS
NOME:
IDADE:
NATALIDADE:
PROFISSÃO:
ÓRGÃO/SETOR EM QUE TRABALHA:

1. Há quanto tempo você trabalha neste órgão (ou instituição)?
2. Como foi feita a parceria com a prefeitura para o desenvolvimento do programa de assistência técnica no município?
3. Quantos técnicos deste órgão (ou instituição) estiveram envolvidos no projeto e qual função eles desempenharam?
4. Quais as dificuldades ocorridas durante a realização do programa?
5. O que facilitou a realização do programa?
6. Você já teve contato ou conhecia serviços de assistência técnica em outros municípios ou estados do Brasil?
7. Qual é a sua avaliação sobre o desenvolvimento do programa de assistência técnica neste município?

8. O que pode ser feito para melhorar ações desse tipo a fim de conseguir resultados mais efetivos?
9. Atualmente, você está envolvido em algum programa ou projeto relacionado à assistência técnica habitacional?

APÊNDICE C – TCLE E ROTEIRO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS APLICADAS AOS MORADORES ATENDIDOS PELO PROJETO HABITAT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1ª via: Da pesquisadora

Eu, _____, morador do bairro Nova Viçosa do município de Viçosa, depois que me foi explicado o objetivo da pesquisa intitulada “ PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA VIÇOSA, VIÇOSA (MG)”, da Universidade Federal de Viçosa/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, concordo em participar. De acordo com as pesquisadoras esta pesquisa será executada pela estudante Regiane Valentim Leite, sob a orientação da Prof. Teresa Cristina de Almeida Faria. Para essa pesquisa necessitam de minha colaboração e por isso elas solicitam minha autorização para a realização de uma entrevista com algumas perguntas sobre a assistência técnica recebida do Projeto Habitat (UFV) durante as reformas e/ou construções de minha residência.

Com este estudo elas pretendem ter melhor entendimento das ações de assistência técnica enquanto política pública com potencial para a melhoria das condições habitacionais e, conseqüentemente, das condições de vida dos moradores. Também foi esclarecido que durante a realização da entrevista, tenho toda a liberdade para responder ou não a algum tema ou informação. Caso ache a pergunta difícil ou inconveniente tocar no assunto tenho toda a liberdade de pedir maiores esclarecimentos à pesquisadora, ou encerrar as atividades, ou ainda pedir que a entrevistadora passe para próxima questão. Posso interromper minha participação em definitivo, a qualquer momento, sem ônus, de qualquer natureza. Tenho a liberdade de recusar a falar sobre qualquer temática abordada ou retirar este consentimento sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Me garantiram que o que for dito, registrado e escrito será respeitosamente utilizado exclusivamente para fins acadêmicos e que, por isso, a entrevista não será repassada a outras pessoas. Minhas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o meu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, meu nome será substituído por um código. Os dados coletados nesta pesquisa serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Assim, minha participação é voluntária e, como os demais moradores, não será pago nenhum recurso por ceder essa entrevista. Caso seja comprovado algum dano com a pesquisa, as pesquisadoras se comprometem a indenizações que se fizerem necessárias.

Finalmente, a pesquisadora garantiu que estará disponível para esclarecimentos a qualquer tempo através dos contatos e no endereço registrado abaixo. No caso de

problemas de natureza ética resultantes da pesquisa, poderei recorrer ao CEP/UFV no endereço também descrito abaixo.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa

Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior

Telefone: 3899-2492 Correio eletrônico: cep@ufv.br

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa

Campus Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n

Telefone: 3899-2759

O presente TCLE foi elaborado/redigido em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

Viçosa, _____ de _____ de 2016.

Nome: _____ Contato: _____

Assinatura: _____

ROTEIRO - ENTREVISTA COM OS MORADORES ATENDIDOS PELO PROJETO HABITAT

NOME:	IDADE:
ENDEREÇO:	

CAMADA I: “QUEBRA GELO”

I.1) Onde nasceu (Município/Estado)?

I.2) Em seu local de origem você morava na região:

() Urbana (cidade) () Rural (fazenda/sítio/chácara/vila agrícola...)

1.3) Se não nasceu aqui, veio morar na cidade/no bairro por qual motivo?

() Trabalho () Motivos familiares () Saúde () Estudos () Outros:

1.4) Em que ano chegou ao bairro?

1.5) Reside no bairro há quantos anos?

1.6) Tem fotos de quando se mudou pra cá? Posso ver?

1.7) O que o bairro representa para você?

1.8) O que a sua casa representa para você?

1.9) Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem do

seu bairro?

1.10) Por favor, cite duas palavras que vêm à sua mente quando olha a paisagem dos bairros do centro da cidade?

CAMADA II: ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA

1.1) Sexo: **Feminino** **Masculino**

1.2) Estado civil?

Solteiro(a) Casado(a) Separado(a)/Divorciado(a) Viúvo(a) Vivo(a) com companheiro(a)

1.3) Com quem você mora? (quantos?/múltipla escolha) **Pais** **Cônjuge**

Companheiro(a)

Filhos _____ / Menores _____ e/ou Maiores

Sogros _____ Parentes _____ Amigos _____ Sozinho(a) Outros

1.4) Qual(is) o(s) tipo(s) de fonte(s) de rendimento? (múltipla escolha)

Trabalho Aposentadoria Pensão, abono Aluguel Doação Programa Social. Qual(is)? Bolsa Família Renda Mínima Bolsa Trabalho Outros:

1.5) Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____

1.6) Qual é a sua renda familiar mensal? **Nenhuma renda.**

Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00).

1 a 3 salários mínimos (R\$ 880,01 a R\$ 2.640,00).

3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.640,01 a R\$ 5.280,00).

6 a 9 salários mínimos (R\$ 5.280,01 a R\$ 7.920,00).

9 a 12 salários mínimos (R\$ 7.920,01 a R\$ 10.560,00).

12 a 15 salários mín. (R\$ 10.560,01 a R\$ 13.200,00). Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 13.200,01). Prefiro não declarar

II.7) Escolaridade: **Não sabe ler e escrever** **Semi-alfabetizado(a)** **Ensino fundam. Incompleto (1ª à 4ª / antigo primário)** **Ensino fundam. completo (5ª à 8ª / antigo ginásio)** **Ensino médio incompleto (antigo 2º grau)** **Ensino médio completo** **Ensino superior incompleto** **Ensino superior completo** **Pós- graduação**

CAMADA III: CARACTERÍSTICAS DA CASA E DO TERRENO

1.1) Quantos m² tem a sua casa/terreno?

1.2) O imóvel em que você reside é: **próprio** **alugado. Aluguel:** Mora aqui há quanto

tempo?_ O que acha dos valores de aluguel no bairro?

1.3) A aquisição do lote no Bairro São Cristóvão ocorreu de que forma?

() Copra () Herança () Outros: __ () Programa habitacional/ Qual?_

1.4) Em que ano a aquisição ocorreu?

1.5) Qual(is) documento(s) relativo(s) à casa e ao terreno você possui? Algum(ns) foi(ram) obtido(s) através do Projeto Habitat (UFV)?

1.6) Houve alguma dificuldade para conseguir esse(s) documento(s)? _____

1.7) Paga impostos municipais referentes ao terreno? () **Não** () **Não sei**

() Sim. Quais? () IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana)

() ITBI (Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos)

() ISS (Imposto sobre Serviços)

() Outros:

CAMADA IV: PROJETO HABITAT (UFV)

IV.1) Como ficou sabendo do Projeto Habitat de assistência técnica para habitações?_

IV.2) O que você achou da divulgação do Projeto? **(4)ótima (3)boa (2)ruim (1)péssimo (0)não se aplica** IV.3) O que te levou a participar do Projeto?

1.4) O que você precisou fazer para participar do Projeto?

1.5) Em qual período foi realizado a assistência técnica na sua habitação?

1.6) Qual(is) o(s) trabalho(s) feitos na sua moradia durante o Projeto? Você tem fotos desse(s) trabalho(s)? (múltipla escolha) () **auxílio para edificação** () **reforma, ampliação** () **regularização fundiária das habitações** () **Outros:**

1.7) Ocorreram problemas e/ou facilidades durante a realização do Projeto? Relate-os, por favor.

1.8) Você participou da elaboração do projeto? () **Sim. De forma: (3)total (2)parcial (1)ínfima (0)Não. Por quê?**

1.9) Ficou do jeito que você queria, atendeu suas expectativas? () **Sim. (4) superou as expectativas (3)atendeu as expectativas (2)atendeu parcialmente (1)atendeu muito pouco (0)Não. Por quê?**

1.10) Você esteve envolvido na construção da casa? Explique melhor como foi a sua participação no desenvolvimento do Programa. () **Sim. De forma: (3)total (2)parcial (1)ínfima (0)Não. Por quê?**

1.11) Em que(quais) momento(s) você participou da construção? (múltipla escolha) () **Durante o dia**

() Após o horário de serviço () Aos finais de semana () Outros:

1.12) A obra foi realizada:

() Mediante contratação de serviços de um profissional (pedreiro, arquiteto ou engenheiro)

()Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno com auxílio de um profissional

()Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno sozinho

()Pelo(a) dono(a) do terreno com auxílio de membros da família ()Pelo(a) dono(a) do terreno com o auxílio de vizinhos e amigos ()Outros

1.13) Você tem experiência na área da construção civil, já participou de obras de construção? ()**Sim** ()**Não**

1.14) Você e sua família se sentiram inseridos no projeto e na modificação realizada na sua casa?

()Sim. De forma: (3)total (2)parcial (1)ínfima (0)Não. Por quê?

1.15) Houve acompanhamento dos integrantes do Projeto ou da Prefeitura durante as etapas do programa de assistência técnica? Se sim, o que você achou desse acompanhamento?

(4)ótimo (3)bom (2)ruim (1)péssimo (0)não se aplica

1.16) Depois de finalizado o Projeto, têm ocorrido acompanhamento às famílias por parte das instituições envolvidas? Se sim, qual é a sua opinião sobre esse acompanhamento?

()Sim ()Não. Acha que deveria haver acompanhamento?

1.17) Você já teve contato ou conhecia serviços de AT em outros municípios ou estados do Brasil?

()Sim. Qual(is)? ()Não

1.18) Sobre a(s) praça(s) do bairro:

()existia(m) antes do Programa ()foi(ram) construída(s) após o Programa ()foi(ram) ampliada(s) com o Programa

()É(são) pouco utilizada(s) ()Meio termo ()É(são) muito utilizada(s)

Quem costuma utilizar: /O que a(s) praça(s) tem de bom? /O que a(s) praça(s) tem de ruim? /O que poderia melhorar?

1.19) Sobre a(s) creche(s) do bairro:

()existia(m) antes do Programa ()foi(ram) construída(s) após o Programa ()foi(ram) ampliada(s) com o Programa

()É(são) pouco utilizada(s) ()Meio termo ()É(são) muito utilizada(s) O que a(s) creche(s) traz de benefício(s) para o bairro?

O que tem algum(ns) aspecto(s) ruim(ns)? ()Não ()Sim. Qual(is)? /O que poderia melhorar?

1.20) Sobre a(s) quadra(s) de esportes do bairro:

()existia(m) antes do Programa ()foi(ram) construída(s) após o Programa ()foi(ram) ampliada(s) com o Programa ()É(são) pouco utilizada(s) ()Meio termo ()É(são) muito utilizada(s)

Quem costuma utilizar: /O que a(s) praça(s) tem de bom? /O que a(s) praça(s) tem de ruim?

/O que poderia melhorar?

1.21) Sobre o(s) posto(s) de saúde do bairro:

()existia(m) antes do Programa ()foi(ram) construído(s) após o Programa ()foi(ram) ampliado(s) com o Programa ()É(são) pouco utilizado(s) ()Meio termo ()É(são) muito utilizado(s) O que o(s) posto(s) de saúde traz de benefício(s) para o bairro?

O que tem algum(ns) aspecto(s) ruim(ns)? ()Não()Sim. Qual(is)?/O que poderia melhorar?

IV.22) Você sente falta no bairro de algum espaço, como esses sobre os quais conversamos, que traria benefícios? Por quê?

IV.23) Quais espaços do bairro você costuma utilizar? Por qual motivo?_____ IV.24)

Sobre a distância entre o bairro e o seu local de trabalho:

(4)ótima (3)boa (2)ruim (1)péssimo (0)não se aplica

1.25) Qual meio de transporte utiliza no dia-a-dia?

()automóvel próprio ()bicicleta ()transporte público ()outros:

1.26) Sobre os horários em que o transporte público passa no bairro:

(4)ótimos (3)bons (2)ruins (1)péssimos (0)não se aplica

1.27) Sobre a distância entre sua casa e o ponto de ônibus:

(4)ótima (3)boa (2)ruim (1)péssimo (0)não se aplica

1.28) O que você achou do Projeto Habitat na sua moradia/bairro?

(4)ótimo (3)bom (2)ruim (1)péssimo (0)não se aplica

1.29) O que você mais gostou?

()projeto ()da estética da casa()funcionalidade ()outros:

1.30) O que você menos gostou?

()projeto ()da estética da casa()funcionalidade()outros:

1.31) Mudaria algo que foi feito durante o Programa de AT? ()**Sim. O quê?** ()**Não**

1.32) Você achou que sua casa foi melhor construída com o auxílio do Programa de AT?

1.33) Visualmente, você acha que sua casa após o Programa de AT ficou: ()**mais valorizada, menos bonita** ()**menos valorizada, menos bonita** ()**sem modificações visuais, estéticas**

1.34) Emocionalmente, você acha que sua casa após o Programa de AT ficou: ()**melhor, maior qualidade de vida** ()**pioor, menos qualidade de vida** ()**sem modificações na qualidade de vida dos moradores**

1.35) Você gostaria que o Projeto ajudasse a fazer mais alguma(s) modificação(ões) na sua casa?

Sim. Qual(is)?___()Não

1.36) Antes do Projeto Habitat você achava importante o auxílio de um arquiteto ou

engenheiro para as obras da sua casa, por exemplo? () **Sim. De forma: (3)total (2)parcial (1)ínfima (0)Não. Por quê?**

1.37) Hoje, após o Projeto Habitat, você acha importante o auxílio de um arquiteto ou engenheiro para as obras da sua casa, por exemplo? () **Sim. De forma: (3)total (2)parcial (1)ínfima (0)Não. Por quê?**

1.38) Hoje você contrataria um arquiteto ou engenheiro para fazer um projeto ou acompanhar uma obra na sua casa? () **Sim ()Não. Por quê?**

CAMADA V: SOBRE AMPLIAÇÕES NA CASA, AUTOCONSTRUÇÃO

1.1) Foram feitas ampliações na casa (cômodos ou até mesmo casas) construídas após o término do Projeto?

() Sim. Quantos: ()1 ()2 ()3 ()Mais:

() Não. Pensa em fazer ou tem necessidade de ampliar a construção? Por quê?

***** DAQUI EM DIANTE QUESTÕES APENAS PARA TERRENOS COM
AMPLIAÇÕES:*****

1.2) A ampliação foi realizada:

()Mediante contratação de serviços de um profissional (pedreiro, arquiteto ou engenheiro)

()Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno com auxílio de um profissional

()Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno sozinho

()Pelo(a) dono(a) do terreno com auxílio de membros da família ()Pelo(a) dono(a) do terreno com o auxílio de vizinhos e amigos ()Outros

1.3) Em relação às datas de construção dessas ampliações: () **Já foi(foram) construído(s) /Ano:_____ ()Está(estão) em construção /Quantos?**

1.4) Em que(quais) momento(s) foi(foram) ou é(são) construída(s) a(s) ampliação(ões)? (múltipla escolha)

() **Durante o dia ()Após o horário de serviço ()Aos finais de semana()Outros:_____**

V.5) Qual motive o levou a realizar a ampliação? Com qual finalidade?_____

V.6) Tipo de uso do(s) puxadinho(s): () **Moradia Familiar ()Aluguel()Comércio () Outros**

V.7) Número total de moradores no terreno (se for o caso, especificar por casas):_____

V.8) Você enfrenta ou já enfrentou problemas relacionados à construção da(s) ampliação(ões)?

() Sim. Explicar. () Não

V.9) Se tivesse uma oportunidade, você construiria ou compraria uma casa em outro bairro?

() Sim () Não / Por quê?

CAMADA VI: POSTURA POLÍTICA E REININDICAÇÕES

1.1) Participa de alguma associação ou movimento social?

() Não. Por quê não participa? () Não tem tempo () Não conhece nenhuma () Não se interessa

() Sim. De que tipo? (moradia, saúde, etc.)? () Participa de todas

() Participa de vez em quando () Nunca participa

1.2) Essa associação ou movimento social teve alguma relação com o Projeto Habitat?

1.3) Quais são as principais reivindicações feitas na associação ou movimento social?

1.4) As reivindicações feitas são acatadas pela gestão pública? () **Sim** () **Não** ()

Em partes. Nota:

1.5) Considera a associação ou movimento é útil? () **Sim** () **Não** () **Em partes.**

Nota:

1.6) Qual a sua sugestão à prefeitura para a melhoria da questão habitacional em Viçosa, sobretudo no seu bairro?

CAMADA VII: OBSERVAÇÕES DA PESQUISADORA ACERCA DA CÉLULA HABITACIONAL (LEITURA MORFOLÓGICA INDIVIDUAL)

VII.1) Sobre a tipologia da casa (edifício):__

VII.2) Sobre o lote:_____

VII.3) Sobre a fachada (plano marginal):_____

VII.4) Demais observações:

APÊNDICE D - AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Campus Universitário - Viçosa, MG - CEP 36.570-000 - Telefone: (31)3899-3530 - Fax: (31)3899-2763 - e-mail: mestrado.au@ufv.br

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MESTRADO

Prefeitura Municipal de Viçosa (MG)

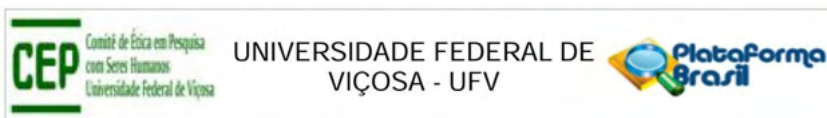
Eu, MARCELO MARANHÃO SIMÕES,
cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, na qualidade de responsável
pelá Prefeitura Municipal de Viçosa (MG), autorizo a realização da pesquisa intitulada
"Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na
transformação socioespacial na Zona da Mata Mineira", a ser conduzida sob a
responsabilidade da pesquisadora responsável Teresa Cristina de Almeida Faria, atendendo
convite da pesquisadora assistente Regiane Valentim Leite, e declaro, que esta Instituição
apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Viçosa, 16 de 09 de 2016.



Marcelo Maranhão Simões
Secretário Municipal de Gabinete
Prefeitura Municipal de Viçosa

APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA EMITIDO PELO CEP- UFV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na transformação socioespacial na Zona da Mata Mineira

Pesquisador: Teresa Cristina de Almeida Faria

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54109516.1.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.503.488

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa visa estudar os efeitos decorrentes do desenvolvimento de programas de assistência técnica nas habitações pertencentes à população de baixa renda, incluindo, se possível, os efeitos da aplicação Lei Nº 11.888/08 (Lei de Engenharia e Arquitetura Pública) na paisagem autoconstruída de uma cidade da Zona da Mata mineira.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com pesquisadores,

Objetivo Primário:

Estudar os efeitos decorrentes de programas e projetos de assistência técnica habitacional, preferencialmente da aplicação recente da Lei Nº 11.888/08, na paisagem autoconstruída e na produção do espaço urbano de uma cidade da Zona da Mata Mineira.

Objetivo Secundário:

(OE1) compreender o surgimento e a trajetória da Assistência Técnica Gratuita (AT), incluindo a Lei Nº 11.888/08, bem como suas características;

(OE2) compreender o panorama histórico sobre a autoconstrução no Brasil, sua dinâmica e efeitos enquanto elemento constituinte da paisagem e produtor do espaço urbano;

(OE3) investigar e identificar os casos de desenvolvimento de programas de assistência técnica

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

Bairro: Campus Universitário

CEP: 36.570-900

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3899-2492

E-mail: cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 1.503.488

anteriores

e/ou oriundos da Lei Nº 11.888/08 na região da Zona da Mata mineira para, então, definir uma cidade a ser campo de estudo;

(OE4) conhecer a estrutura e as parcerias do caso de AT na cidade escolhida para estudo, bem como os agentes implementadores dessa política pública e suas ações;

(OE5) analisar o envolvimento e a opinião das famílias atendidas com a assistência técnica realizada em suas habitações;

(OE6) analisar os efeitos da aplicação da AT no que tange aos aspectos da paisagem, de formalização, de segurança das construções e no que tange aos novos significados incorporados pelo espaço estudado e pelas relações sociais ali contidas; e

(OE7) contribuir para o entendimento de programas anteriores ou oriundos da Lei Nº 11.888/08 enquanto políticas públicas com potencial para a melhoria das condições habitacionais, do ponto de vista da conquista do direito à cidade, à moradia digna, e, conseqüentemente, das condições de vida dos moradores, bem como para a valorização dos profissionais da área da construção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sem nenhuma observação de natureza ética.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem mais observações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados conforme Resolução CNS 466/2012.

Recomendações:

Deverá apresentar, via notificação, antes do envio do relatório final a autorização assinada pela Prefeitura junto a qual a pesquisa será conduzida.

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

ANEXO

ANEXO A

Prefeitura condenada a refazer toda a infraestrutura do bairro Nova Viçosa

Data de Publicação: 29/04/2016 às 16:00:00



O Município de Viçosa foi condenado pela justiça local a refazer praticamente toda a infraestrutura urbanística do bairro Nova Viçosa. A Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público da comarca ainda na administração do prefeito Raimundo Nonato de Souza (Raimundo Viroleira), em junho de 2010, foi acatada pela juíza Giovanna Travenzoli Abreu Lourenço que expediu sentença em 14 de março.

Ao lavrar a sentença, a juíza salienta que a própria prefeitura informou ao Ministério Público, em ofício, em janeiro de 2007, que o desmembramento e loteamento de terrenos no bairro Nova Viçosa estariam sendo realizados em desconformidade com a legislação municipal e federal, atestando assim sua omissão ao não fiscalizar as irregularidades urbanísticas constatadas, tais como a degradação ambiental, geradas pelas ocupações irregulares e pelo crescimento urbano desordenado, como intervenções em curso d'água e acúmulo de lixo a céu aberto. “O que se verifica da prova carreada aos autos é que no Bairro Nova Viçosa há uma situação de crescimento desordenado, o que vem causando prejuízos urbanísticos e ambientais de grande impacto, colocando em risco a população local. Dessa forma, em observância ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, é inadmissível que o Município réu mantenha-se inerte perante a situação em comento”.

Na época, citado, a prefeitura pediu a extinção do processo, alegando que o município não poderia intervir em negócios jurídicos estabelecidos no âmbito privado,

realizado na década de 70 por empresa de Antônio Chequer, atribuindo à empresa toda a responsabilidade pelo ocorrido. Entre outras justificativas para se esquivar da acusação de omissão, a prefeitura argumentou então que o loteamento foi realizado quando ainda não havia legislação municipal que regulamentasse tal empreendimento, que só foi editada no ano 2000 – Lei Municipal nº 1.420/2000 que regulamenta a ocupação, uso do solo e zoneamento do Município de Viçosa – esquivando-se o Município-réu de promover qualquer ato de regularização do loteamento em questão.

Na fundamentação de sua sentença, a juíza Giovanna Travenzoli acata a sustentação do Ministério Público, de que o município de Viçosa omitiu-se ao dever de fiscalização e cumprimento das leis municipais nesse episódio no caso do loteamento de Nova Viçosa, e condena a prefeitura a promover a regularização fundiário do hoje bairro, no prazo de 24 meses, adotando medidas legais, administrativas, jurídicas e urbanísticas pertinentes para tais feitos.

O QUE A PREFEITURA FOI SENTENCIADA A FAZER EM NOVA VIÇOSA

Na finalização da sentença, a juíza Giovanna Travenzoli condena, com base nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro, o Município réu, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro meses) a partir do trânsito em julgado da presente ação, a:

a) complementar o levantamento planialtimétrico de f. 149 para detalhar a situação atual das moradias construídas ou em fase de construção, a demarcação dos cursos d'água, nascentes e suas respectivas áreas de preservação permanente, bem como as áreas não edificadas; b) promover a reversão urgente da “canalização” executada pelos moradores; remover resíduos sólidos dos cursos d'água; elaborar e executar projeto de recuperação dos cursos d'água e das nascentes e suas áreas de preservação permanente com prazos estabelecidos e acompanhamento pelo órgão ambiental competente; c) regularizar o procedimento de limpeza urbana no loteamento e tomar as providências para limpeza das áreas verificadas com disposição inadequada de lixo doméstico, conforme laudo de f. 93/101; d) adequar a reserva de área verde para no mínimo 10% e as áreas institucionais no mínimo de 5%, observando-se a proporcionalidade dessas em relação à densidade da ocupação; e) promover a regularização dos registros dos imóveis vendidos no bairro Nova Viçosa.

PMV aguarda notificação

Até a tarde desta sexta-feira última a Prefeitura Municipal de Viçosa não havia sido notificada pela Secretariada da Vara Cível de Justiça da Comarca de Viçosa, da decisão judicial, segundo informou o secretário municipal de Governo da PMV, Luciano Piovesan

Leme, ao ser consultado pela reportagem sobre qual a posição da administração municipal frente a pesada condenação da justiça. Luciano disse que ficou sabendo da sentença pela imprensa e que, mediante a situação, já havia solicitado ao Procurador de Justiça da prefeitura total atenção ao assunto.

Autor: Folha da Mata

SOBRE AS AUTORAS

REGIANE VALENTIM LEITE - Graduada em Licenciatura (2012) e Bacharelado (2014) em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa - MG (UFV). Possui Mestrado (2017) em Planejamento do Espaço Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFV). Possui experiência como docente em Geografia para os Ensinos Fundamental e Médio. Atuou no Grupo "Comunicação, Democracia e Práticas Sociais (COPRÁTICAS)", de 2012 a 2013, estando envolvida em projetos de pesquisa e extensão relacionados à área de comunicação, participação popular, Conselhos, desenvolvimento rural e dinâmicas campo-cidade. Atualmente é Servidora Pública na Universidade Federal de Viçosa, atuando na Biblioteca Central. Tem interesse em estudos referentes à questão urbana e aos dilemas que permeiam a habitação nas cidades.




TERESA CRISTINA DE ALMEIDA FARIA - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula (1983); Mestrado (1997) e Doutorado (2004) em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense - UFF (2018). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa - MG (UFV), atuando na graduação e na pós-graduação. Atua na área de Planejamento do Espaço Urbano e Regional, com ênfase nos processos de produção e estruturação do espaço urbano, dinâmica imobiliária, mobilidade residencial e instrumentos de planejamento e gestão urbana. Foi orientadora da pesquisa e dissertação de mestrado que deram origem a esse livro.



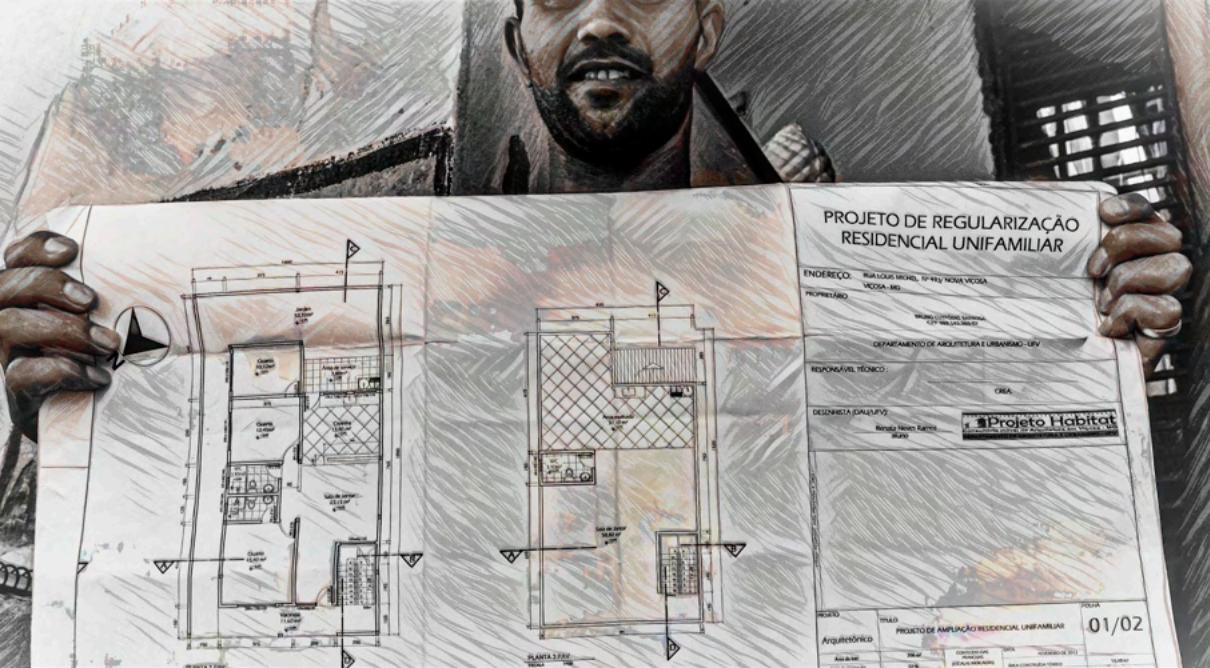
PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS:

O papel da assistência técnica habitacional
na produção do espaço no bairro
Nova Viçosa, Viçosa (MG)



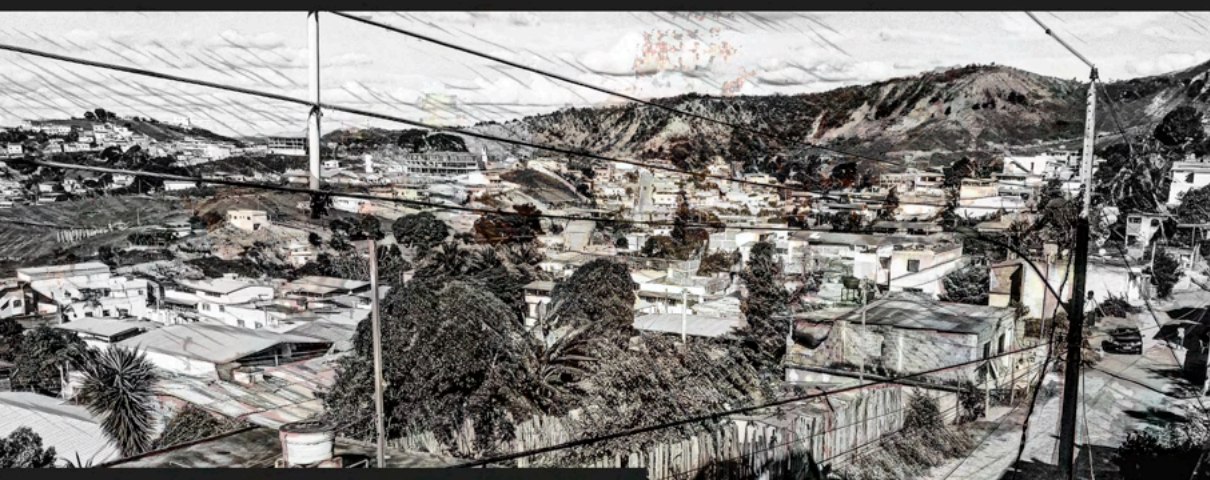
 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




 **Atena**
Editora
Ano 2021



PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS:

O papel da assistência técnica habitacional
na produção do espaço no bairro
Nova Viçosa, Viçosa (MG)



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2021